

ESCOLA SUPERIOR DOM HÉLDER CÂMARA

Programa de Pós-Graduação

Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento

**A GLOBALIZAÇÃO COMO ELEMENTO DA EXCLUSÃO
SOCIOAMBIENTAL: A ECONOMIA VERDE E O TRUQUE DOS
CRÉDITOS DE CARBONO**

Lisieux Magalhães de Oliveira Sant'Anna

2016

Lisieux Magalhães de Oliveira Sant'Anna

**A GLOBALIZAÇÃO COMO ELEMENTO DA EXCLUSÃO
SOCIOAMBIENTAL: A ECONOMIA VERDE E O TRUQUE DOS
CRÉDITOS DE CARBONO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós
Graduação em Direito da Escola Superior
Dom Helder Câmara como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Moreira
Pinto

Belo Horizonte

2016

SANT'ANNA, Lisieux Magalhães de Oliveira.
S232g A globalização como elemento da exclusão socioambiental:
a economia verde e o truque dos créditos de carbono / Lisieux
Magalhães de Oliveira Sant'Anna. – Belo Horizonte, 2016.
142 f.

Dissertação (Mestrado) – Escola Superior Dom Helder Câmara.
Orientador: Prof. Dr. João Batista Moreira Pinto
Referências: f. 123 – 136

1. Direito ambiental. 2. Créditos de carbono. 3. Desenvolvimento
sustentável. I. Pinto, João Batista Moreira.

CDU 349.6:330.1(043.3)

Bibliotecário responsável: Anderson Roberto de Rezende CRB6 - 3094

ESCOLA SUPERIOR DOM HÉLDER CÂMARA

Programa de Pós-Graduação

Mestrado em Direito Ambiental e Desenvolvimento

**A GLOBALIZAÇÃO COMO ELEMENTO DA EXCLUSÃO
SOCIOAMBIENTAL: A ECONOMIA VERDE E O TRUQUE DOS
CRÉDITOS DE CARBONO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós
Graduação em Direito da Escola Superior
Dom Helder Câmara como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em: __/__/__

Prof. Dr. João Batista Moreira Pinto (ESDHC)

Professor Membro: Prof. Dr. André de Paiva Toledo (ESDHC)

Professor Convidado: Prof. Dr. José Luiz Quadros de Magalhães (UFMG)

Belo Horizonte

2016

Ao sertão de meus ancestrais e às minhas
Minas Gerais.

Ao meu pai, Lamberto, esteja onde estiver,
“bença”.

À Geórgia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles e àquelas que me ajudaram, na medida do possível, na construção deste trabalho, para mim tão árduo e em momento particularmente tão difícil.

O Prof. Dr. João Batista Moreira Pinto, meu preclaro orientador e figura referente e relevante na construção do conhecimento, tem uma grande parcela de responsabilidade nos eventuais acertos que este trabalho contenha. Os erros e desacertos são todos meus.

Às professoras e professores do programa de pós-graduação em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, da Escola Superior Dom Helder Câmara, meu muito obrigado, por tudo.

Às funcionárias e funcionários da Dom Helder, aos meus colegas e às minhas colegas de curso, a gratidão pela paciência e pelo convívio.

Com muito carinho agradeço ao Paulo Roberto, por seu companheirismo e amizade. Agradecida pelos bons momentos, mas principalmente por estarmos juntos nos momentos difíceis.

Ao meu filho Arthur, razão de meu viver, de quem subtrai momentos preciosos para a conclusão do curso e desta penosa escritura.

Agradecimento especial à minha mãe, Lia de Oliveira Sant'Anna, meu amor maior, dela tive um dos melhores e mais importantes exemplos sem os quais jamais teria me transformado em quem sou. Aos meus irmãos, obrigado pela força.

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [Lebensmittel], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção. Karl Marx - O Capital: crítica da economia política, Livro I)

Nós só conhecemos uma ciência, a ciência da história. A história pode ser vista por dois lados: ela pode ser dividida em história da natureza e história do homem. Os dois lados, porém, não devem ser vistos como entidades independentes. Desde que o homem existe, a natureza e o homem se influenciam mutuamente. (Karl Max, Friedrich Engels - A ideologia alemã)

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

RESUMO

O fenômeno da globalização tem-se constituído como uma etapa avançada da internacionalização do capital, apesar do termo não possuir um conceito exato e ser muito abrangente, prestando-se apenas para justificar ou explicar uma grande multiplicidade de fatos, situações, procedimentos e decisões nos mais diversos contextos, o que não pode ser relacionado a um fenômeno totalmente novo. Assim, dentre o discurso ideológico e sociopolítico do capital em relação à crise ambiental, pontuamos as contradições inerentes ao novo discurso hegemônico do capital e a suposta inversão de valores do sistema, através do dito “Capitalismo Verde”. Partindo e considerando o estudo crítico da temática da “Questão socioambiental” no capitalismo financeirizado se associam uma série de determinações históricas, econômicas, político-social, jurídico e ambiental para desmistificar a falácia do discurso ideológico do capitalismo contemporâneo do Desenvolvimento Sustentável e do recente conceito de “Economia Verde”. Confrontando a realidade concreta das práticas do eco capitalismo, especificamente através do Mercado de Carbono, buscou-se entender o desenvolvimento dos países endividados, ricos em recursos naturais, a luz de um recorte histórico da economia internacional.

Palavras-chave: Financeirização; ressurreição do *rentier*; Protocolo de Kyoto; Economia Verde; Mercado de Carbono.

RESUMEN

El fenómeno de la globalización se ha constituido en una etapa avanzada de la internacionalización del capital, aunque el término no tiene un concepto exacto y ser muy amplia, pagando sólo para justificar o explicar una amplia variedad de eventos, situaciones, los procedimientos y las decisiones en diversos contextos, que no pueden estar relacionados con un fenómeno completamente nuevo. Así, entre el discurso ideológico y socio-política del capital en relación con la crisis del medio ambiente, hemos señalado las contradicciones inherentes al nuevo discurso hegemónico del capital y los valores del sistema de reversión supuestos, a través de dicho "capitalismo verde". Inicio y teniendo en cuenta el estudio temático crítica de "cuestión ambiental" en el capitalismo financiero se asocia con una serie de determinaciones históricas, económicas, políticas y sociales, legales y ambientales para desmitificar la falacia del discurso ideológico de Desarrollo Sostenible capitalismo contemporáneo y el concepto reciente de la "economía verde". Frente a la realidad concreta de las prácticas de capitalismo eco, específicamente a través del mercado de carbono, hemos tratado de entender el desarrollo de los países endeudados ricos en recursos naturales, a la luz de un enfoque histórico de la economía internacional.

Palabras clave: mercantilización de; resurrección del rentista; Protocolo de Kyoto; Economía Verde; Mercado de carbono.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID: Associação Nacional de Desenvolvimento

AMGI: Agencia Multilateral de Garantias de Investimento

AND: Autoridade Nacional Designada

BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM&F: Bolsa de Mercadorias e Futuros

BM: Banco Mundial

BRIC: Brasil, Rússia, Índia, China

CEPAL: Centro de Estudos para a América Latina

CFI: Corporação Financeira Internacional

CICDI: Centro de Conciliação de Divergência nos Investimentos

COP: Conferencia das Partes

EOPs: Entidades Operacionais Designadas

EU: União Europeia

EUA: Estados Unidos da America

FMI: Fundo Monetário Internacional

G7: Grupo dos Sete (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido)

GEE: gases de efeito estufa

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IFI: Instituições Financeiras Internacionais

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MBRE: Mercado Brasileiro de Redução de Emissões

MDL: Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MIT: Massachusetts Institute of Technology

NASA: National Aeronautics and Space Administration (Administração Nacional da Aeronautica e Espaço)

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONG: Organização não governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento

PAEs: Programas de Ajuste Estruturais

PIB: Produto Interno Bruto

PMD: Países Menos Desenvolvidos

PNUD: Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

PNUMA: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPP: Parceria Público-Privada

RCE: Redução Certificada de Emissões

UNCTAD: Conferencia das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1: O PROCESSO DE GLOBALIZACAO: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA	26
1.1 Como os teóricos interpretavam o processo de globalização	26
1.2 A globalização em perspectiva histórica	30
1.2.1 O Taylorismo e o Fordismo	32
1.2.2 A crise do Fordismo à acumulação flexível (pós Fordismo)	37
1.3 A situação que nos encontramos: uma análise crítica da ideologia do Capitalismo Verde	49
1.3.1 Desdobramentos teóricos do capital internacional: a Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas	62
CAPÍTULO 2: AMERICA LATINA NO NOVO CONTEXTO MUNDIAL	73
2.1 O movimento de internacionalização recente sob perspectiva histórica	73
2.2 Agravamento do processo de exclusão socioambiental na América Latina com a globalização financeira	76
2.3 A organização dos países de Terceiro Mundo: Distorções do Capital Internacional	80
CAPÍTULO 3: O BRASIL DIANTE DA NOVA ORGANIZACAO SISTEMICA: CONCENTRACAO DE RENDA E DESIGUALDADE SOCIOAMBIENTAL	92
3.1 A globalização e seus efeitos sobre o Brasil	92

3.2 Alguns indicadores a respeito do índice de desenvolvimento humano (IDH) em alguns países escolhidos _____96

CAPÍTULO 4: ILUSIONISTAS ILUDIDOS - IMPOSSIBILIDADE DE UM CAPITALISMO SUSTENTÁVEL: O “TRUQUE” DOS MERCADOS DE CRÉDITOS DE CARBONO _____102

À GUIA DA CONCLUSÃO _____119

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____124

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Quadro 1: De Copenhague a Cancún: Avançam os Mecanismos de Mercado (p. 66)

Gráfico 1: Dívida Externa Total da América Latina 1980, 1990, 1996 (p. 89)

Quadro 2: Grupo Banco Mundial (p. 90)

Tabela 1: Índice de Desenvolvimento Humano por País – 1992 (p. 97)

Gráfico2: Crescimento da Economia Brasileira 1920-1990 (p. 100)

Quadro 3: O que são Créditos de Carbono? Economia Verde: A Nova Cara do Capitalismo (p. 116)

INTRODUÇÃO

Estamos às voltas de uma agressão sem precedentes ao meio ambiente. As chamadas “riquezas naturais” dos países subdesenvolvidos, para dizermos com Celso Furtado, ou de capitalismo periférico, para utilizarmos a expressão de Alessandro Baratta e Slavoj Žižek, em fase de exaurimento por todo o planeta Gaia¹, não têm precedentes.

O fenômeno da globalização tem-se constituído como uma etapa avançada da internacionalização do capital, apesar do termo não possuir um conceito exato e ser muito abrangente, prestando-se apenas para justificar ou explicar uma grande multiplicidade de fatos, situações, procedimentos e decisões nos mais diversos contextos, o que, como apontou Braudel (1996), não pode ser relacionado a um fenômeno totalmente novo.

A comunidade financeira internacional não se cansa de alardear os benefícios e a necessidade do engajamento das economias nacionais na nova onda de globalização e de hiperliberalismo. Segundo o discurso oficial, é necessário estimular o livre comércio, dismantlar, ou melhor, desregular o Estado, reduzir o déficit orçamentário e deixar que o mercado forneça as regras de sobrevivência. Para isso, bastaria aprofundar os programas de qualidade total, aumentar as exportações dentro de uma balança comercial favorável e, mediante incentivos, obter investimentos internacionais que, por sua vez, permitiriam uma sensível melhora no índice de crescimento econômico, na capacidade produtiva e, conseqüentemente, no nível de desenvolvimento.

O curioso, no processo atual de globalização, é que, pela primeira vez na história, vivemos uma revolução pacífica, invisível, e, o que é mais significativo, individual, privada e democrática. Na realidade, a esperança depositada na substituição do *Welfare*

¹ - Gaia é a personificação do planeta Terra, representada por uma mulher gigantesca e poderosa. Em sua origem, na mitologia grega, Gaia é o nome da deusa da terra, companheira de Urano (Céu) e mãe dos Titãs. A deusa mãe da terra, ou da mãe terra.

State pelo programa da direita liberal reflete democraticamente uma tendência mundial (França, Espanha, Brasil, etc.). No entanto, de uma maneira silenciosa, o liberalismo que a acompanha tende a afastar o Estado das grandes decisões macroeconômicas, esvaziando sua competência na garantia da dignidade humana e consolidando, mundialmente, a exclusão socioambiental e o acúmulo de capital. Num mundo globalizado, são as grandes empresas internacionais, e não mais as grandes potências mundiais, que ditam as regras de sobrevivência. O poder econômico e o poder político vão sendo, progressivamente, transferidos do público para o privado. A competição por capital e investimento faz com que, cada vez mais, os Estados aceitem concessões econômicas, adaptem suas legislações às demandas do grande capital internacional e administrem seus recursos, satisfazendo os interesses privados em detrimento dos interesses públicos. Nesse sentido, se por um lado o liberalismo contemporâneo aliado à globalização dinamiza o consumo, por outro, ele aprofunda o acúmulo de capital, a exclusão socioambiental, o desemprego e a degradação ambiental. O que podemos vislumbrar evidentemente na sociedade atual é uma nova crise de caráter socioambiental (BRANT, 1998).

Oportuna a análise de ANAU²:

Na atualidade, o “pensamento único” busca homogeneizar também a visão retrospectiva, reescrevendo a história dos últimos três séculos para conferir à ideologia liberal o papel retroativo de “deus ex-macchina” do desenvolvimento capitalista. Mantendo sempre presente que o Estado capitalista é em última instância um instrumento político a serviço da reprodução ampliada do capital, não se pode perder de vista o fato de que o próprio desenvolvimento das sociedades capitalistas avançadas não prescindiu da ação e intervenção estatais no domínio econômico. Tampouco é secundária a relação entre o fortalecimento dos movimentos sociais e as políticas de bem-estar e de redistribuição de renda, que esse mesmo Estado viu-se na contingência de aplicar e aperfeiçoar em determinados momentos. Aqueles que preservam o objetivo de uma sociedade igualitária e radicalmente democrática não podem manter-se indiferentes à deturpação da história real das sociedades capitalistas, cuja função é legitimar ideologicamente a barbárie social e a concentração econômica entre e internamente às nações contemporâneas, incrementadas pelo neoliberalismo.

² - Estado e mercado: uma resenha histórica, ANAU, Roberto Vital. Revista Espaço Acadêmico – n. 85. Junho de 2008, Ano VIII.

No Brasil, nas últimas duas décadas, assistimos a abertura das importações que visam conter o processo inflacionário fazendo com que os produtos nacionais fiquem mais baratos, e ao mesmo tempo, visando manter o câmbio sobrevalorizado. Diminuíram as exportações e, pela primeira vez em uma década, a Balança Comercial passou a registrar déficit. Acostumados com superávit nas trocas comerciais, o governo percebe o perigo e recua, estimulando as exportações, retrocedendo assim, do ponto de vista evolutivo da economia, aos velhos tempos onde a competição entre as nações do Terceiro Mundo se baseavam no *dumping* social. Para a sociedade, a globalização ficou marcada pela real estabilização dos preços, que hoje é usada como um escudo de grande valor pelo governo para se ganhar tempo. Por enquanto, a globalização trouxe mais problemas do que soluções (BANAS, 1996).

Num tempo histórico de grandes transformações na vida social nosso estudo busca entender a complexa análise da crise ambiental e das alternativas em discussão no modo de produção capitalista para seu enfrentamento numa perspectiva de totalidade, enfatizarão a dimensão do controle do metabolismo social idealizado pelo capital através do discurso de desenvolvimento sustentável, demonstraram as contradições da questão ambiental, recrudesceram os fundamentos estruturais dessa sociabilidade e sua relação com a natureza e o trabalho, e/ou se esforçaram para contribuir com uma construção de uma “alternativa às alternativas” do capital.

Estamos diante de uma situação curiosa e, ao mesmo tempo, perigosa: depois de pouco mais de dois séculos de dominação capitalista sobre a vida social, o planeta Terra não suporta mais tanta depredação de recursos, destruição de biodiversidade e degradação do ambiente vital. E a maioria das pessoas que nele habitam igualmente já não suportam mais o grau de exploração e injustiça a que estão submetidas. Tanto esses setores populares quanto a mãe-natureza estão dando sinais de alerta: com essa velocidade crescente da produção e do consumo, com o cada vez mais próximo esgotamento do que a Natureza oferece, com o aprofundamento das desigualdades sociais e com o agravamento das ameaças climáticas, a humanidade pode chegar a guerras e até a auto-extinção. (CARTILHA, ECONOMIA VERDE, p. 6)

Assim, dentre o discurso ideológico e sociopolítico do capital em relação à crise ambiental, pontuamos as contradições inerentes ao novo discurso hegemônico do capital e a suposta inversão de valores do sistema, através do dito “Capitalismo Verde”.

Partindo e considerando o estudo crítico da temática da “Questão socioambiental” no capitalismo financeirizado se associam uma série de determinações históricas, econômicas, político-social, jurídico e ambiental para desmistificar a falácia do discurso ideológico do capitalismo contemporâneo do Desenvolvimento Sustentável e do recente conceito de “Economia Verde”. Confrontando a realidade concreta das práticas do eco capitalismo, especificamente através do Mercado de Carbono, **buscou-se** entender o desenvolvimento dos países endividados, ricos em recursos naturais, a luz de um recorte histórico da economia internacional.

Nos anos 50 a deterioração dos termos de troca juntamente com a exposição de outras distorções econômicas, que, em conjunto, atuaram e atuam sobre a distribuição de produção e riqueza entre as nações na economia internacional teve forte impacto sobre o uso dos recursos naturais.

Os temas globalização e mudanças de conceitos e valores das palavras trabalho, emprego e lealdade na relação profissional mostram a derrota do homem simples enquanto ser humano.

O crescimento ainda é a principal arma contra o desemprego. Um ambiente econômico de prosperidade leva a criação de mais postos de trabalho e de mais empregos. O país tem convivido com menor taxa de crescimento econômico, e consequentemente, criação de emprego em número insuficiente.

O que está ocorrendo no Brasil é a diminuição dos empregos formais, uma expansão do trabalho por conta própria e dos empregos assalariados precarizados, sem carteira assinada. Políticas mais modernas de recolocação da mão-de-obra seria uma saída para o Brasil. O problema dos excluídos e da degradação ambiental é resultado da

falta de vontade política bem como da submissão política ao modelo da Cartilha Liberal imposto pela Tríade³.

Os Estados Unidos, Alemanha e Japão possuem os maiores índices de endividamento econômico do mundo, o que não quer dizer que eles tenham se submetidos a algum tipo de ajuste, pelo contrário. Grandes economias possuem elevada alavancagem financeira, e a proporção de seus endividamentos cresce a cada ano, nesse sentido, dívidas não são sinônimos, necessariamente, de insolvência econômica. A inserção das economias da Tríade é bastante distinta a dos países periféricos, o que fica evidente quando estudamos a intenção estrutural do Protocolo de Kyoto.

Na verdade, a Economia Verde consiste num conjunto de ‘remendos’ tecnológicos e soluções curativas dos sintomas do problema ambiental, que evita enfrentar as causas principais da pobreza, da desigualdade e da opressão: a ganância e voracidade do grande capital em busca de lucros imediatos, com fim principal da atividade econômica, e a qualquer custo. Seus promotores inventaram os três P em inglês - “Planeta, Pessoas, Lucro”¹. A realidade comprova que esta tríade é enganadora, pois de fato os lucros são a prioridade primeira e última, que subordina a relação do capital com o Planeta e com as Pessoas. (CARTILHA LIBERAL, p.23)

Além da globalização, boa parte do problema do desemprego e da destruição do meio ambiente é atribuída a outro processo: a modernização produtiva. A oferta de empregos mudou de qualidade. Os setores mais dinâmicos da economia exigem habilidade e qualificação do trabalhador, com a contrapartida da promessa de remuneração mais significativa.

Este é o lado positivo do processo, ao menos para a mão-de-obra especializada. O negativo é que o crescimento econômico parece não estar conseguindo gerar empregos no ritmo necessário para absorver a população que ingressa no mercado formal: “Mais do que isso, os avanços tecnológicos tem destruído diversos postos de trabalho, principalmente os intermediários, que não voltarão a ser criados” (ALVES, SOARES e AMORIN, 1997).⁴ Ou seja, embora a nova ordem, ou melhor “desordem” contemporânea, possa significar a vitória da criatividade (“criação destrutiva”), lado

³ - Alemanha, EUA e Japão.

⁴ Conforme Edgard Alves, Fábio Soares e Bruno Amorin, técnicos da diretoria de política social do IPEA.

positivo do monstro, é visível o seu lado perverso: a humanidade passa por uma nova seleção, onde só sobreviverão os melhores. É Darwin ressuscitado no final do milênio. O mais forte engolindo o mais fraco. Este darwinismo social, como os estudiosos já classificam o fenômeno, é anti-humano, na medida que atenta contra o meio ambiente e a grande maioria dos homens, que não terá condições de se preparar.

O quadro de miserabilidade ultrapassou as barreiras dos países de Terceiro Mundo e as contradições batem à porta das economias desenvolvidas. No Brasil, a palavra de ordem usada nos discursos políticos tem sido sempre: “vamos apertar os cintos” e os ditos “esforços ambientais” que compreendem desde o propagado compromisso com a mitigação das crises climáticas pela progressiva redução das emissões dos gases de efeito estufa (GEE) às demais alternativas, de implantação, fomento e financiamento de programas, projetos e ações “sustentáveis”, resvalam num processo de mercantilização da natureza, porque tais iniciativas redundam em vantagens econômicas obtidas pelas empresas. Jamais a efetiva realização da prosperidade. Os brasileiros estão cansados das injustiças sociais. Fome, desemprego, violência, mortalidade infantil, menor abandonado, velhice desamparada, doenças e epidemias, analfabetismo, secas, sem-terra, sem-casa, sem nada, falta de oportunidade dominam o cenário brasileiro. Triste cenário para um país que tem tudo para ser grande devido a riqueza e a diversidade ambiental, ou seja, capital natural, capital social e capital humano.

Os sinais de que estamos perto de uma catástrofe se multiplicam, tanto no mundo natural como no social. Tsunamis, secas e enchentes avassaladoras, assim como rebeliões em obras das hidrelétricas e de estádios, nos dão uma dimensão e nos evidenciam o esgotamento do modelo atual de sociedade. O diagnóstico é claro. Só que as grandes empresas e bancos, e as elites que se beneficiam, têm negado que o problema existe e ameaça a humanidade. E continuam repetindo que “o mercado resolve tudo”. Há muitas décadas, essas elites tentam maquiagem o fato de que só uma minoria da população do planeta ganha com o que elas definem como “desenvolvimento econômico”. A realidade, contudo, mostra o contrário: o modo capitalista de organizar a produção e a distribuição dos bens materiais e sociais está voltado para o lucro, não para as necessidades e direitos do ser humano. O resultado é a riqueza de poucos, em troca da miséria, opressão e exploração da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras. Dados publicados pela ONU mostram que em 20 anos só 20% da população mundial ficou mais rica, ao passo que a maioria da população global empobreceu. E o empobrecimento dos 20% mais pobres é especialmente escandaloso: sua parcela de renda caiu 20 vezes durante este mesmo período! Estes 20% mais empobrecidos vivem com apenas 0,07% das riquezas. A realidade social e as crises mostram que a

promessa de humanizar o capitalismo e gerar vida digna por meio da teoria liberal dos séculos 19 e 20 e do “Estado de Bem-Estar Social” não passa de mentira. Em toda essa história, poucos se beneficiaram à custa de muitos! Mas agora já se sabe: esse tipo de falsa prosperidade social tem como fonte a exploração do trabalho do restante da população mundial. Esse modelo, em resumo, é insustentável em escala global. Mas os amantes do mercado continuam negando. Até pesquisadores e “cientistas” foram comprados para contestar as mudanças climáticas. (CARTILHA ECONOMIA VERDE. p. 6, 7)

Se não nascermos de novo, como Pátria, só poderemos vislumbrar um único horizonte: a cada um, segundo a sua própria sorte. Mas a sorte verde-amarela tem sido para poucos, onde os ricos só são ricos pela pobreza da população como um todo.

O Brasil, e por que não dizer a comunidade internacional como um todo, precisa se armar contra os efeitos nefastos da globalização sem limites, que procuram destruir valores humanistas. A globalização não oferece caminhos para a grande massa desprezada e que não tem condições de se aprimorar. Precisa-se, urgente, de um efetivo esforço de vontade e de solidariedade internacional em defesa dos mais humildes.

A globalização não sinaliza com esperança para este grande contingente. A humanidade não pode querer “Pátrias” enfraquecidas, sem validade social, mas ao contrário, fortes e solidárias.

Para fortalecer os setores econômicos nacionais expostos à concorrência externa, é preciso que o governo brasileiro adote a fórmula de competitividade aplicada pelos “Tigres Asiáticos” –desde que leve em consideração as especificidades do país–, exercendo forte papel na orientação do desenvolvimento, estabelecendo apropriado ambiente de negócios, reforçando atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. E ainda, promovendo educação e treinamento da força de trabalho para ajustá-la às necessidades do país.

O Estado brasileiro só terá condições de adotar o modelo de desenvolvimento do capitalismo nesta era de globalização se promover uma profunda ruptura na sua

estrutura, objetivando seu saneamento financeiro, pois a reversão dos desequilíbrios sociais e regionais só poderá ser alcançada na medida em que houver grande volume de investimento, para que a economia brasileira cresça e se desenvolva, gerando o maior número de empregos possíveis.

Justificamos, já em nosso projeto inicial, que para a abordagem da condição atual dos recursos naturais, partiríamos do desenvolvimento das relações econômicas que foram estabelecidas entre os países e sua correspondente divisão internacional do trabalho, ou seja, a especialização econômica das nações inseridas no comércio internacional. Assim, busca-se a compreensão dos nexos estabelecidos entre o desenvolvimento econômico dos países endividados e ricos em recursos naturais, à luz de um recorte histórico da economia internacional através das contribuições legadas pela Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina nos anos 1950, ou, em outras palavras, distorções econômicas que em conjunto atuaram e continuam atuando sobre a distribuição de produção e riqueza entre as nações na economia internacional e com forte impacto sobre o uso dos recursos naturais.

Os anos 1980 foram um período de grande inflexão para a política internacional. O recrudescimento da cartilha liberal pelos Estados Unidos trouxe profundas transformações de natureza econômica, político, social, jurídico e ambiental de grande alcance. A influência dos Estados Unidos sobre as organizações internacionais formais através dos atos internacionais na busca de soluções para questões climáticas produziu novas agendas políticas através de programas, projetos e ações que remodelaram as condições para a promoção do desenvolvimento em todos os países, especificamente nos países de Terceiro Mundo ou Periféricos, através dos Programas de Ajuste Estruturais (PAEs).

A partir das perspectivas das distorções macroeconômicas produzidas pelas políticas neoliberais e do papel produtivo desempenhado pelos países periféricos, colocou-se em pauta nos debates políticos e estratégicos a condição dos recursos naturais, bem como os relatórios desenvolvidos por instituições internacionais que apresentaram as transformações da economia internacional e o contexto político da época. A partir de 1990, as políticas internacionais desenvolvidas para o meio ambiente

basearam-se na influência dos desdobramentos econômicos da década. Assim, o Protocolo de Kyoto é fruto desse contexto histórico e responde as demandas do regime de acumulação altamente financeirizado que passou a ocupar a lógica da produção capitalista por meio da criação de mecanismo de flexibilização econômico, tornando assim exclusão socioambiental mais evidente.

Da análise da etapa atual e mais desenvolvida da produtividade do capital (modelo de produção capitalista) e dos interesses pautados pelo capital fictício, busca-se abordar o tema e a compreensão dos acordos ambientais internacionais a partir de uma perspectiva específica com escopo na análise histórica econômica dos últimos anos, com a abordagem das discussões ambientais ocorridas nas instituições internacionais: a discussão proposta alcança a década de 1990 com a elaboração do Protocolo de Kyoto.

Tudo em vão! Até certo ponto, dá para negar a realidade; a partir daí, ela fala por si. Com o aprofundamento da exploração capitalista num mundo globalizado, a degradação socioambiental vem crescendo na mesma medida das crises econômicas globais. Talvez as bolhas financeiras cresçam mais, o que não tem a ver com a economia real, a não ser na busca por novas formas de exploração do trabalho e da natureza. E assim os conflitos socioambientais não param de crescer, envolvendo não só as lutas por reforma agrária e soberania alimentar, e a resistência às hidrelétricas, até as lutas pelos direitos dos migrantes e refugiados climáticos, a esta altura mais numerosos do que os refugiados das guerras em curso no mundo capitalista. (CARTILHA ECONOMIA VERDE. p.7)

Questionamos: será que a existência de mercados carbono garantirá o efetivo mercado global com normas, padrão e compromissos comuns?

Como ensina, com a propriedade peculiar que tem, João Batista Moreira Pinto⁵:

Há que se destacar aqui, a correlação social-histórica de todo esse processo que se inicia com as primeiras manifestações dos trabalhadores nas primeiras fábricas na Inglaterra e passa por novas formas de organização e reivindicações na França, levando à organização cada vez maior dos trabalhadores, que continuavam lutando e conquistando seus direitos em cada realidade social-histórica dada.

⁵ - Os direitos humanos como um projeto de sociedade: desafios para as dimensões política, socioeconômica, ética, cultural, jurídica e socioambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p.12.

O Protocolo de Kyoto quando introduziu em seu texto o termo “desenvolvimento sustentável” destacou que as ações responsáveis pela redução/remoção de gases do efeito estufa devem ser desempenhadas de forma a promover a sustentabilidade social, ambiental, econômica, tecnológica, étnica, cultural, etc., ou seja, deve contribuir em todas as dimensões, para a formação de uma sociedade sustentável. Os programas de ação estrutural ditados pelos países centrais aos países periféricos efetivamente fomentam tal desenvolvimento ou ele reforça, em certa medida, uma degradação em forma de *commodities ambientais*?

A relação das fontes de matéria prima e de acessos a fontes não renováveis como petróleo e minério entre os Estados Rentistas e os Estados Devedores, a disputa entre os cartéis e os países devedores de recursos naturais e a mundialização dos mercados, fruto da etapa mais avançada do capital monopolista, estão em consonância com as políticas internacionais voltadas à preservação das fontes de recursos naturais, também conhecidas como políticas de desenvolvimento sustentáveis?

Tenta-se compreender a temática ambiental cooptada pelas práticas imperialistas sob a governança da Tríade, ou trilateral (EUA, Alemanha e Japão) e o que ocorreu com os mecanismos de controle, compreendendo os atos internacionais adotados a partir de 1970 e especificamente, o Protocolo de Kyoto.

Compreender a construção do Protocolo de Kyoto como medida de implementação de políticas econômicas liberais, a alocação dos interesses das finanças na construção do acordo internacional de Kyoto e a apreciação de alguns projetos desenvolvidos a partir das regras do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

O contexto histórico no qual o tema se origina é o processo de endividamento dos países periféricos, e a implementação dos Programas de Ajustes Estruturais a partir da década de 1980. A discussão em torno da degradação ambiental origina-se nos debates iniciados na década de 1970, como se verá mais adiante.

O presente trabalho se insere no âmbito da crítica ecológica desenvolvida a partir da teoria do capital monopolista e seus desdobramentos sistêmicos

contemporâneos, ao incorporar as contribuições feitas por François Chesnais *et all* sobre a dominância financeira.

Metodologicamente a natureza desta pesquisa que se fez, será de caráter descritivo-analítico. Utilizando fontes de dados extraídos de referências bibliográficas e documentais, sendo as fontes de dados, em sua maioria, de caráter secundário.

Sob essa perspectiva esta investigação e organizada em três capítulos que abordam:

- 1- Uma revisão bibliográfica a partir das obras de alguns teóricos que tentam analisar o termo “globalização” bem como o discurso ideológico do Capitalismo Verde – desenvolvimento sustentável. Tenta-se perceber, nesse contexto, a viabilidade ou não do emprego desse termo globalização para registrar essa etapa avançada do processo de internacionalização.
- 2- Analisa a exclusão social na América Latina. A exclusão socioambiental encontra respaldo no processo de industrialização, baseado nas inovações tecnológicas, como também no processo de valorização do capital fictício, ou melhor, na dominância da área financeira na qual o capital não tem pátria, a organização dos países de Terceiro Mundo e as distorções do Capital Internacional. Deste modo, o processo de globalização provoca o agravamento da exclusão socioambiental.
- 3- No terceiro capítulo analisa-se o caso brasileiro tomando-se como referência os conceitos trabalhados nos capítulos anteriores
- 4- Finalmente, no quarto capítulo analisa-se a impossibilidade de um Capitalismo Sustentável: o “truque” dos mercados de Crédito de Carbono.

CAPÍTULO 1

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

“LADRÕES DE PALAVRAS”⁶

De acordo com o dicionário dos nossos tempos, uma boa ação já não é o nobre gesto do coração, e sim a ação bem cotada na Bolsa, e a Bolsa é o cenário onde acontecem as crises de valores.

O mercado já não é aquele cálido local onde a gente compra frutas e verduras no bairro. Agora se chama Mercado um senhor temível que não tem rosto, que diz ser eterno e nos vigia e nos castiga. Seus intérpretes avisam: O Mercado está nervoso, e avisam: Não se deve irritar o Mercado.

Comunidade internacional é o nome dos grandes banqueiros e dos chefes guerreiros. Seus planos de ajuda vendem salva-vidas de chumbo aos países que eles próprios afogam e suas missões de paz pacificam os mortos.

Nos Estados Unidos, o Ministério de Ataques se chama Secretaria de Defesa, e são chamados de bombardeios humanitários seus dilúvios de mísseis contra o mundo.

Num muro, escrito por alguém, escrito por todos, leio: ‘Estou com dor até na voz’.

1.1. Como interpretar o processo de “globalização”

Este capítulo tem por objetivo analisar os vastos conceitos empregados a uma expressão que se refere a uma nova fase da internacionalização do capital em seu estágio mais avançado: a globalização.

Alguns termos já nascem polêmicos, um deles é a globalização. O termo “global” surgiu no começo dos anos 80, desde então, ele tem sido utilizado indiscriminadamente pelos quatro cantos do planeta.

⁶- GALEANO, Eduardo. **Bocas do Tempo** [tradução de Eric Nepomuceno – Porto Alegre : L&PM, 2004, p. 254. Destaques originais.

A palavra “global” não tem um significado a-histórico, ela está vinculada a uma dinâmica passada do capitalismo. Segundo Braudel (1996: 35):

Uma economia nunca está isolada. O seu território, o seu espaço são os mesmos onde se instalam e vivem outras entidades –a cultura, o social a política– que incessantemente interferem nela para favorecer, ou então para contrariar. Essas massas são tão mais difíceis de dissociar uma das outras quanto aquilo que se oferece a nossa observação a realidade da experiência, o real real, como diz François Perroux– e uma globalidade, aquilo que designamos por sociedade por excelência, o conjunto dos conjuntos. Cada conjunto particular, distinguindo por razões de intergibilidade, permanece, na realidade vivida, misturando aos outros.

A palavra “global” é um neologismo. Ela apresenta um processo muito antigo, que continua a se expandir pelo mundo, que sempre se encontrou em estágios de mutação, desde o século XIX com a revolução industrial inglesa, encontra-se relativamente integrado e também consolidou-se sobre as diferenças de cada um dos membros do conjunto, o fenômeno “globalização” se evidencia e toma força no final do século XX, não passa de uma tentativa de retornar a ideias neoliberais, que existiam antes da Primeira Guerra Mundial, tornando-se os mercados desregulamentados e internacionalizados.

Novamente, reaparece aqui a tendência a acreditar que esta globalização dos sistemas financeiros é nova, um desenvolvimento dos tempos modernos. Em muitos aspectos, entretanto, estamos somente tentando retomar o mercado global que existia antes de 1914 (...) os fluxos de capital e os déficits/superávits correntes a eles associados eram mais elevados como porcentagens do PIB, antes de 1914 que agora, para os maiores países do mundo. A migração fácil de pessoas, particularmente, do antigo para o novo mundo, atingiu até 1914, níveis já mais verificados. Inversamente, as transferências internacionais de capital tiveram restaurada sua posição pré-1914, somente com a remoção dos controles cambiais. (GOODHART, 1995: 28).

De acordo com Chesnais (1996:23): “O termo globalização surgiu no início dos anos 80 nas escolas americanas de administração de empresas, as célebres ‘Business Management School’ de Harvard, Columbia, Stanford e outras; popularizando-se a

partir dos ‘papers’ dos seus professores e consultores de estratégia e marketing, como Kenichi Ohmae e Michael Porter”.

Nesses “*papers*” Kenichi Ohmae deixa claro e evidente a vinculação do termo à análise de uma economia “sem fronteiras”, ou seja, um fenómeno neste sentido, sem fatores históricos, define uma nova época na história da humanidade, que como explicita Chesnais (1996: 24), não é neutro, pois aos termos “globalização” e economia “sem fronteiras”, podem ser empregados exatamente no sentido que for conveniente aos exercícios de retórica, e denotar o conteúdo ideológico que for conveniente. Neste contexto, os termos são bastante vagos e servem para justificar uma série de fatores que tentam explicar a nova ordem mundial:

Os relatórios oficiais admitem que a globalização decerto tem alguns inconvenientes, acompanhados de vantagens que têm dificuldades em definir. Mesmo assim, é preciso que a sociedade se adapte (esta é a palavra-chave, que hoje vale como palavra-de-ordem) às novas exigências e obrigações, e sobretudo que descarte qualquer ideia de procurar orientar, dominar, controlar, canalizar este novo processo. (CHESNAIS, 1996: 25).

Chesnais (1996: 29) analisa este processo por uma ótica mais ampla, pois abrangem elementos econômicos institucionais associados à evolução cultural, ou seja, prefere definir este fenómeno como “regime mundializado de dominação financeira”, “mundialização”, que envolve as atividades dos grupos empresariais multinacionais, que somada aos fluxos comerciais, provocam a chamada “globalização financeira”. Ou seja, tem-se que a “mundialização” é bem mais que uma fase suplementar no processo de internacionalização do capital industrial em curso há mais de um século, que encontra concordância com a definição dada pelo professor Luciano Coutinho (1996: 4), “aos processos recentes de transformação, será possível atribuir conteúdo objetivo e nítido ao conceito de “globalização”. Podendo ser entendida como um estágio mais avançado no processo histórico de internacionalização correspondente”:

- Forte aceleração e mudanças tecnológicas, caracterizadas pela intensa difusão das inovações telemáticas e informáticas e pela emergência de um novo padrão de organização de produção e da gestão na indústria e nos serviços.
- Formação e grande concentração dos blocos regionais.

- Difusão desigual de tecnologia entre os países.
- Crescente investimento direto no exterior.
- Persistentes desequilíbrios comerciais devido à intensa e desigual mudança tecnológica.
- Ausência de um padrão monetário estável, etc.

Percebe-se que as questões relativas à finança internacional destacam-se como pano de fundo nas definições fornecidas pelo professor Chesnais ao termo “mundialização”, e pelo professor Coutinho ao vocábulo “globalização”. Por se tratarem de escopos analíticos por demais amplos, embora de igual relevância por se referirem à interdependência sistêmica, opta-se pela abordagem que se concentra na reestruturação financeira, pois a “globalização” ou “mundialização”, acima de tudo, são fenômenos financeiros.

Segundo o professor Braga (1985, 1993, 1997) a dimensão financeira desta etapa avançada do processo de internacionalização do capital é a denominada “financeirização”. Esse conceito permite a análise da reestruturação das empresas industriais, no sentido de fornecer uma dimensão extraordinária aos seus respectivos setores financeiros gerando um contraponto à solução keynesiana referente a “eutanasia do rentier” para valorização fictícia do capital⁷, no âmbito da “ressurreição do rentier” (CHESNAIS, 1996, BRAGA, 1997).

De acordo com Braga (1985: 374, 375) a valorização e concorrência operam sob a dominância da lógica financeira. Ou seja, os capitais se utilizam da intermediação financeira para um processo de produção que constitui um meio de valorização, buscando simultaneamente através do processo de renda (vinculado diretamente a produção) e do processo de capitalização à rentabilidade. Assim, uma macroestrutura financeira é formada a partir das microestratégias de valorização do capital próprio.

⁷ São as inovações financeiras que permitem a multiplicação fictícia da moeda ao nível microeconômico. Na esfera macroeconômica atua o chamado multiplicador monetário.

Uma das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo está na expressão “financeirização” ou dominância financeira. Assim compreende-se o fato de que todas as corporações –mesmo as tipicamente industriais– têm em suas aplicações financeiras, um elemento central do processo de acumulação global de riqueza. Desta forma, os departamentos financeiros vêm adquirindo maior relevância estratégica que os de Pesquisa & Desenvolvimento (BRAGA, 1993: 26).

A posse da riqueza dependerá de questões mais amplas onde destacam-se a distribuição de renda e a organização institucional. Esses pontos sistematizam a diferença entre os países e, ao mesmo tempo, o alcance da lógica financeira sobre as populações.

O conceito de “globalização financeira” estabelecendo como ponto central a instauração de um mercado unificado de dinheiro em âmbito planetário retrata o modo de ser da riqueza contemporânea, desde que considerada sob os seguintes aspectos:

- Essa riqueza é concentrada e manipulada por agentes capitalistas específicos, ou seja, empresas, indústrias e bancos.
- As transferências de recursos nos mercados globais só se tornam factíveis diante da evolução tecnológica na informática e na telemática.
- O acesso aos instrumentos financeiros existentes dependem do grau de inserção internacional da economia e do acesso às inovações financeiras consideradas nas suas dimensões pública e privada, elementos que encontram a restrição do nível de renda (VASCONCELOS, 1998: 70).

Os conceitos de “globalização financeira”, “financeirização” e “mundialização”, como foi visto, não são sinônimos, tendo cada um suas particularidades definidas. Porém, estes conceitos têm como ponto comum a esfera financeira às inovações tecnológicas.

1.2. A globalização em perspectiva histórica⁸

⁸ Esta sessão foi baseada na valiosa contribuição do professor Flávio Lana de Vasconcelos em um artigo publicado na Revista “Vanguarda Econômica de 1996; promovida pelo Departamento de Ciências Econômicas do Unicentro Newton Paiva.

Observa-se na Europa da segunda metade do séc. XVIII o nascimento de uma nova classe, a burguesia. Esta classe emergente transformava a sociedade, ou seja, a sociedade antiga, dominada pelo monarquia absoluta e pela propriedade fundiária, pertencente a nobreza, era transformada em uma sociedade capitalista dominada pela produção mercantil e pelos ideais liberais advindos dos pressupostos da Revolução Francesa e da Revolução Inglesa. Desde então, na Inglaterra nascia o espírito dessa nova classe dominante que poderia florescer sem limites, pois como aponta Marx e Engels:

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Rasgou todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus 'superiores naturais', para só deixar substituir, de homem para homem, o laço do frio interesse, as duras exigências do 'pagamento à vista'. Afogou os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavaleiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês na água gelada do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas durante, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta despuorada e brutal.

O período que se estende do séc. XVIII ao XIX é visto e canalizado pelo conjunto de grandes transformações tecnológicas, econômicas e sociais ocorrido na Europa e principalmente na Inglaterra. Neste contexto, tais transformações resultaram na consolidação do modo de produção capitalista.

As novas instituições organizavam-se nos seguintes moldes:

(...) a fonte e a matriz do sistema foi o mercado auto-regulável. Foi esta inovação que deu origem a uma civilização específica. O padrão-ouro foi apenas uma tentativa de ampliar o sistema doméstico de mercado no campo internacional, o sistema de equilíbrio do poder foi uma superestrutura erigida sobre o padrão-ouro e parcialmente nele fundamentada; o estado liberal foi, ele mesmo, uma criação do mercado auto-regulável. A chave para o sistema institucional do séc. XIX estava nas leis que governavam a economia de mercado. (POLANYI, 1944: 23).

O modo de regulação⁹, vigente no séc. XIX, era caracterizado pelo modo de regulação concorrencial, ou seja, desenvolveu-se através da predominância da indústria capitalista frente aos produtores independentes e à agricultura e com uma acumulação extensiva, sustentado no mercado auto-regulável. De acordo com Polanyi (1944:23): “uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade, ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto”. Neste sentido as sociedades tiveram que tomar certas medidas para se proteger dessa situação insustentável, prejudicando assim a auto-regulação que a “posteriori” culminou no rompimento social que nela se baseava. Já na década de 30 do séc. XX, a “pax britânica”, ou seja, a hegemonia britânica foi destruída pela primeira grande crise do capitalismo, ou melhor, Primeira Grande Guerra Mundial. De acordo com Paul Hirst e Grahme Thompson (1998:24):

A Primeira Guerra Mundial destruiu a hegemonia britânica, acelerando um processo que deveria ter ocorrido de forma muito lenta, simplesmente como consequência do declínio industrial britânico. Isso resultou em um período de protecionismo e concorrência autárquica nacional na década de 30, seguida pelo estabelecimento da hegemonia americana após a Segunda Guerra Mundial e pela reabertura da economia internacional do sistema de Bretton Woods.

O rompimento da “pax britânica” coincide com a inauguração da primeira linha de montagem móvel fordista, ambos os fatos deram-se em 1914.

1.2.1. O Taylorismo e o Fordismo

Com o nascimento das indústrias e conseqüentemente das máquinas o processo de divisão internacional do trabalho (DIT) intensifica-se. Agora os trabalhadores são reunidos num mesmo local de trabalho exercendo cada um sua tarefa específica e executando uma única função, ou seja, a produção é dividida em diversas partes, através de um processo de “cooperação simples”. De acordo com Marx (1987:376):

⁹ “Modo de regulação é todo conjunto de procedimento e de comportamento, individuais ou coletivos, que têm a tripla propriedade de: – reproduzir as relações sociais fundamentais através da conjunção de formas institucionais historicamente determinadas; – sustentar e guiar o regime de acumulação em rigor; – assegurar a compatibilidade dinâmica de um conjunto de decisões descentralizadas, sem que seja necessária a internacionalização pelos autores econômicos dos princípios de ajustamento do conjunto do sistema” (BOYER, R. A teoria da Regulação: Uma Análise Crítica. São Paulo: Nobel, 1990. p. 80).

suando os trabalhadores se completam mutuamente fazendo a mesma tarefa ou tarefas de mesma espécie, temos a cooperação simples. Acentuamo-la porque ela desempenha importante papel mesmo no estágio mais desenvolvido da cooperação. Se o processo de trabalho é complicado, a simples existência de um certo número de cooperadores permite repartir as diferentes operações entre os diferentes trabalhadores, de modo a serem executados simultaneamente, encurtando-se assim o tempo de trabalho necessário para a conclusão de todas as tarefas.”

Sendo assim, os trabalhadores utilizam espaços e máquinas comuns, barateando o processo produtivo e conseqüentemente, diminuindo o tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias, aumentando a mais-valia absoluta.

Neste sentido, ao se desenvolverem as indústrias e fábricas modernas com vários setores e funções diferentes, os capitalistas enfrentam várias dificuldades de administração dos trabalhadores, pois cada trabalhador tem capacidade de produção diferenciada e os capitalistas tinham que ter um certo controle de sua produção. De acordo com Marx (1987: 46,47),

A grandeza do valor de uma mercadoria permaneceria, portanto, invariável, se fosse constante o tempo do trabalho requerido para sua produção. Mas este muda com qualquer variação na produtividade (força produtiva) do trabalho. A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, entre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social dos processo de produção, o volume e eficiência dos meios de produção, e as condições naturais.

Em fins do séc. XIX, Frederik W. Taylor desenvolveu estudos baseados na administração capitalista. O Taylorismo:

abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção, incluindo propostas de pagamento pelo desenvolvimento do operário (prêmios, remunerações extras conforme o número de peças produzidas). O sistema foi muito ampliado nas medidas de racionalização e controle do trabalho fabril, mas também muito criticado pelo movimento sindical, que acusou de intensificar a exploração do trabalhador e de desumanizá-lo, na medida em que procura automatizar seus movimentos. (SANDRONI, 1994:345).

O Taylorismo parte do princípio da organização na gerência científica cujo objetivo era baratear o trabalhador diminuindo o seu preparo e emburrecendo-o e, conseqüentemente, aumentando a produção. De acordo com Aglietta (1976: 95):

à ampliação dos métodos de estudo dos tempos e movimentos visa reduzir a prática do trabalho aos seus elementos mais simples, com o sentido de que um grupo de observadores externos ao processo obtenham o controle absoluto dos trabalhadores envolvidos, o que implica a implantação de uma hierarquia rígida no seio da fábrica, onde a gerência impõe as normas de organização dos seres humanos que ocupam o chão da fábrica.

Nota-se que com a redução da porosidade da jornada de trabalho, o trabalho concreto se torna mais eficiente no sentido de torná-lo estritamente voltado a geração de valor ou melhor “mais-valia”. A essência do capitalismo é o lucro, e este só tem sua origem na geração da mais-valia, ou seja, na esfera da produção ($D - M - D'$), pois a gênese do lucro está na transformação da força de trabalho em mercadoria, onde D é dinheiro como meio de troca; M é mercadoria e D' é o dinheiro acrescido de mais valor. A esfera da circulação ($M - D - M'$) onde M é a mercadoria força de trabalho; D é o salário e M' é o conjunto de mercadorias. Analisando o processo de produção e circulação das mercadorias, nota-se que é na esfera da produção que é produzido a mais-valia e na esfera da circulação é realizada a mais-valia. “Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais-valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente).” MARX (1987: 220). De acordo com Aglietta (1976: 96):

O Fordismo posta-se como o sucedâneo histórico do Taylorismo, designando um conjunto de transformações mais intensas no processo de trabalho estritamente vinculados as mudanças nas condições de existência do salário que engendram a formação de uma norma social de consumo e tendem a institucionalizar a luta de classe sob a forma de negociação coletiva. O Fordismo é uma ilustração brilhante da tese marxista segundo o qual a divisão técnica do trabalho é determinada pelo aprofundamento da divisão social do trabalho.

O Taylorismo na Inglaterra durante o séc. XIX, estava inserido em um contexto sócio-econômico-institucional conhecido pela escola de regulação como “relação salarial”¹⁰ concorrencial, já o Fordismo postava-se em uma “relação salarial” monopolista na qual “acompanha a instauração progressiva de um regime de acumulação intensiva centrado no consumo de massa” (SABOIA: 1989).

No início do séc. XX, a trajetória estadunidense absorveu um grande número de mão-de-obra migrante oriundo da Europa. Isto se explica pelo fato de que a Inglaterra, pioneira da industrialização, foi incapaz de conter os avanços e preservar sua supremacia econômica (fins da “pax britânica” e florescimento da “pax americana”).

Deste modo a indústria automobilística estadunidense fundou um sistema que permitia a produção em massa. O consumo de massa só se deu em países avançados década mais tarde, com o aumento de produtividade foi possível a duplicação dos salários para o famoso “dia de oito horas e cinco dólares” o que influenciava o trabalhador, trabalhar com disciplina no sistema de montagem para se obter uma alta produtividade. Segundo Harvey (1993: 122):

o propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em partes era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar os trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que o consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores. Mas isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente.

Nota-se que com a perspectiva de levar a divisão do trabalho até as últimas consequências, o capitalista obtém um aumento de mais-valia, mas este aumento não era direcionado ao gasto de consumo ou investimento, o que mais tarde provocou um

¹⁰ Entende-se por relação salarial “o conjunto de condições que reagem o uso e a reprodução da força de trabalho”. Compreende a organização do processo de trabalho, a hierarquia das qualificações, a mobilidade dos trabalhadores, o princípio de formação do salário e a utilização do salário (Saboia, Boyer).

excesso de oferta agregada sobre a demanda, ou seja, uma crise de super produção ou melhor, crise de realização da mais-valia.

Os reflexos desta crise não demorariam a ser sentidos. Desde então a teoria de mercados desregulados entra em verdadeiro fracasso onde a “*laissez-faire*” cai por água abaixo. Acreditava-se então que poderíamos superar a crise em torno de um regime político, ou seja, de uma certa intervenção estatal. Neste sentido se avaliavam a função do Estado. Em 1936, com as excepcionais e brilhantes idéias de Keynes expostas na “Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda” consolidavam-se as verdadeiras funções do novo Estado.

Todos estes distúrbios culminam na 2ª Guerra Mundial. Esta permitiu a generalização do processo de trabalho fordista, agora pelos países beligerantes, devido a necessidade de se produzir armamentos bélicos em larga escala. Harvey (1993: 125) sustenta “o problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isto levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação, acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período que se manteve mais ou menos até 1973.”

O Fordismo é pai da hegemonia norte-americana, consolidada em 1944 pelo acordo de Bretton Woods, ou seja, dolarização mundial, onde o dólar posta-se como meio de pagamento mundial.

De acordo com Vasconcelos (1996: 51):

(...) pode-se vislumbrar uma analogia entre as instituições que pilotaram o regime de acumulação durante a ‘pax britânica’ e aquelas que guiam a civilização da ‘pax americana’, com a ressalva de que a primeira não sofreu grandes sobressaltos durante um século, enquanto a segunda só se manteve sem sobressaltos, durante duas décadas. A chave para a compreensão do sistema, encontrar-se-ia no mercado regulado pelo setor público, fundado em um processo de acumulação intensiva e sob a égide de uma relação salarial fordista, ou seja, a antítese do espectro de mercado auto-regulável e a confirmação de um

modo de regulação administrado. O Estado do Bem-Estar pode ser ou não, uma superestrutura erigida sob o mercado regulado, dependendo do país e da base-político-institucional criada, ou seja, alguns países engendraram o 'Welfare State', outros não. O padrão-dólar, foi a maneira encontrada para consolidar a hegemonia norte-americana. A guerra fria, por sua vez, permitiu um sistema de equilíbrio do poder, fragilizado pela confrontação ideológica entre o capitalismo dos EUA e o socialismo de caserna da URSS, contudo, para o bem ou para o mal, os conflitos armados que ocorreram foram isolados e nenhum deles envolveu o confronto direto de diversas nações, como ocorrera durante as guerras mundiais.

1.2.2. A crise do fordismo à acumulação flexível (pós-fordismo)

Com a difusão do fordismo, a partir da II Guerra Mundial, tem-se um período marcado pela altas taxas de crescimento econômico e a estabilidade social mas, a partir da década de 60, o capitalismo sente as contradições advindas do desenvolvimento fordista, que mais tarde bate à porta uma crise sem precedentes.

No fordismo/keynesiano, a relação salarial, posta-se como uma parte essencial do compromisso da organização do modelo fordista como também a organização das firmas diante do processo produtivo. Uma das conquistas de grandes expressão obtidas pelo desenvolvimento fordista diz respeito a relação salarial e à organização sindical, como observa Boyer (1998:8):

(...) à melhoria significativa da distribuição funcional da renda em detrimento dos lucros e a favor dos salários nos países avançados. Essa configuração pode ser explicada a partir dos novos padrões de negociação salarial, através da negociação coletiva. Nesse contexto, o salário deixa de ser uma pura variável de mercado para incorporar um padrão mínimo de vida para a classe trabalhadora, o que permite a estabilidade dos diferenciais salariais, sob a égide do fordismo.

No entanto, tais conquistas acarretaram as contradições inerentes ao sistema capitalista, ou seja, com a fortificação da classe trabalhadora. Os lucros dos capitalistas estavam se tornando cada vez menores.

No final dos anos 60, o desenvolvimento fordista apresentava esgotamento devido a dois fatores: o primeiro diz respeito à relação salarial, que promovia o

esmagamento dos lucros¹¹ capitalista, e a segunda à crise de Bretton Woods que questiona a hegemonia Norte Americana.

No final dos anos 50 até fins dos anos 60, a liquidez internacional em termos de dólares é crescentemente aumentada em decorrência dos déficits comerciais americanos, até desembocar na crise de inconvertibilidade de 1971. No início da década de 70, o sistema financeiro internacional foi afetado pela excessiva expansão da liquidez internacional, taxas de juros reais negativos, inflação, desvalorização do dólar e dois choques do petróleo. Segundo Vasconcelos (1996:53):

Este cenário de estagnação econômica, acompanhado de inflação, é agravado pelo recrudescimento da internacionalização do capital financeiro. Considerando-se esta dimensão, nota-se que, a partir de meados da década de 60, os movimentos financeiros não se sustentavam no lado real da economia emissora do meio de pagamento internacional. Ou seja, a especulação engendra uma dessincronia entre as reservas em ouro dos EUA e a quantidade de dólares em circulação. Nesse contexto, a convertibilidade do dólar em ouro é revogada em 1971, comprometendo o aparato institucional, fundado em Bretton Woods e, conseqüentemente, a validação internacional do sistema fordista e da sociedade que lhe deu forma.

O primeiro choque do petróleo em 1973 fez com que os preços quintuplicassem, o que provocou grande inflação. Segundo Harvey (1989: 140)

a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor de estagnação (...) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em conseqüência, as décadas de 70 e 80, foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político.

Segundo a análise deste autor, no fordismo/keynesianismo (1945 a 1973) há uma contradição inerente ao capitalismo. Tal contradição diz respeito a rigidez. Esta rigidez refere-se a três elementos:

- I. a rigidez no mercado de trabalho;
- II. a rigidez na estrutura fordista de organização do regime de trabalho;

¹¹ Tomando-se como referência a obra de Kalecki (1985), “esmagamento de lucros” constitui-se na elevação no custo salarial sem repasse para os preços dada a produtividade constante.

III. na regulamentação, ou seja, intervencionismo keynesiano.

Nota-se que, com a questionada redução da hegemonia norte americana, com taxas de câmbio flutuante e o sistema financeiro internacional volátil, devido a crise do dólar e a crise estrutural fordista, houve uma intensificação da competição internacional, ou seja, os países da Europa Ocidental, Japão e alguns países recém industrializados postavam-se como desafiadores da hegemonia norte americana. A solução encontrada para crise do fordismo e sua rigidez foi a flexibilização do compromisso fordista. Como consequência, desde meados de 70, houve grandes transformações no cenário mundial. Inaugura-se uma nova conjuntura histórica, na qual podemos destacar três processos históricos, que dão corpo à nova ordem econômica, como aponta Ferreira (1993):

- I) Revolução tecnológica (também conhecida como terceira revolução industrial);
- II) Mudanças de caráter organizacional que se traduzem no surgimento de princípios inovadores em matéria de organização do trabalho e da produção geral;
- III) Mudanças nos mercados de produtos e, em decorrência, nas formas de concorrência intercapitalistas.

Mattoso (1994) caracteriza a terceira revolução industrial como

(...) uma verdadeira destruição criadora schumpeteriana, realizada na década de 80 sob a forma de uma modernização conservadora. Essa modernização, ao mesmo tempo que acentuou os ganhos de produtividade e apontou para um novo padrão tecnológico, assumiu um caráter marcadamente desigual segundo diferentes regiões do globo, países, empresas e indivíduos em uma distribuição desequilibrada dos benefícios do progresso técnico.

A desestruturação da relação salarial anterior fez-se diante das inovações tecnológicas que emergiam nos países centrais. Tal fato ocorreu de forma distinta em cada país. Em geral, nota-se a agressão do capital sobre a organização dos trabalhadores que reúne tecnologias avançadas e eficientes aumentando a produtividade, e ao mesmo tempo, estimulando o desemprego tecnológico. “(...) em quase todos os países capitalistas avançados, sobretudo europeus, após cerca de sete anos de crescimento econômico, em 1989, o desemprego continuava superando em várias vezes os níveis existentes no início da década de 70” (MATTOSO, 1994: 528). Percebe-se uma incapacidade de geração de emprego por parte do sistema econômico, mesmo diante do crescimento econômico.

A terceira revolução industrial não ocorreu de forma homogênea devido ao fato dos Estados apresentarem em suas bases configurações distintas: a primeira, refere-se do resgate das ideais neoliberais; a Segunda diz respeito a um Estado organizado respaldado em suas instituições. Quanto a desestruturação da organização do trabalho pode-se dizer que as mudanças ocorridas são atribuídas tanto à crise iniciada nos anos 70 que se estendeu até meados dos anos 80, quando as políticas neoliberais que acentuaram os efeitos perversos da exclusão social. De acordo com Mattoso (1994: 522-523):

essas transformações, obviamente, não foram homogêneas, pois apresentaram diferenças nos países capitalistas avançados, segundo suas histórias. Nesse processo, alguns se lançaram à dinâmica ultraliberal (EUA e Inglaterra) em quanto outros buscaram manter formas nacionais reguladas ou organizadas (Alemanha e Japão). (...) Esse processo de mudança no mundo do trabalho não pode ser tributado exclusivamente à crise iniciada na segunda metade dos anos 60, que intensificou no início da década de 70 e se estendeu até 1983, ainda que esta crise tenha acentuado tal processo. Tampouco pode ser debitado unicamente às políticas neoliberais, ainda que, sem elas, tais transformações não teriam tido efeitos sociais tão deletérios.

A integração flexível rompe a essência do processo de produção fordista inaugurando o pós-fordismo. Esta solução encontrada para crise do processo de produção tem como características uma maior diferenciação do produto advinda da substituição da produção em massa pelo produção em pequenos e médios lotes, sem romper com a linha fordista (Woods, 1989). O “*just in time*” que surgiu no final da década de 50 na Toyota Japonesa constitui-se em um processo de produção que reúne técnicas interligadas no âmbito da firma: Controle de Qualidade Total (CQT); “kan-ban” (o princípio de estoque zero) e controle estatístico de processo. De acordo com Coriat (1988: 50-51) “a partir dos postos finais do fluxo de produção, a série de ordens de serviço de posto a posto, dirige-se para os postos iniciais do fluxo, de tal maneira que –num dado momento– não há em produção, em certo departamento, senão a quantidade de peças exatamente necessária para satisfazer a uma ordem de produção. É dessa forma que se realiza o princípio de estoque zero, característico do kan-ban”. Com a adoção do processo “*just in time*” a qualidade deve ser aferida no próprio processo de produção do bem, ao contrário da linha de produção fordista clássica na qual o controle de qualidade é realizado após a produção do bem. Assim, nota-se a exigência de uma mão-de-obra

altamente qualificada e diferenciada daquela exigida por uma linha de montagem fordista.

Nesse contexto, a flexibilização emanante ao mercado de trabalho aponta um trabalhador com configurações distintas: mais escolarização, participativo, polivalente e qualificado.

(...) No entanto, uma outra face deste processo aponta para direção diferente. Trata-se do resultado do esforço concentrado de questionamento por parte do capital e de antigos aliados do pós-guerra, hoje submetidos à dinâmica da esfera financeira— de uma série de direitos ou conquistas dos trabalhadores e das sociedades democráticas contemporâneas, obtidos no âmbito internacional da bipolaridade, do Estado do Bem-Estar, das políticas econômicas de tipo keynesiano e do crescimento estável (...). Desta maneira, o surgimento daquele novo trabalhador tem uma contrapartida: a crescente massa de trabalhadores que perdem seus antigos direitos e, não se inserido de forma competitiva no novo paradigma tecnológicos, tornam-se desempregados, marginalizados ou trabalham sob novas formas de trabalho e de qualificação, em relação muitas vezes precárias e não padronizadas. (MATTOSO, 1994: 523-524).

O terceiro elemento desta conjuntura histórica assenta-se nas transformações de concorrência intercapitalista, como aponta Ferreira (1993). A forma encontrada pela organização capitalista posta-se na busca da flexibilidade das linhas de produção, ou seja, em um mercado instável as empresas buscam padrões de competitividade via diferenciação do produto. Outro ponto diz respeito à automação flexível, esta funciona como a solução da elite empresarial ao processo de esmagamento dos lucros. Como podemos notar há uma tendência de superacumulação inerente ao sistema capitalista. As novas estratégias concorrenciais têm origem no âmbito das unidades empresariais onde o processo de internacionalização do capital é a principal estratégia encontrada pelas empresas. Como aponta Porter (1993): “As empresas competem com estratégias realmente globais, envolvendo vendas mundiais, buscando componentes e materiais por todo o mundo e localizando suas atividades em muitas nações, para aproveitar os fatores de baixo custo. Formam alianças com empresas de outros países para ter acesso às suas vantagens”.

O contexto de desemprego e/ou inserção precária ao mundo do trabalho, fome e miséria, acirrados na contemporaneidade, e que assolam grandioso contingente de seres humanos, indicada inclusive por dados da Organização das Nações Unidas – ONU nos quais apresentamos anteriormente denunciam a dinâmica desigual e excludente do capital. Revela-se um grande paradoxo se considerada a ciência, a tecnologia e a intensa capacidade de produção de riquezas alcançadas pelo desenvolvimento das forças produtivas com o processo de complexificação do sistema, porque não é capaz de socializá-las, ou seja, de contemplar todos os seres humanos e fazê-los colher os frutos do trabalho coletivo.

Conforme Wood,

ali onde a produção é distorcida em prol da maximização do lucro, a sociedade (...) pode possuir alta capacidade produtiva suficiente para alimentar, vestir e abrigar toda a sua população em níveis bastante altos e ainda assim conviver com a pobreza, desabrigados e cuidados de saúde inadequados (2011,p.41)

Ao analisarmos as transformações no processo de organização do trabalho podemos notar que no seio do sistema capitalista há uma condição inerente ao sistema, a exclusão socioambiental como consequência de uma única lógica: o lucro.

Logo, as questões socioambiental, urbana e rural, são expressões das desigualdades e contradições de uma mesma dinâmica estrutural, erigem no capitalismo, dada sua essência desigual, concentradora e centralizadora do poder e das riquezas socialmente produzidas. Dessa forma, a crise ambiental na qual presenciamos, numa análise de totalidade, não pode ser compreendida dissociada do modo de produção capitalista que a determina por um complexo de relações estabelecidas, que envolvem a ciência, a tecnologia, os processos produtivos, o mercado, a economia e instituições políticas, sendo marcadas pela intervenção destrutiva desse sistema sobre a natureza que tem prejudicado os biomas e o ecossistema (donde os recursos são esgotáveis); pautadas também na exploração do trabalho e dizimação da própria força de trabalho humana; bem como, pela desigualdade social cada vez mais expressiva, registrada nos índices de pobreza e miséria que atinge um vasto contingente de seres humanos no globo. (SIMIAO, 2014. P. 36, 37)

Como aponta Hirano (1993: 34):

O capitalismo da Pax Americana, centrado na lógica da acumulação intensiva de capital e na divisão inter-industrial do trabalho, provocou uma enorme concentração de investimentos estrangeiros diretos nos

países mais desenvolvidos, provocando uma brutal concentração de capitais e renda. Em comparação com o capitalismo da Pax Britânica, o da Pax Americana substitui e transfere os investimentos dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos em processo de transnacionalização da economia capitalista. (...) No capitalismo da Pax Americana, a relação dos investimentos estrangeiros direto se inverte. Aqui o capital procura os mercados onde a probabilidade de potenciar os lucros e a produtividade do capital é lógica e matematicamente maior, calibrando a sua racionalidade e diminuindo os riscos que poderiam advir do mercado sujeito às interferências políticas de países cujos regimes políticos são extremamente instáveis e irracionais graças a forte presença do patrimonialismo burocrático. Esta modalidade de capitalismo, de fato provocou acentuada desigualdade econômica social e política, advindo extensas camadas populares do mercado e da cidadania política, tornando-as cada vez mais vulneráveis.

Podemos notar que a “nova ordem econômica internacional”, sob os auspícios do capital financeiro, difunde-se de maneira desigual no âmbito dos países centrais e principalmente em países periféricos, o resultado é um processo de grande exclusão social e socioambiental.

Os efeitos desse processo de exclusão são mais devastadores em países que não têm uma estrutura social sólida, ou seja, um “colchão social” no qual são universalizados os direitos à saúde, a educação e a segurança, inerentes a países como Japão e Alemanha. Os países periféricos diante da ausência de políticas públicas que, redistribuam a renda e universalizam direitos humanos, como educação e saúde, tornam-se mais vulneráveis e os efeitos perversos da globalização têm consequências mais drásticas onde a exclusão socioambiental é evidente.

Esta tendência destrutiva do capital reside em sua natureza mesma, como “contradição viva”: ao subordinar a produção aos imperativos da acumulação, o capitalismo não pode sustentar-se indefinidamente sem os avanços tecnológicos e científicos por este obtidos resultem em crescente perdularidade e destruição. O assombroso aumento da produtividade do capital faz senhor e voraz devorador dos recursos humanos e materiais do planeta para, em seguida, retorná-los como mercadorias de consumo de massa, cada vez mais subutilizados ou, diretamente, como armamentos com imenso poder destrutivo (SILVA, 2010, p, 47-48).

A exclusão socioambiental é atribuída a dois fatores básicos:

1. A inovações tecnológicas;

2. A dinâmica financeira caracterizada pela “ressurreição do rentier”.

As inovações tecnológicas em países socialmente avançadas não provocam tantos efeitos perversos quanto em países socialmente atrasados, (...) o potencial de crescimento rápido de um país é forte, não quando ele é atrasado sem qualificação, mas quando ele é tecnologicamente atrasado, mas socialmente avançado” (ABRAMOVITZ, APUD VASCONCELOS, 1996). Em países subdesenvolvidos as inovações tecnológicas causam desempregos tecnológicos, devido à estrutura dos mesmos. A falta de direitos universais, principalmente na questão da educação, posta-se como o fato gerador do desemprego tecnológico. Segundo Braga (1993: 93):

O avanço tecnológico e científico rápido e cada vez mais acelerado dos países desenvolvidos teve, e está tendo agora, um impacto sobre a economia dos países subdesenvolvidos, que, no balanço geral com algumas exceções, é preferencial às suas perspectivas de desenvolvimento. (...) O avanço tecnológico e científico dos países desenvolvidos, e não apenas o alto nível, é também responsável, em parte, pela dificuldade que os países subdesenvolvidos têm para vencer os obstáculos através do aumento de sua produção e exportação de bens industriais.

A década de 1970 como marco histórico da eclosão da crise estrutural do capital. As crises inerentes ao capital transformam o caráter de crises cíclicas passando a ser contínuas, onde as soluções e ajustes imediatos das crises parciais (ajustes fiscais, reforma do Estado, garantia de direitos), não são suficientes para eliminar as contradições na lógica do capital.

Nesta, não acontecem os espaços entre expansão e recessão definidos pelas contradições no processo de acumulação de riqueza e de produção-consumo, mas há a eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas. De acordo com Mészáros (2011;2002) a crise afeta pela primeira vez a totalidade da humanidade e todos os pontos do planeta, mostrando-se longa e duradoura, sistêmica e estrutural, reduzindo a margem de alternativas factíveis do capital em sua busca de sustentabilidade no processo de acumulação da riqueza. Isso se explica por meio da sua tripla destrutividade: (1) ampliação de guerras, cujo movimento se inicia no imperialismo monopolista do século XIX; (2) intensificação do uso dos bens naturais acima da capacidade de suporte, degradação dos ecossistemas e extinção em massa da diversidade; (3) aumento da produção destrutiva, pautada na obsolescência simbólica e material das mercadorias (SACARIAS, 2012. p.128).

A partir de meados da década de 70, os EUA visando a reconquistar a hegemonia perdida (Japão e Alemanha colocaram em questão o poder econômico estadunidense), passa à tentativa de disseminar a ideia de que as eficiências dos sistemas financeiros são atingidas via desregulamentação (concepção neoliberal). Tais ideias foram disseminadas (através do FMI) com mais vigor durante a década de 80, como aponta Braga (1993: 30):

Do ponto de vista teórico, cabe compreender que desde meados dos anos 60 já se aplicava a forma contemporânea pela qual as finanças ditam o ritmo da economia capitalista, conforme analisou Minsky. Essas importantes mudanças das relações financeiras que ocorreram nos EUA significaram uma transição para a turbulência e a fragilidade financeira, que vão tornando conta da economia. Na condição de potência dominante, os EUA têm vivido, desde então, problemas de balanço de pagamento, inerente à luta contra a perda de hegemonia do dólar como moeda internacional. Esta é uma armadilha, uma determinação, constantemente presente na instabilidade e que impacta o Banco Central via perda de reservas, pressões sobre as taxas de juros e de câmbio, condicionalidades à política monetária.

Dessa forma, Sacarias reflete que, numa perspectiva de totalidade, rompe com uma visão endógena desse processo:

Esse tipo de posicionamento inverte uma máxima ambientalista. A crise não é determinadamente ambiental e sim do sistema do capital, no qual a questão ambiental é uma de suas manifestações mais evidentes. É essa crise estrutural do capital, cujas forças potencialmente destruidoras estavam inscritas nos fundamentos do capitalismo, que vem colocando em risco duas fontes de produção de valor e de toda riqueza produzida: a capacidade de trabalho e a natureza (2012, p.129).

Surge então o denominado “Capitalismo Verde” tentando articular e difundir uma “nova” ética socioambiental e econômica, um “humanismo” do capitalismo, onde a “economia verde” é apenas uma articulação perversa impregnada de ideologias conservadoras.

A verdade é que em nossas sociedades tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceito, discriminação e até

distorção sistemática como “normalidade” “objetividade” e “imparcialidade científica (Mészáros, 2009, p.57)

Essa perspectiva é fortalecida, pois representa aos interesses da classe que é poder dominante:

Naturalmente, aqueles que aceitam de modo imediato a ideologia dominante como a estrutura objetiva do discurso “racional” e “erudito” rejeitam como ilegítimas todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida à ordem dominante. Assim em nome da “objetividade” e da “ciência” eles precisam desqualificar o uso de algumas das categoriais vitais do pensamento crítico. Reconhecer a legitimidade de tais categoriais seria aceitar o exame dos próprios pressupostos que são assumidos como verdadeiros, juntamente com as conclusões que podem ser- e efetivamente são- facilmente delas extraídas (MÉSZÁROS, 2004, p58).

Assim, a ideologia verde do capitalismo é estabelecida e orientada pela racionalidade econômica. Como aponta Lowy:

A racionalidade limitada do mercado capitalista com o seu cálculo imediatista de perdas e lucros, é intrinsecamente contraditória com uma racionalidade ecológica, que leve em conta a longa temporalidade dos ciclos naturais. Não se trata de opor os ‘maus’ capitalistas ecocidas aos “bons” capitalistas verdes: é o próprio sistema, fundado na impiedosa competição, nas exigências da rentabilidade na corrida atrás do lucro rápido que é o destruidor dos equilíbrios naturais. (2007,p.50).

Leff acrescenta:

Os devedores dessa dívida pedem sua remissão, novos créditos, uma nova oportunidade para mostrar que podem ser bons sócios e pagadores responsáveis no negócio da globalização econômica. Mas não muda o modo de ver nem o rumo. A origem se desvanece no horizonte do passado; na perda da memória histórica; no espólio dos saberes tradicionais, subjugados e dominados pela ciência e pela tecnologia moderna. Não resta mais do que o presente avassalador, o pragmatismo globalizador. Não há projeções para o futuro fora das inercias que agitam o mundo atual; não há alternativa nem opção; não resta mais do que pedir misericórdia e justiça para continuar sendo parte de um mundo que gravita fora da história, movido pela insensatez econômica. (LEFF, 2015. p.35)

Marx refletiu em “A ideologia Alemã” (2009), que a classe que é poder econômico dominante em determinado tempo histórico, também o é no plano das ideias,

levando em consideração suas condições materiais de fazer valer sua hegemonia. Marx compreendia que esse movimento não ocorre sem disputa entre as classes.

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes, concebidas como ideias; (MARX, 2009, p.68).

O capital articula estratégias de domínio que tem implicações na forma de condução da política. O discurso ideológico e político do capitalismo verde vincula-se com a dinâmica econômico produtiva então estabelecida. O resgate dessas estratégias busca fundamentos na teoria clássica burguesa sobre o desenvolvimento e reformula tais postulados para a gestão da política socioeconômica e ambiental contemporânea a nível global.

(...) a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independente), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (MÉSZÁROS, 2004.p.66).

As teorias de desenvolvimento econômico engendradas pela burguesia no pós Segunda Guerra – desenvolvimentismo ou Nacional Desenvolvimentismo – e o Neodesenvolvimentismo limitam o real e os fundamentos da ação burguesa, assim podemos compreender o recrudescimento do discurso neoliberal que afirma o mercado e o setor financeiro como protagonistas na condução das políticas rumo ao Desenvolvimento Sustentável, cunhando assim o conceito de “economia verde”, a qual

diz respeito a todas as estratégias do capital quanto ao enfrentamento da crise socioambiental.

O paradigma do Desenvolvimento Sustentável e as alternativas a superação da crise socioambiental nos evidenciam um paradoxo, quanto à possibilidade de seu alcance nos limites dessa sociabilidade, porque nos referimos a um sistema que historicamente se ancora na máxima produtividade, lucratividade, exploração, bem como, na expropriação e apropriação privada do trabalho e da natureza, concentração/centralização das riquezas.

Haja vista que as ações empresariais, dimensionadas para o “capitalismo verde” apontam para a transformação da necessidade de preservação dos recursos naturais em mercadoria. É por isso, coloca-se em xeque o novo compromisso “ético humanista” do capital. Isso nos faz questionar a ideologia do desenvolvimento sustentável, que hora se discute, que além de anunciar um novo compromisso ambiental do mercado, reclama a necessidade e a possibilidade de minar ou minimizar as desigualdades sociais. Mas as soluções para a desigualdade social aqui reduzem a uma questão de variáveis, visto que, pobreza e miséria são enfrentadas através de políticas de redistribuição mínima de renda para acesso ao mercado de consumo que não contemplam o conjunto das demandas dos indivíduos. Portanto, não rompem estruturalmente com as causas de ambas. (SIMIAO, 2014. P. 41)

Podemos notar que a globalização é um fenômeno antes de tudo financeiro, mas também se manifesta no lado da produção (lado real da economia) que estão interligados:

O movimento contemporâneo dessas economias (tríade) não corresponde a regulação harmônica do capital financeiro, esperada por Hilferding, entre outros. Também não corresponde plenamente à teoria cíclica de Schumpeter, associada ao automatismo do progresso técnico no ‘capitalismo trustificado’, pela qual haveria, hoje, uma onda longa de crescimento calcada na ‘terceira revolução tecnológica’. E ainda tão pouco equivale à eutanásia do rentista esperada por Keynes, uma vez que o Estado não tem sido capaz de promover um aumento da massa de capitais produtivos no sentido de fazer com que a eficiência marginal do capital caia próximo de zero, e assim conduza à eutanásia. (BRAGA, 1992: 45)

É de fundamental relevância compreender que no capitalismo contemporâneo as finanças ditam as regras, ou melhor, há uma grande dominância financeira¹² na dinâmica econômica. Nesse contexto, Braga (1992: 45)

¹² A dominância financeira também chamada de financeirização é a expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo. Conceitualmente a dominância financeira se traduz no fato de que todas as corporações têm em suas aplicações financeiras, de lucros retidos ou de caixa, um elemento central do processo de acumulação global da riqueza. Com isto, seus departamentos financeiros vêm tornando-se fundamentais e de maior importância estratégica que os de

registra-se que a dominância financeira é a forma mais aparente da dinâmica econômica do capitalismo financeiro contemporâneo. Ela não descarta que a dinâmica siga, em boa medida, condicionada, em última instância, pelo cálculo capitalista do progresso técnico e alimentada pela concorrência internacional interfirmas industriais, apoiadas ou não pelas políticas de ajuste e reestruturação dos países dominantes.

1.3 A situação que nos encontramos: uma análise crítica da ideologia do capitalismo verde

O mês de fevereiro passado¹³ ultrapassou, em muito, toda a média de temperatura do planeta para este mês no último século¹⁴. Informações da NASA¹⁵, disponíveis em seu próprio sítio, divulgados no mês de março apontam para uma “emergência do clima”. Como se já não tivéssemos, há anos, ultrapassado um ponto de não retorno neste aspecto.

Segundo a “insuspeita” agência estadunidense, as temperaturas médias de superfície aumentaram em 1.35°C, resultando a maior margem de aumento do período. O recorde anterior pertencia ao mês de fevereiro, no qual o aumento de temperatura anotado pela mesma agência foi igual a 1.15°C. Alguma coisa assombrosa e sem precedentes.

Obviamente o aumento da temperatura é sentido por todos os habitantes do planeta *GAIA*, e também resta óbvio ser resultado direto do aumento da produção de gases de efeito estufa¹⁶ (GEE).

Pesquisa e Desenvolvimento, ao ponto de assumirem o perfil de bancos-não-bancos, interno às empresas (Braga, 1992).

¹³ - Fevereiro de 2016, quando iniciava o arremate da escrita deste trabalho.

¹⁴ - Quando se começa a fazer os mapas de medições climáticas de mínimo e máximo e também por regiões.

¹⁵ - Instituto Goddard de Estudos Espaciais da NASA.

¹⁶ - Gases de Efeito Estufa (GEE) são substâncias gasosas naturais responsáveis pelo aquecimento do planeta. Os raios solares, ao serem emitidos para a Terra, têm dois destinos: 35% são refletidos e direcionados ao espaço, como radiação infravermelha, e os outros 65% são absorvidos pelo planeta e transformados em calor. Os GEEs são os responsáveis por reter esses raios, transformando a Terra em uma espécie de estufa, daí o nome. Sem eles, a temperatura média seria 30 graus mais baixa, impossibilitando a vida no planeta tal como conhecemos hoje. Para especialistas, o fenômeno anormal é causado pela queima de fósseis, o desmatamento, a agricultura calcada em agrotóxicos, a pecuária e a

O Painel Intergovernamental da Ciência do Clima, da Organização das Nações Unidas, aponta 2°C como o último limite seguro para aumento da temperatura, além do que, as consequências são imprevisíveis para todos os seres vivos.

Os últimos três anos têm mostrado um aumento inquietante e o ano de 2016 não parece ser diferente.

O derretimento das calotas polares e do gelo em todo o mundo acarretam, inexoravelmente, um aumento dos oceanos e a consequente ameaça à vida nas cidades costeiras, afastando as espécies marinhas que não deverão resistir à mudança em seus habitats.

Até o final deste século, estima o Painel Intergovernamental da Ciência do Clima, da ONU, que os níveis do mar deverão subir de 18 a 59 cm.

Aumento de chuvas, de neve e secas prolongadas. Tempestades mais intensas e frequentes. Espécies sem sincronia; plantas que florescem sem que seus insetos polinizadores estejam ativos. Aliás, a extinção de enxames de abelhas, tanto no Canadá, quanto no norte e nordeste dos EUA já é uma realidade¹⁷.

Parece utópico tentar insistir na implementação de medidas que limitem as emissões de gases de efeito estufa em níveis suficientes para impedir o aumento da temperatura média global acima de dois graus Celsius, mas é nossa única e última alternativa. Pena de perecimento do planeta.

ação das indústrias, impedindo os raios de voltarem para o espaço, o que altera o clima natural e desregula os ecossistemas de todo o planeta. In: EcoDesenvolvimento, Ecológico, ano 7, n. 78. 2015.

¹⁷ - Entrevista com o Médico Veterinário, mestre em apicultura pela FMV-UFMG, Gabriel Bacha.

A meta de nada acima de 2° C é um consenso entre os estudiosos da matéria, dos mais variados matizes ideológicos, pois que alcançável e economicamente viável, principalmente se se investe mais em combustíveis renováveis e menos em combustíveis fósseis.

Outra tarefa de extrema urgência é lidar sustentavelmente com a questão dos resíduos nucleares. Particularmente, ao contrário da maioria dos estudiosos do assunto, percebemos ser um erro o avanço da geração de energia elétrica movida a energia nuclear. Quem cuida de seus resíduos? Chernobyl e Fukushima ainda ecoam como um lamentável e indelével alerta.

Ou se corta a emissão dos gases de efeito estufa ou este planeta não será mais habitável a médio prazo, não podemos, ou não devemos considerar uma ou duas décadas como longo prazo neste caso específico. Mas isso seria possível em um modelo produtivo de capitalismo neoliberal?

Particularmente estou convencida de que os estertores do modelo capitalista estão espalhados pelo mundo ocidental. Não mais uma crise cíclica, mas sua crise última, consubstanciada no que assistimos dentro do modelo que convencionou-se denominar, tanto na academia, quanto fora dela, de *neoliberalismo*.

A crise final foi prevista tanto por Engels e Marx (cfr. *Manifesto*, em especial e o Livro II do Capital), quanto por Lênin (em especial o seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo*), e está em pleno acontecimento, pelo menos, desde 2008.

Mas devemos recuar um pouco no tempo. Para entendermos, para que possa ficar mais claro e melhor explicado os seus porquês.

É fundamental perceber que com o advento da Revolução Industrial, uma nova classe social se afirma no cenário mundial, incrementada pela acumulação de riquezas, desponta a classe burguesa. Segundo Silva, a partir de Marx:

Este movimento, essencialmente concentrador de riquezas, altera radicalmente, as relações entre sociedade e natureza. Ao adotar como objetivo da produção a formação de excedentes para o mercado com fins de obter lucro, a burguesia institui a concorrência e a competitividade com valores essenciais às práticas econômicas e impulsiona o desenvolvimento das forças produtivas como contraface da apropriação do trabalho alheio, inaugurando também uma nova etapa na relação com o meio ambiente. Do domínio da terra passa-se, então, ao domínio da natureza (em escala planetária) e da própria humanidade (2010, p.52).

Após a Segunda Guerra Mundial a história é marcada por um ciclo do capitalismo lançado como Revolução Verde.

Nos anos do Pós - II Guerra o capitalismo lançou a Revolução Verde, nome bonito para significar o tsunami de mudanças tecnológicas introduzidas na produção agrícola – introdução de pesticidas, inseticidas e adubos químicos, mudanças genéticas nas plantas, pulverização aérea de agrotóxicos sobre as plantações, invenção de máquinas cada vez mais caras e sofisticadas para substituir o trabalho dos agricultores familiares, etc. Tudo isto aumentou o PIB dos países e do mundo. Em médio prazo, porém essas mudanças tiveram efeitos danosos sobre a saúde humana – dos produtores e dos consumidores – , a fertilidade do solo e as florestas. Sem a precaução necessária, os insumos químicos agrícolas têm contaminado o ser humano e seu meio ambiente, proporcionando ao mesmo tempo fortunas para as empresas químicas privadas, e também a oportunidade de expansão acelerada da indústria farmacêutica, ambas usando fartos recursos recebidos dos fundos públicos. A humanidade vive hoje outro ciclo parecido com o da Revolução Verde: o termo simpático e enganoso é Economia Verde. (CARTILHA ECONOMIA VERDE. p.5)

A cada dia milhares de pessoas abandonam o campo. Técnicas apoiadas em decisões políticas fazem inicialmente grandes promessas para todos. As vantagens, no entanto, acabam restritas a uns poucos, bem poucos, em geral quem já é poderoso. A Revolução Verde beneficia a indústria química, de maquinário agrícola, os grandes matadouros e comerciantes de carne, os “beneficiadores” de alimentos e moinhos. Cria e beneficia especuladores e uma grande e complexa rede de corrupção.

Vejam os casos do arroz nas Filipinas e Indonésia. No passado, os camponeses cultivavam dezenas de milhares de variedades de arroz. Uma extraordinária riqueza genética. Cada uma dessas variedades foi resultado de milhares de anos de seleção, e todos os anos os camponeses guardavam de sua colheita os grãos que lhe pareciam melhores, para serem semeados no plantio seguinte. Vale ressaltar que a produtividade era boa, satisfatória. Não espetacular, porém segura. Havia boa resistência contra pragas e enfermidades e a adubação era orgânica. Após alguns anos aparece o *Rice Research Institute*. Esses institutos colocam no mercado uma semente de arroz espetacularmente produtiva, e acompanhado da ideologia da Revolução Verde de aumento de produção e solução de problema da fome diante da explosão demográfica. Essa semente, no entanto, era altamente exigente: precisa de muita adubação e é muito suscetível a pragas e doenças.

Decisões técnicas apoiadas em decisões políticas fizeram com que os ministérios de agricultura iniciassem campanhas de incentivo e financiamento. Como é comum nesses casos, o pequeno produtor não tem acesso a essas vantagens, no campo sobram apenas os grandes plantadores. Quando o agricultor trabalha com crédito agrícola, o banco exige que trabalhe com semente “certificados”. Esta, naturalmente, é parte do “grande esquema”.

Além desse desastre social, acontece um desastre biológico, digo ecológico: perde-se quase todo aquele capital genético que eram as variedades tradicionais, rompe-se aquela cadeia milenar localmente ajustada, o êxodo rural aumenta.

A Revolução Verde acabou propiciando gigantescos e garantidos negócios a as empresas de produção e comercialização de sementes, as custas do agricultor, que antes era autárquico (LUTZENBERGER, 2012.P.46). Há vantagens, mas acabam restritas a uns poucos. Os custos ambientais sociais acabam sendo pagos pelas massas. O que interessa a Revolução Verde são os quilos a mais por hectares, quase sempre sem levar em conta os custos de insumos ou aspectos como sabor, qualidade e durabilidade. Interessa o aspecto bonito e certa resistência contra praga e doenças.

Hoje, quem domina a genética dos cultivários são os fabricantes dos venenos agrícolas. Os geneticistas agora são funcionários dos fabricantes de agrotóxicos. (LUTZENBERGER, 2012.P.48)

O movimento ambiental que se iniciou como uma resposta à industrialização desde as décadas de 1960 ganhou novos contornos em tempos de capitalismo contemporâneo. Assim, faz-se necessário dizer que vivenciamos uma série de “ajustes globais”, no processo de mundialização do capital, que tem aprisionado economias, condicionado a “periferia do capital” à submissão aos países de economia capitalista desenvolvida, desconstruindo o “Estado social” e reconstruindo um “Estado para o capital”. Os resultados desse processo é perceptível na destituição de direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora, na diminuição dos gastos públicos, na flexibilização de relações de trabalho, nas políticas de “gestão da pobreza” em nome da sustentabilidade do Capital.

Segundo BOFF¹⁸, embora se creia que o conceito de sustentabilidade tenha origem recente (reuniões da Organização das Nações Unidas nos anos 1970) quando se conscientizou as sociedades que o crescimento econômico tinha limites, na verdade a ideia é bastante mais antiga. Tem uma história de mais de 400 anos que poucos têm a sorte de conhecer.

Sustentare, que tem o mesmo sentido do que em português, significa *segurar por baixo, suportar, servir de escora, impedir que caia, impedir a ruína e a queda*¹⁹.

Boff ensina que

Sustentabilidade é, em termos ecológicos, tudo o que fizemos para que um ecossistema não decaia e se arruine. Para impedi-lo podemos, por exemplo, criar expedientes de sustentabilidade como plantar árvores na encosta da montanha, que servem de escora contra a erosão e os deslizamentos.²⁰

¹⁸ Boff, Leonardo. *Sustentabilidade – O que é – O que não é*. Petrópolis : Vozes, 2012, p.31.

¹⁹ Cfr. Dicionário eletrônico da língua portuguesa, de Antonio Houass. Boff faz menção do Dicionário de Verbos e Regimes de Francisco Fernandez de 1942, sem outras indicações.

²⁰- opus cit. Pp. 31-32.

Para o pensador cristão, condenado pelo direito canônico formalmente ao “silêncio obsequioso” e que preferiu sair da igreja católica e falar, escorraçado da igreja por suas posições vigorosas e críticas, há também uma possibilidade de outro olhar para o verbete sustentabilidade, a indicar conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir viver, conservar-se sempre à mesma altura e conservar-se sempre bem.

No dialeto ecológico isto significa: sustentabilidade representa os procedimentos que se tomam para permitir que um bioma se mantenha vivo, protegido, alimentado de nutrientes a ponto de sempre se conservar bem e estar sempre à altura dos riscos que possam advir. Esta diligência implica que o bioma tenha condições não apenas de conservar-se assim como é, mas também que possa prosperar, fortalecer-se e coevoluir.²¹

Boff sustenta que a primeira preocupação com a ideia de sustentabilidade data de 1560, na Província da Saxônia, com a preocupação sobre o uso racional das florestas, de modo a que pudessem se regenerar e se manter permanentemente fornecendo a madeira que servia, assim como hoje o petróleo, para fins multíuso. Desde casas, móveis, utensílios e grandes caravelas, indo para o prosaico combustível para cocção de alimentos e aquecimento.

Medidas protecionistas eram fundamentais, mais do que necessárias.

Prossegue Boff no seu peculiar didatismo:

Mas foi somente em 1713, de novo na Saxônia, com o Capitão Hans Carl von Carlowitz, que a palavra ‘sustentabilidade’ se transformou num conceito estratégico. Haviam-se criado fornos de mineração que demandavam muito carvão vegetal, extraído da madeira. Florestas eram abatidas para atender esta nova frente do progresso. Foi então que Carlowitz escreveu um verdadeiro tratado na língua científica da época, o latim, sobre a sustentabilidade (*nachhaltig wirtschaften*: organizar de forma sustentável) das florestas com o título *Silvicultura Oeconomica*. Propunha enfaticamente o uso sustentável da madeira. Seu lema era: ‘devemos tratar a madeira com cuidado’ (*man muss mit dem Holz pfleglich umgehen*), caso contrário, acabar-se-á o negócio e cessará o lucro. Mais diretamente: ‘corte somente aquele tanto de lenha que a floresta pode suportar e que permite a continuidade de seu crescimento’. A partir desta consciência os poderes locais começaram a incentivar o replantio das árvores nas regiões desflorestadas. As ponderações de ontem conservam

²¹- idem, p. 32.

validade até os dias de hoje, pois o discurso ecológico atual usa praticamente os mesmos termos de então²².

Como se pode perceber facilmente, os avisos de uso moderado e sustentável dos recursos naturais têm mais de quatro séculos. Por que a humanidade não os escuta? Como admitir nos dias de hoje, de informações colossais ao alcance dos dedos, que a sociedade ainda se comporte como o escorpião da fábula que alega “seus instintos” para, matando a rã que o atravessaria o rio, também perecer.

A humanidade da pós-modernidade tem assolado o planeta de forma violenta e sem limites, como se seus recursos não fossem finitos. Aqui o “instinto” capitalista é o de um escorpião que nos fará perecer a todos e todas.

Outra vez, sob nosso piedoso e contrito silêncio, a sabedoria do velho ecologista:

Os tomadores de decisões particularmente no campo da economia e das finanças, em profunda crise sistêmica, lentamente percebem que as causas principais da crise atual não se encontram na economia, mas na ética que foi desrespeitada pelo excesso de ganância e pela ausência da justa medida que levou à falta de confiança, necessária para a fluidez da vida econômica. Temos que voltar a fazer o bem, o justo e o certo, e não apenas fazer o mal. Por isso se justifica a intrigante pergunta: Que tipo de sustentabilidade os países industrializados e ricos podem oferecer para a vida e para a Terra se não conseguem sequer garantir a sustentabilidade daquilo que constitui o mais importante para eles, que são os mercados e o valor das moedas?²³

Difícil é concordarmos com a genialidade de SACHS²⁴, quando afirma o determinante empenho da ONU em salvar o planeta e impedir sua destruição pelo incontrolável aumento dos gases de efeito estufa (GEE):

A ONU tem sido um sucesso proeminente na promoção da conscientização ambiental, incorporando-a ao conceito de desenvolvimento multidimensional. Nos 20 anos decorridos entre as conferências de Estocolmo e a do Rio,

²² - *ibidem*, p.33.

²³ - *idem*, pp. 165-166.

²⁴ - *opus cit.*, p. 59.

alcançou-se um substancial progresso em termos da institucionalização do interesse pelo meio ambiente, com o lançamento do Programa do Meio Ambiente da ONU e com o avanço na proteção do meio ambiente global por uma série de tratados internacionais.

Como concordar que a prática da Organização das Nações Unidas seja um sucesso, ainda que no nível de conscientização, se o que vemos é a destruição avassaladora em todos os níveis?

No entanto, indispensável trazermos os oito critérios de sustentabilidade de SACHS²⁵:

1. Social:

- alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
- distribuição de renda justa;
- emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente;
- igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

2. Cultural:

- mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
- capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
- autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

3. Ecológica:

- preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis;
- limitar o uso dos recursos não-renováveis;

4. Ambiental:

- respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

5. Territorial:

- configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);
- melhoria do ambiente urbano;
- superação das disparidades inter-regionais;

²⁵- idem, ibidem, pp. 85-88.

- estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

6. Econômico:

- desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;
- segurança alimentar;
- capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica;
- inserção soberana na economia internacional.

7. Política (nacional):

- democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
- desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
- um nível razoável de coesão social.

8. Política (internacional):

- eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;
- um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco);
- controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios;
- controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;
- sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

É importante pontuarmos que a questão ecológica, ainda que tratada sob a forma de recursos, tanto por MARX, quanto por ENGELS, não era propriamente uma questão no século XIX, uma era de exploração máxima das classes trabalhadoras e destruição ambiental sem qualquer tipo de controle, sequer o do remorso cristão.

Fundamental deixarmos claro que o aprofundamento da questão ecológica, desde seu início, passa por pensadores com formação marxista, o que não constitui nenhum paradoxo.

Assim, feitas estas considerações e pontuados os conceitos básicos da teoria marxista, tão pouco estudada e tão vilipendiada exatamente por aqueles que a ignoram, vejamos os antecedentes históricos de nosso trabalho, com a orientação segura do roteiro de SACHS²⁶.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, de 1972, ocorrida em Estocolmo, colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional. Ela foi precedida pelo encontro Founex, de 1971, implementado pelos organizadores da Conferências de Estocolmo para discutir, pela primeira vez, as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente, e foi seguida de uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram, vinte anos depois, com o Encontro da Terra no Rio de Janeiro²⁷.

Segundo Camila Moreno, pesquisadora e coordenadora de sustentabilidade da ONG ecológica Alemã Fundação Heinrich Böll, em fala transcrita pela Carta Maior, em 20/12/14, a discussão sobre Economia Verde é operada tendo como horizonte o tempo em que estamos até o ano de 2020, quando então tanto a Organização das Nações Unidas – ONU assumirá uma nova arquitetura institucional e financeira, quanto em termos de marcos legais nos países. Assim como se leva em consideração um período mais longo que compreende até 2050 quando imaginam que estará consolidada a transição de uma economia pós-petroleira. De acordo Camila Moreno a “Economia Verde é intrinsecamente dependente da economia marrom, da economia petroleira”.

O que está em jogo no horizonte é como o capitalismo vai viver para além dos combustíveis fósseis. Assim, a Economia Verde surgiria como alternativa para viabilizar não só a expansão da atual economia petroleira até seu limite, mas também o controle das novas fontes de energia pelas mesmíssimas empresas e grupos de poder que mandam no petróleo. “Economia Verde” é fundamentalmente como vai se extrair mais recursos naturais e quem vai controlar esses recursos”.

²⁶ - apud Stroh, Paula Yone (org) *Ignacy Sachs: caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

²⁷ - opus cit. p. 48.

O conceito de Economia Verde surge logo após o lançamento do relatório da ONU sobre o impacto econômico das mudanças climáticas. A partir de então são construídos planos para a transição de uma economia de baixo-carbono tendo como principal medida imediata a aposta nos agrocombustíveis. Cabe ressaltar que em 2008 no contexto da explosão dos agrocombustíveis, a crise alimentar também foi uma realidade. No entanto, segundo Camila Moreno: “Economia Verde é no novo discurso hegemônico, diz pesquisadora”, transcrição de fala de Camila Moreno,

[...] ideia de baixo-carbono não colou depois de 2008, quando a ideia de ‘baixo’, ‘pequeno’ ou ‘diminuir’, era completamente ao contrário do senso de superação da crise. Então todos os textos de economia de baixo carbono foram rebatizados para desenvolvimento verde, e daí ficou o verde. (por Rodrigo Otávio, (Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/MeioAmbiente/Economia-verde-e-novo-discurso-hegemonico-diz-pesquisadora/3/25270>. Acesso em: 23/06/2016)

Dessa forma, ainda na discussão de Camila Moreno, o debate de economia verde se entrelaça ao de clima e energia, uma vez que, a partir da construção de uma política nacional e de planos de ação dos países “que vai se introduzir a ideia de criação de mercado dos ativos ambientais, perdendo toda a construção política do que é agroecologia e disputa de sistemas”. Cabe notar que o incentivo a criação desses novos mercados denominados verdes, abrem um novo espaço para acumulação do capital. Nesse sentido, Camila Moreno exemplifica que no Relatório das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), há uma definição do “estoque e o fluxo de serviços ecossistêmicos” como “constituição” do capital natural.

Ou seja, o ‘estoque e o fluxo de serviços ecossistêmicos’ é a polinização das abelhas, respiração das aves, a água e a fertilidade do solo, traduz a pesquisadora, acrescentando que, ainda segundo o PNUMA, “o erro da economia marrom é que até agora ainda não conseguiu dar valor (preço) a esses ativos. O enredo se dramatiza quanto temos um contexto em que “esses ativos”, os recursos naturais, estão cada vez mais escassos. Aí, salienta Camila, entra “a velha e boa garantia de direitos de propriedade sobre esses ativos ambientais”. Ela alerta que no Brasil a questão está explicitada no Código Florestal, quando o capítulo 11 cria o certificado de Cobertura da Reserva Ambiental e dá poderes aos proprietários de terra com excedentes de reserva legal a registrarem e negociarem essas “sobras” em bolsas de valores, as futuras bolsas verdes.

Segundo SIMIAO:

O conceito de sustentabilidade fomentado por organizações como o Instituto Ethos (Instituto voltado para fomentar a Responsabilidade Social <http://www3.ethos.org.br/>) contempla indicadores sociais, ambientais e econômicos, nos discursos apresentados, afirmam revelar uma preocupação com a intervenção ambiental consciente e viável, com o desenvolvimento econômico e social, com o trabalho, a comunidade etc. O produto dessas Conferências e Comissões da ONU e o substrato das formulações mais importantes discutidas culminam na construção de documentos oficiais que terminam por serem referências de planejamento e ação da gestão “socioambiental humanizada”(COMPÊNDIO UNIETHOS, 2008).

Segundo a CARTILHA ECONOMIA VERDE: A NOVA ERA (p.11)

Ao perceberem que maquiagem a realidade e negar as críticas dos movimentos e organizações sociais é um mau negócio, as empresas e seus estrategistas resolveram mudar de tática: reconhecem que problemas como as mudanças climáticas existem, mas buscam, ao mesmo tempo, maneiras de ganhar ainda mais com a necessária busca de soluções. Passam a promover a “economia verde”, ou “capitalismo verde”, ou ainda “ambientalismo de mercado”, mascarados no discurso do ‘desenvolvimento sustentável’. Mas, na realidade, capitalismo é sempre capitalismo, independentemente da cor e do adjetivo.

Já no período da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio92, esses setores capitalistas tentavam convencer seus pares da importância e da oportunidade de bons negócios abertos pela crise ambiental. A partir de 1997, por ocasião da Conferência que lançou o Protocolo de Quioto, que só começou a vigorar em 2005, começou-se a falar em “mercado de créditos de carbono” e coisas parecidas.

Nilo Batista, prefaciando a obra *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*²⁸, do mais aclamado discípulo de BOURDIEU²⁹, ensina que: O sistema penal nas sociedades pós-industriais não interessa agora como consumidor. A nova fórmula seria: penas alternativas para os possíveis consumidores e cadeia para os ‘consumidores falhos’.

Diante deste quadro econômico e político, o Direito, em especial o Direito Penal, tem servido à elite dominante e conservadora como forma estratégica de controle social,

²⁸ Rio de Janeiro, Revan: 2003, p.8.

²⁹ Refiro-me a Loïc Wacquant.

na tentativa de gerir o caos iminente em sociedades que se degeneram pela miséria e exclusão de seus membros, decorrente da ressurreição do “rentier” que beneficiam alguns. A ideia de “sustentabilidade” vem agora fluidificada num mercado ilusionista, como o de créditos de carbono.

1.3.1 Desdobramentos Teóricos do Capital Internacional: A Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

Em 1972, em Estocolmo, Suécia, a ONU organizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano ou Meio Ambiente. O resultado desse evento foi a divulgação de um manifesto ambiental no qual estavam presentes 26 princípios para elucidar as bases da agenda ambiental do sistema das Nações Unidas. Conforme SIMIÃO (2014, p. 47)

Neste Manifesto Ambiental da Conferência das Nações Unidas, em seus princípios selavam-se compromissos com a preservação do meio ambiente (fauna, flora, ecossistemas) e seus recursos finitos; com o bem estar e qualidade de vida dos seres humanos, através de políticas demográficas; condições de trabalho favoráveis; Planejamento racional quanto as necessidades do desenvolvimento e as condições do meio ambiente; punições severas às práticas ilegais que tem impactos destrutivos ao meio ambiente através do Estado que exerceria essa função normativa e fiscalizadora, associado ao controle rigoroso das Instituições Nacionais apropriadas; a ciência e a tecnologia como protagonistas para um desenvolvimento econômico e social poupador do meio ambiente, dentre outros.

Atualmente, com olhar sobre a crise ambiental, social e econômica, podemos inferir que a maioria destes princípios não se materializou – inclusive, foram desconsiderados por alguns países, em geral os mais desenvolvidos e também mais poluentes. Mas o discurso regido à época evocava o compromisso ético com a preservação do meio ambiente e apelava às autoridades de cada Nação que engendrassem políticas que impulsionassem práticas sustentáveis.

Conforme a reflexão do Manifesto Ambiental (Estocolmo Suécia, 16 junho de 1972) em que a Organização das Nações Unidas – ONU faz um apelo às “consciências” do mundo para que se sensibilizem a necessidade de ter maior cuidado e prudência em relação ao meio ambiente. Nesse documento a ONU diz que através de todo conhecimento e uma ação racional poder-se-ia articular uma vida melhor e um meio ambiente afinado com as necessidades humanas. Caberia então, ao homem, o incremento da ciência e do conhecimento para construção em parceria com a natureza de um mundo melhor. O objetivo central seria o alcance de um modelo de desenvolvimento contínuo que pensasse no bem comum, no equilíbrio ambiental, que respondesse as necessidades das nações de outrora, sem comprometer a vida das gerações futuras.

As Nações Unidas, em Assembleia Geral, criaram o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), onde propuseram uma avaliação das transformações ocorridas ao longo da década após 10 anos decorridos da Conferência de Estocolmo, em 1972. A Comissão Brundtland publicou o relatório de suas ações nomeadas de “Nosso Futuro Comum”, que além de apresentar as condições ambientais do planeta e as conexões com o modelo de desenvolvimento adotado pelos países conceituou o Desenvolvimento Sustentável.

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.” (...) “Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso à crises ecológicas, entre outras. O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.” (...) “Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia. No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.” (...) “Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas (ZACARIAS, 2012 apud ONU BRASIL).

Isto viabilizou a formação da Comissão Brundtland que iniciou seus trabalhos em 1983. Quatro anos mais tarde, a Comissão publicou o resultado em seu relatório, onde a conjuntura de crise da dívida dos países do Terceiro Mundo aparece em destaque, em especial no terceiro capítulo. Diante das distorções de mercado, da perda de trocas, dos altos custos dos serviços da dívida e do aumento da pobreza, o Relatório exorta as IFMs a incluírem em seus programas de ajuste parâmetros ambientais. O relatório chega a sugerir um novo ajuste estrutural onde se propõe que o mesmo leve em conta premissas outras além da estabilização financeira:

Uma mudança semelhante de ênfase é necessária em relação aos programas de ajuste empreendidos pelos países em desenvolvimento (...) ter em conta objetivos de desenvolvimento mais amplos e de longo prazo, do que a estabilização financeira: crescimento, objetivos sociais, e os impactos ambientais (OUR COMMON FUTURE, 1987, p 86)

A proposta do desenvolvimento sustentável oferecida pelo Relatório visa regular o desenvolvimento econômico, e é apresentada como uma saída à estagnação e à crise vivida pelo Terceiro Mundo nos anos 1980. O Relatório aponta para a existência de distorções econômicas, mas não aponta a causas das mesmas.

Responsabiliza a crise, mas não propõe a suspensão dos pagamentos de juros, ou a redefinição dos objetivos dos projetos financiados pelo BM no Terceiro Mundo. Como solução, propôs um novo ajuste capaz de introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável nos países do sul, através da implementação de políticas públicas.

Sobre esse Relatório cabem algumas considerações, em verdade, ele subsidiou a construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável mais afinada com os interesses mercadológicos, bem como, de oposição às indicações ecológicas mais radicais que vislumbram uma perspectiva mais “democrática”. O legado desse Relatório foi a criação da ideologia do crescimento controlado do capital. Conforme Silva (2003, p.46)

Apesar do Relatório de Brundtland identificar um fosso social enorme entre os países; de relatar que a dívida dos países periféricos agravada, ainda mais, os seus problemas ambientais e que as estratégias de desenvolvimento dos países centrais são insustentáveis para o meio ambiente; a comissão propõe uma política de consenso com saídas diplomáticas e sem eficácia prática para o enfrentamento da pobreza nos países de economia periférica. A proposta se resume numa carta de boas intenções e na promessa quanto ao empenho das Nações Unidas para melhorar a qualidade de vida no planeta.

O desenvolvimento sustentável seria adotado, definitivamente, na Rio92, conhecida também como “Cúpula da Terra”, e teve como desdobramento a Agenda 21.

A Agenda 21 além de abordar as questões ambientais, discutiu os padrões de desenvolvimento que causavam danos ao meio ambiente. Nesse sentido, trouxe para a pauta, temas como: a pobreza e a dívida externa dos países periféricos; processos de produção e consumo e a insustentabilidade de seus padrões; as pressões demográficas e a estrutura da economia mundial. Além disso, enfatizou a necessidade de fortalecimento do papel das formas organizativas em defesa da natureza e do trabalho, como grupo de mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs, para o alcance do Desenvolvimento Sustentável. No entanto, a agenda 21 culminou em propostas e estratégias com pouca força na determinação da ruptura com a dinâmica destrutiva da natureza pelo capitalismo porque buscavam se adequar à manutenção da hegemonia desse sistema. Estavam profundamente entrelaçadas ao neoliberalismo. Assim, as estratégias da Agenda 21, que definia o protagonismo do Estado no fomento do desenvolvimento sustentável no seu território de origem, assumiram um caráter paliativo, imediatista e pontual (SILVA, 2003). O apelo à sensibilização das consciências não poderia representar uma solução concreta a questão ambiental porque tendia a naturalizar as relações capitalistas, não se contrapondo aos seus fundamentos estruturais, bem como, a particularizar nos indivíduos a responsabilidade pelo resgate de um futuro de esperança. (SIMIÃO, 2014. P.49, 50)

Houve, em 1997, uma sessão especializada realizada pela Assembleia Geral da ONU denominada de Cúpula da Terra+5 com o propósito de revisar e avaliar a implementação da Agenda 21 bem como tecer orientações para sua implementação. Conta no documento final a recomendação da adoção de metas vinculadas juridicamente para redução das emissões de gases de efeito estufa que geraram mudanças climáticas e para uma maior movimentação dos padrões sustentáveis de distribuição de energia (produção e consumo), bem como, a erradicação da pobreza como um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável. Entretanto, o Protocolo de Kyoto, lançado em 1997, contribuiu para a mercantilização da natureza, ou “créditos de carbono” decorrentes desse documento constituíram instrumentos de negociação no próprio mercado financeiro. Assim,

As empresas que conseguissem reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), adquiria o direito de emitir créditos de carbono e esses últimos passaram a ser precificados negociados no mercado. Os créditos de carbono tinham como um objetivo fomentar a substituição dos processos produtivos considerados “sujos” por novos processos “limpos”. No entanto, o volume alto dos títulos e sua negociação massiva criou um mercado, tendo vários tipos de produtos financeiros a ele associado. Tais créditos passaram a ter cotação nas Bolsas de Mercadorias, com análise das tendências de alta, das expectativas de queda, operações de mercado futuro, dentre outras questões (KLIASS, 2012).

Como aponta SALVIATTI (2013)

Dessa forma as políticas internacionais de meio ambiente, elaboradas e aplicadas ao longo dos anos 1990, concretizadas no documento final do Protocolo de Quioto, funcionaram como um elo privilegiado de transmissão de interesses que constitui a moderna divisão internacional do trabalho, representada na economia mundial. Trata-se da disputa pelo excedente, pelo controle da acumulação e da distribuição de riqueza, no qual as fontes de recursos naturais possuem um lugar de destaque.

O Protocolo de Quioto se insere dentro da dinâmica das relações econômicas mundiais predominantemente financeirizadas. Os mecanismos desenvolvidos pelo acordo acompanham as demandas do momento histórico no qual se inserem e acabam também por interferir no mesmo (...). As questões levantadas e as formas como estas são solucionadas partem de um lugar comum bem definido: a manutenção do controle das economias do Terceiro Mundo.

Podemos perceber que está implícita a perspectiva do capital de universalizar as relações, passou-se a incorporar a dimensão do meio ambiente como mais um

instrumento de acumulação e dinamização do mercado. Nesse contexto, Leff nos ensina:

O discurso do desenvolvimento sustentável inscreve-se assim numa “política da representação” (Escobar, 1995), que simplifica a complexidade dos processos naturais e destrói as identidades culturais para assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder para a apropriação da natureza como meio de produção e fonte de riqueza. Neste sentido, as estratégias de sedução e simulação do discurso da sustentabilidade constituem o mecanismo extraeconômico por excelência da pós-modernidade para a reintegração do ser humano e da natureza à racionalidade do capital (O’Connor, 1993), gerando formas mais sofisticadas, sutis e eficazes para a exploração do trabalho e a apropriação dos recursos naturais que a aplicação da violência direta e a lógica pura do mercado (2001, p.25,26).

QUADRO 1: DE COPENHAGUE A CANCUN: AVANÇAM OS MECANISMOS DE MERCADO

A Conferência-Marco das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, realizada em Copenhague em 2009, chamada **COP15**, marcou a vitória dessa nova estratégia do “mercado”: aproveitar-se da crise ambiental para produzir mais lucros, mesmo que isso aprofunde o problema. Mas só na **COP16**, em Cancun, México, no ano seguinte, é que o “mercado” e governos afins fecharam um grande acordo: transformar a natureza em mercadoria, passível de ser vendida, comprada e especulada. Se entre os séculos XVIII e XX o capitalismo já havia transformado solo, trabalho – inclusive o dos escravos e o infantil –, minérios, vapor, petróleo e o próprio dinheiro em mercadorias, o capitalismo do século XXI dá sua contribuição mercantilizando ar, gás carbônico, código genético, água, beleza natural e até mesmo ideias na cabeça das pessoas.

É possível aguentar tudo isso?!

Em 2011, a **COP17** foi realizada em Durban, na África do Sul. A mobilização da sociedade civil, especialmente a sul-africana, visou barrar o aprofundamento do Acordo de Cancun. Mas não houve avanços. Apenas se conseguiu que o Protocolo de Quioto não fosse abandonado, mas tudo foi empurrado com a barriga para um próximo acordo.

No mais, o Fundo Verde continua fraco, por causa da crise mundial, e o Banco Mundial, um dos principais financiadores das atividades que geram as mudanças climáticas, é mantido como seu gestor. Logo esse banco, que, da mesma forma que as demais

Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), está a serviço dos interesses do Norte global, das empresas transnacionais e das elites financeiras e políticas. Essas instituições são responsáveis por fortalecer o sistema econômico que empobrece a grande maioria da humanidade, espolia a natureza, gera aquecimento global e acaba com a soberania dos povos.

FONTE: CARTILHA ECONOMIA VERDE: A NOVA CARA DO CAPITALISMO. p. 21, 22.

Podemos, à guisa de exercício de fixação, estabelecer que até 1970 o desenvolvimento vinha sempre atrelado à devastação, após o que, quando do Protocolo de Estocolmo, e, mais acentuadamente após a convenção quadro das Nações Unidas sobre mudança climática (Rio de Janeiro, 1992) e do Protocolo de Kyoto (1997), passou-se a uma discussão (pouco séria, a meu modestíssimo juízo, pois que preocupada tão-somente em fazer o papel correto, “para inglês ver”) sobre a “sustentabilidade” e “salvação do planeta”. Como se ele ainda pudesse vir a ser salvo...

O Banco Mundial, a Organização Mundial de Comércio e o Fundo Monetário Internacional impunham o tripé, após a IIª Grande Guerra, capaz de salvar a “paz real”, ou seria solver? Em tempos de guerra fria pregavam: respeito aos Direitos Humanos, desenvolvimento econômico e democracia, obviamente lida apenas como liberdade para explorar os explorados.

Dinheiro “virando” dinheiro sem que passe pelo processo produtivo. Como termos um desenvolvimento sustentável com esse pilar dos tempos do capital financeiro fictício?

Os créditos de carbono, negociados nas Bolsas de Mercado Futuro (BM&F) têm uma distância razoável da precariedade das licenças ambientais? Como a tragédia do rompimento da barragem de rejeitos minerários em Bento Rodrigues,

exemplificativamente, de responsabilidade da cobiça desmedida e irresponsável da Samarco S/A, da Vale S/A e da multinacional BHP Biliton Limited³⁰.

Nas bolsas de valores, em especial as de mercado futuro, onde o mercado financeiro é mais agressivo, altamente especulativo e, na prática, “regulado” pela Comissão de Valores Mobiliários, as grandes empresas não contam com qualquer tipo de entrave burocrático para suas atuações. Nenhuma tragédia, só lucro.

Tentamos compreender o desenvolvimento das relações econômicas que foram estabelecidas entre os países e sua correspondente divisão internacional do trabalho, ou seja, a especialização econômica das nações inseridas no comércio internacional. Assim, busca-se a compreensão dos nexos estabelecidos entre o desenvolvimento econômico dos países endividados e ricos em recursos naturais, à luz de um recorte histórico da economia internacional através das contribuições legadas pela Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina nos anos 1950, em outras palavras, distorções econômicas que em conjunto atuaram e continuam atuando sobre a distribuição de produção e riqueza entre as nações na economia internacional e com forte impacto sobre o uso dos recursos naturais.

Os anos 1980 foram um período de grande inflexão para a política internacional. O recrudescimento da cartilha liberal pelos Estados Unidos da América trouxe profundas transformações de natureza econômica, política, social, jurídico e ambiental de grande alcance. A influência dos EUA sobre as organizações internacionais formais através dos atos internacionais na busca de soluções para questões climáticas, produziu novas agendas políticas por intermédio de programas, projetos e ações que remodelaram as condições para a promoção do “desenvolvimento” em todos os países, especificamente nos países de Terceiro Mundo ou de Capitalismo Periférico, através dos Programas de Ajuste Estruturais (PAEs).

³⁰ - A corporação anglo-australiana é a maior companhia mineradora do mundo em termos de receita.

A partir das perspectivas das distorções macroeconômicas produzidas pelas políticas neoliberais e do papel produtivo desempenhado pelos países periféricos, colocou-se em pauta nos debates políticos e estratégicos a condição dos recursos naturais, bem como os relatórios desenvolvidos por instituições internacionais que apresentaram as transformações da economia internacional e o contexto político da época. A partir de 1990, as políticas internacionais desenvolvidas para o meio ambiente basearam-se na influência dos desdobramentos econômicos da década. Assim, o Protocolo de Kyoto é fruto desse contexto histórico e responde às demandas do regime de acumulação altamente financeirizado que passou a ocupar a lógica da produção capitalista por meio da criação de mecanismo de flexibilização econômico. O “truque” do mercado de créditos de carbono estava para começar a reinar, impávido, um colosso. Sem qualquer voz contrária ou qualquer registro dissonante.

O Protocolo de Kyoto determinou uma cota máxima de Gases de Efeito Estufa (GEE) que os países desenvolvidos podem emitir. Os países criam leis que restringem as emissões de GEE. Assim, aqueles países ou indústrias que não conseguem atingir as metas de reduções de emissões, tornam-se compradores de créditos de carbono. Uma grande “oportunidade de negócios”. Até aí uma nova mercadoria, em tese.

Ocorre que créditos de carbono ou, melhor dizendo, Redução Certificada de Emissões (RCE), como o próprio nome indica, são apenas certificados, “papéis”, para utilizarmos a linguagem do mercado de capitais e futuros, emitidos para uma pessoa ou empresa que reduziu a sua emissão de gases do efeito estufa (GEE).

Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) equivale a um crédito de carbono. Este crédito pode ser negociado no mercado internacional. A redução da emissão de outros gases, igualmente geradores do efeito estufa, também pode ser convertida em créditos de carbono, utilizando-se o conceito de Carbono Equivalente (Equivalência em dióxido de carbono), nos termos dantes expostos.

Acontece que ao comprar créditos de carbono no mercado, significa o mesmo que comprar uma permissão para emitir GEE, logo, como se pode perceber sem qualquer dificuldade, nenhuma influência positiva na chamada “sustentabilidade”, ao contrário. O preço da permissão, negociado no mercado, deve ser necessariamente inferior ao da multa que o emissor deveria pagar ao poder público, por emitir GEE. Não passa de um “mecanismo de flexibilização” das regras protocolares (Kyoto, Eco Rio, etc.). Para o emissor, portanto, comprar créditos de carbono no mercado significa, na prática, obter um desconto sobre a multa devida. Ou mesmo uma desoneração penal, vez que multa é igual a sanção por ato ilícito.

Como bem pontua SALVIATI³¹:

PRINCIPIO DA PRECAUÇÃO: Em meio a questionamentos feitos sobre a validade das questões levantadas pelo IPCC sobre a mudança climática e sobre a responsabilidade que este apontava para os países industrializados, o princípio da precaução instituiu que mesmo na ausência total de certeza científica, critério dificilmente alcançável, e perante as conseqüências previstas serem graves, foi acordado de que medidas preventivas deveriam ser tomadas a fim de não comprometer o já delicado quadro descrito pelos relatórios do IPCC.

PRINCIPIO DO POLUIDOR PAGADOR: O princípio foi adotado com o objetivo de auxiliar os países responsáveis pelas emissões de GEE históricas a cumprirem as metas de redução de emissões de CO₂ e gases equivalentes. Este princípio promoveu a elaboração dos Mecanismos de Flexibilização que foram adotados no Protocolo de Quioto. O princípio do poluidor pagador institui que o responsável pela poluição deve pagar pela mesma. Os países agrupados no Anexo I da Convenção do Clima podem através do Mecanismo do Comércio de Emissões, instituído com base neste princípio, adquirir certificados de redução de emissões por compra direta ou por meio de investimento no mercado de emissões. Existem duas possibilidades de investimentos: através de projetos em países não Anexo I, como configura o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, ou através de investimentos feitos em países também pertencentes ao Anexo I, como estabelecido pelo Mecanismo de Implementação Conjunta, que só entrou em vigor a partir do ano de 2008.

PRINCIPIO DA RESPONSABILIDADE COMUM, MAS DIFERENCIADA: Ao diferenciar as responsabilidades comuns entre as partes, atribuindo a obrigação das ações contra a mudança climática aos países industrializados a Convenção, ao acatar esta definição, estabelece um novo paradigma quanto às políticas internacionais sobre o meio ambiente. Apesar de onerar os países ricos com os custos de redução de emissões como medida obrigatória, o Protocolo de Quioto manteve o paradigma na esfera

³¹ Salviatti, Ana Paula. *A financeirização do Meio Ambiente – O caso do Mercado de Créditos de Carbono*. Dissertação de Mestrado. Mimeo. USP- FFLCH. Departamento de História. PPG em História Econômica, 2013, p. 82.

teórica. Na prática, o paradigma das responsabilidades comuns, mas diferenciadas incorporou-se a lógica da divisão internacional do trabalho, não criando uma zona de regulação entre países historicamente poluidores, e países ricos em recursos naturais. O princípio posto em prática por meio dos mecanismos favoreceu a manutenção das distorções econômicas e sociais, tal qual existente na divisão internacional do comércio.

Segundo Clarke: “Os cinco países mais ricos do mundo somam 86% do consumo de todos os bens”. (CLARK, 2005. p. 16)

Há anos³², indústrias mais poluidoras estão se transferindo para os países subdesenvolvidos, onde as leis ambientais são menos efetivas, quando existem, e mais fáceis de serem “contornadas”. Quando as indústrias do Primeiro Mundo começaram a sofrer pressões dos ambientalistas foram se transferindo para países subdesenvolvidos, ou de capitalismo periférico, se se preferir. O que não deixa de ser muito lógico e racional, porque se tiverem de indenizar as pessoas, o que é bastante raro tendo em vista as dificuldades de acesso à justiça pelos pobres dos países de capitalismo periférico, elas valem menos.

É aí que entram as mega empresas: os bancos e as multinacionais com grande interesse no mercado e, ainda, com o aval dos organismos internacionais, ou seja, com a precariedade da prestação de serviço do setor público o setor privado vislumbra um mercado promissor de grandes lucros e aporte de capitais. Assim, as privatizações se tornam recorrentes. Mais recentemente³³ em sua forma mais dissimulada e perversa: as PPP’s – parcerias público-privadas.

As empresas estrategicamente começam a atuar em todos os tipos de parceria com os governos, desde as concessões para gerenciamento dos serviços e atividades econômicas, passando pelas aquisições de ações de empresas públicas de fundo privado. A fim de atuar juntamente com os governos, até os processos de “compra”, essas multinacionais visam unicamente o lucro. Como compatibilizar o objetivo empresarial com o bem-estar social? Impossibilidade técnica, sob o ângulo da economia.

³²- Com maior intensidade a partir da década de 1980, chamada pelos economistas latinos de “a década perdida”.

³³- Meados dos anos 2000, entre nós.

Na nova onda de globalização das riquezas exerce um papel de extrema relevância no cenário financeiro e econômico, às custas de milhares de vidas; ainda que aprofunde a miséria e a exclusão, a ordem é que as empresas que são responsáveis pela gestão deste valioso recurso vão-se tornando alvo de altos e regulares investimentos nas bolsas de todo o mundo.

Diante do exposto, nota-se que o modelo de desenvolvimento proposto pela modernidade, fundadas nos ideais do Estado Neoliberal, que reduz à intervenção estatal nos setores estratégicos da economia, esgotou-se, não se sustenta, tornando-se um obstáculo para efetiva realização de um desenvolvimento real do Estado Democrático de Direito. Na verdade, o que deve haver para efetivação do desenvolvimento real é o equilíbrio entre eficiência econômica, igualdade social e prudência ambiental. Em pouquíssimas palavras: produzir, não destruir.

No próximo capítulo analisaremos os efeitos das transformações ocorridas no mundo, que desmudou a realidade dos países da América Latina. Segundo Hirano (1993: 36,37):

não houve na década de 80 nem transformação produtiva dinâmica nem desenvolvimento econômico nem equidade social. Ao contrário, houve um processo de desindustrialização e, portanto, de obsolescência do parque industrial latino-americano. Este processo de entropia econômica, ou seja, de transformação reversível, conduziu quase toda a América Latina à um processo de “desmodernização”, aprofundando as desigualdades regionais, nacionais e internacionais, afastando-a e marginalizando-a em relação aos países situados ao norte do Equador, notadamente em relação à Europa, Japão e EUA, incluindo-se aqui também os novos “tigres asiáticos” (Coreia, Formosa –hoje Taiwan– Cingapura e Hong Kong). Este processo aprofundou as desigualdades que já existiam entre os países latino-americanos e, dentro de cada um deles, construíam-se novas desigualdades.

CAPÍTULO 2

A AMÉRICA LATINA NO NOVO CONTEXTO MUNDIAL

“Junho 12 – A explicação do mistério

No dia de hoje do ano de 2010, a guerra contra o Afeganistão confessou sua razão: o Pentágono revelou que naquele país há jazidas que valem mais de um trilhão de dólares.

Não são jazidas de talibãs.

*São jazidas de ouro, cobalto, cobre, ferro e sobretudo lítio, imprescindível nos telefones celulares e nos computadores portáteis.”*³⁴

2.1 Movimento de internacionalização recente sob a perspectiva histórica

A nova ordem econômica se inicia com o fim da guerra fria, ou seja, o fim do sistema de poder, bipolarizado entre Leste e Oeste. Deste então, a partir da década de 90, os blocos econômicos anunciam uma nova era, onde os países capitalistas centrais buscam ampliar seus mercados consumidores. Como aponta Hirano (1993:28)

(...) observa-se, no limiar da década 90, a formação de megablocos geoeconômicos que concretizam, na atualidade, três modalidades de capitalismo: 1) da Pax Americana; 2) da Pax Europa e; 3) da Pax Pacífico. O mundo atual não se divide mais em dois gigantes blocos políticos-ideológicos: da Pax Capitalista e da Pax Socialista em conflito e confronto irreconciliáveis. Ao contrário, com a nova ordem mundial, a questão central é o fenômeno da globalização e da regionalização da economia, da política e da sociedade. O Mercosul se insere dentro deste contexto econômico internacional, demarcando o alinhamento político, econômico e cultural da América Latina, notadamente do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, em relação ao capitalismo da Pax Americana. No entanto, em relação à inovação científica e tecnológica, o Mercosul alinha-se com o capitalismo da Pax Pacífico.

A consideração de dois conceitos, mercado e democracia, postam-se como elementos essenciais nesta nova ordem econômica mundial. Mercado e democracia ambos têm um denominador comum a liberdade. No mercado, a liberdade encontra

³⁴- GALEANO, Eduardo. *Os filhos dos dias*. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2012, p. 192.

respaldo na racionalidade, já na democracia, a liberdade diz respeito ao estatuto da igualdade e da justiça nas relações sociais, políticas e econômicas entre homens:

Logo, há 500 anos, quando os conquistadores chegaram à América trazendo o espírito das cruzadas e em nome da cruz e a espada, centralizados nos valores da civilização cristã-ocidental-europeia, iniciaram eles uma guerra considerada justa pela doutrina católica para submeterem e subjugar os povos autóctones das Américas. Inaugura-se, dessa forma, alicerçada na cultura cristão-ocidental, a divisão da humanidade em atores sociais fieis e infieis, racionais e irracionais, civilização e primitivos, cristão e ateus/pagãos, instituindo-se desse modo, uma desigualdade estrutural, cultural, socialmente construída e juridicamente referendada pelos católicos da época. O encontro de dois mundos e duas culturas é também a 'institucionalização' da desigualdade cultural, social, política e econômica que, de um modo ou de outro, persiste até os dias atuais. Essa exclusão e a desigualdade socio-cultural que lhe corresponde são características essenciais desta cultura da modernidade que se inicia no Novo Mundo em nome da racionalidade, liberdade, igualdade e justiça, elementos estes que adquirem uma ressonância quase sem limites com o advento do capitalismo moderno (HIRANO, 1993: 29,30).

É verdade que a exclusão e a desigualdade social não se originaram somente pela relação econômica mediada pela relação política. Tais relações aprofundaram a desigualdade que está enraizada nas diferenças culturais evidentes entre a Europa e América Latina.

O advento da internacionalização da economia inicia-se com o capitalismo da Pax Britânica que consolidam-se a partir da circulação internacional das mercadorias. Este modelo britânico aponta a grande relevância dos mercados externos na produção industrial e na divisão internacional do trabalho. Surge então no cenário econômico e social a divisão do mundo entre centro e periferia:

A política de investimento de capitais até os anos 20 do presente século revelava a supremacia indiscutível da Inglaterra, supremacia esta mantida até nos anos 30 ou 40. Nessa política de investimentos de capitais internacionais, ocupavam um papel decisivo na América Latina e no Caribe. A Argentina e o Brasil foram considerados os celeiros do mundo quanto ao fornecimento de matérias-primas em forma de alimentos e de insumos básicos à indústria de transformação. Daí advém a importância das regiões em desenvolvimento enquanto fornecedoras de recursos naturais, matérias-primas, produtos agrícolas etc., na acumulação e produção capitalista dos países centrais (HIRANO, 1993: 31,32).

A indústria de manufaturados britânicos foi reabastecida por toda a produção dos países periféricos, inclusive a América Latina. O capitalismo, deste modo, favoreceu a constituição de oligarquias que tornaram-se grupos econômicos latino-americanos sobre a forma de monopólio: do café (Brasil) do gado (Argentina), do cobre (Chile) etc. Como consequência surgiu no interior dos países latinos americanos grotescas desigualdades estruturais. A mão-de-obra utilizada nestes países nas atividades produtivas foi reduzida à condições subumanas de trabalho e de super exploração, tanto pela extensão de jornada de trabalho quanto pela sua baixa remuneração. Segundo Hirano (1993: 32) “(...) o desenvolvimento do capitalismo periférico nos países da América Latina se faz basicamente com a importação da mão-de-obra Europeia, marginalizando as populações indígenas, negras, mulatas, mestiças, etc. do processo de desenvolvimento econômico.” Nota-se que nesta forma de capitalismo ocorreu a internacionalização do trabalho por meio da migração de europeus para América. Assim o desenvolvimento do capitalismo latino-americano tem sua gênese na importação de mão-de-obra europeia e na exclusão das populações rurais, negras, mestiças e indígenas.

A América Latina é de interesse vital para os interesses econômicos e estratégicos dos EUA. Há mais de um século a influência estadunidense na América Latina é grande:

Esta internacionalização da demanda resultante da política econômica da Pax Americana, introduz no cenário econômico mundial uma regulação monopolista que desloca completamente o panorama mundial da circulação de capitais entre norte e sul, provocando um aumento centrípeta (de dentro para fora) do comércio e dos investimentos de capitais entre Norte-Norte, resultando tudo isso num processo de exclusão relativa do terceiro mundo” (HIRANO, 1993: 33).

Neste contexto percebe-se que a lógica da acumulação intensiva de capital e do desenvolvimento da divisão internacional do trabalho constitui o centro do capitalismo da Pax Americana. A consequência foi uma grande concentração de investimentos estrangeiros diretos nos países mais desenvolvidos gerando concentração tanto de

capitais quando de renda. A pax Americana, desta forma sobrepõe e transfere os investimentos dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos, dito de outra forma, o capitalismo da pax Americana na América Latina produz efeitos perversos durante o processo de transnacionalização.

Como aponta Hirano (1993:35): “O resultado perverso do capitalismo da Pax Americana, acompanhado pelo rompimento do acordo de Bretton Woods e pela flexibilização do câmbio, foi o endividamento dos países da América Latina que sustentavam a política de valorização de capital, em escala mundial dos países centrais.” Como já havia analisado Celso Furtado (1998:40):

o quadro internacional, que havia possibilitado a industrialização, mudou profundamente no início dos anos 70: a crise do dólar seguida pelo 1º choque do petróleo, deu origem a grande massa de liquidez internacional com a baixa nas taxas de juros, conduzindo ao processo de sobreendividamento de grande número de países do Terceiro Mundo. (...) De absorvedores passam estes a supridores de capitais internacionais, devendo concomitantemente aumentar o esforço de poupança e reduzir o investimento interno”.

Nota-se que o mais grave problema presente na sociedade latino-americano é o desajustamento causado pela exclusão social de grande número da população, e estes desajustamento não decorrem somente pela via assumida pelo progresso tecnológico, refletindo também a incorporação indireta da mão-de-obra mal remunerada dos países periféricos ao sistema produtivo.

2.2 Agravamento do processo de exclusão social na América Latina com a globalização financeira

A América Latina na década de 80 foi marcada pelo esgotamento do padrão de acumulação do pós-guerra. Com a ascensão do (neo) liberalismo, juntamente com um discurso anti-intervencionista e que trazia em sua base propostas de alterar o papel do Estado no processo econômico, enfatizando as virtudes da regulação impessoal das forças de mercado. “Como percebeu Minsky (1986) a partir dos anos sessenta tornou-se

explícita a forma pela qual a acumulação financeira ditava os rumos da economia capitalista ao longo das décadas subsequentes.”

Essas modificações nas relações financeiras que ocorreram primeiro nos EUA, trazem para a superfície mecanismo que culminam em maior grau de fragilidade financeira (...). Segundo Belluzo e Tavares (1986) e Belluzo (1995), desde essa época o circuito financeiro internacional passa a funcionar como um sistema de crédito puro nas inter-relações que se verificam entre o setor público e as empresas culminando na criação endógena de liquidez e em altos prêmios de risco. Um movimento sustentado por um padrão de financiamento centrado no mercado de capitais característicos dos sistemas financeiros inglês e americanos, cujos alicerces encontram-se nos “(...) investidores institucionais (fundo mútuos e de pensão, seguradoras e outros) e nas tradicionais operações bancárias (crédito e financiamento de diferentes prazos). Este é o padrão anglo-saxão adotado pelos países que exerceram a hegemonia no sistema monetário internacional: a Inglaterra até as primeiras décadas do século XX, os EUA até o início da década de 70” (BRAGA, 1993: 28, APUD. VASCONCELOS, 1998: 82).

Observa-se que a crise econômica norte-americana³⁵ provocou drásticos impactos nos países latino-americanos. O ajuste recessivo para equilibrar as contas externas das periferias já endividadas provocou a queda dos níveis de emprego e de vida e a interrupção do desenvolvimento da década passada, que podemos chamar de “década perdida”. Como aponta Hirano (1993: 41):

os países latino-americanos transformaram-se em exportadores natos de capitais em forma de serviços de dívida externa. Os preços dos produtos básicos sofreram queda abissal, atingindo na atualidade, o seu preço mais baixo. É dentro deste contexto que se produziu um processo de exclusão maior e a integração seletiva de alguns países semi-industrializados. Os países centrais se desvinculam cada vez

³⁵ “A hegemonia norte-americana passa a ser questionada a partir de meados da década de sessenta no âmbito de duas dimensões: a primeira diz respeito à queda da produtividade norte-americana ‘vis a vis’ a alemã e japonesa. Segundo Alain Lipietz (1988: 59) “os diferenciais do custo salarial unitário deixam de ser favoráveis à competitividade americana” visto que, incrementos salariais aliados a uma produtividade constante ou em queda acaba por culminar em “esmagamento dos lucros.” (...) A segunda dimensão encontra-se associada ao recrudescimento da internacionalização do capital financeiro pois, (...) os monumentos financeiros não se sustentavam no lado real da economia emissora do meio de pagamento internacional, em decorrência de movimentos especulativos gerados pela incerteza em relação à própria legitimidade do dólar” (VASCONCELOS, 1998:81).

mais da periferia; as matérias-primas que atuavam como cadeias de articulação entre o Norte e o Sul perdem o seu valor econômico com rapidez; a produção, com a introdução de robôs, se desconecta em relação ao emprego, gerando novas formas de trabalho. Com a ascensão do capitalismo japonês, a hegemonia da Pax Americana entra em declínio; surgindo na Ásia Pacífico uma nova articulação econômica mundial rumo a globalização, que requer uma nova rearticulação regional.

O Mercosul se insere neste contexto econômico internacional direcionado para o mercado externo e não para o mercado interno de cada Estado-Nação:

As economias latino-americanas estarão submetidas a pressões crescentes para desregular os seus mercados, o que acarretará efeitos diversos em função do grau de heterogeneidade de suas estruturas sociais. Se não conseguirem deter o processo de concentração de renda e de exclusão social, países como o Brasil e o México estarão expostos a tensões sociais que poderão conduzi-los à ingovernabilidade. A busca de novos modelos de desenvolvimento voltados para a economia dos recursos não renováveis e para a redução do desperdício ocupará entre os latino-americanos papel idêntico ao desenvolvimento entre os europeus, na primeira metade de século atual, pelas utopias sociais (FURTADO, 1998: 32).

Os Estados não têm sido capazes de promover um aumento de capitais produtivos devido à grande onda da financeirização ou melhor, globalização. Como aponta Braga (1993: 46):

Este impedimento que afeta o Estado é forçado tanto pela natureza dos seus déficits quanto pela desregulamentação dos sistemas bancários nacionais, os quais, ademais, têm suas operações altamente condicionadas pela internacionalização financeira. Com isto, o financiamento e o gasto público, bem como os sistemas nacionais de crédito, não têm podido realizar a utopia de Keynes e tem imposto restrições, insista-se, ao aprofundamento das transformações tecnológicas na perspectiva da reprodução ampliada.

Neste contexto podemos notar que o movimento contemporâneo das economias centrais não visa à regulamentação harmônica do capital financeiro como idealizava Keynes quando se tratava da eutanásia do *rentier*. Na verdade vivemos em um período marcado pela lógica da financeirização, onde está inserida a grande instabilidade

estrutural, na qual podemos notar a ressurreição do “rentier” como o grande aprofundador da exclusão social.

Na América Latina, o Estado deveria promover o aumento da eficiência do sistema produtivo e a eficácia do mesmo como um todo. Pois um estado democrático se afirmaria:

através dos autores sociais, a construção da liberdade dos indivíduos como atores políticos, sociais e culturais, constituindo a liberdade e a racionalidade do mercado da ordem política, social e cultural. Estas duas liberdades e racionalidades não produziram na América Latina e Caribe, justiça social e igualdade econômica, social e política. Ao contrário, as desigualdades estruturais provocadas pelo processo de regionalização do mercado econômico e político (e da ressurreição do rentier) aprofundaram a desigualdade e a exclusão social (HIRANO, 1993: 43).

Podemos notar que a globalização é um fenômeno antes de tudo financeiro que se manifesta de forma perversa no lado real, ou melhor, no sistema produtivo. Não obstante:

as fábricas, o trabalho, o capital produtivo são, é claro, o substrato e também o aspecto da riqueza financeiro-monetária, sendo esta, verdadeiramente, um dos objetos do desejo, tão caro à sociedade capitalista. A riqueza privilegiada, na sociabilidade contemporânea, está nas ações (...) nos ativos financeiros securitizados, nas moedas, no dinheiro, enfim, como riqueza plena, líquida e geral, dinheiro e títulos como riqueza financeirizada, afinal, é contraditoriamente autonomizadas em face das demais mercadorias (BRAGA, 1993: 47).

No entanto, podemos verificar que grandes estragos estão sendo aprofundados nos países da América Latina com o “novo” contexto mundial. De acordo com Hirano (1993: 43):

Nos dias de hoje, as populações vulneráveis da América Latina e Caribe que vivem na linha de miséria e pobreza indigna chegam a 45%, ou seja, quase 200 milhões de latinos. Pode-se dizer que o capitalismo da Pax Pacífico (e da Pax Americana) produz uma nova modalidade de pobres, ou seja, os novos pobres da época da globalização (financeirização) e regionalização que socializaram para viver imersos na cultura da pobreza. Esses atores crescem demograficamente mais do que os que foram socializados pela cultura

da racionalidade e da liberdade, produtos de uma política que, em última instância, implanta o neoprotecionismo social e cultural que privilegia uma parcela minoritária que monopoliza todas as oportunidades no mercado econômico, social, cultural e político.

2.3 A Organização dos Países de Terceiro Mundo: Distorções do Capital Internacional

Para o enfrentamento das consequências desencadeadas pela crise de 1929 o modelo apresentado ficou conhecido como de ‘Substituição de importações’ ou ‘nacional desenvolvimentista’ que em pouco tempo passou a sofrer retaliações dos países industrializados recém-saídos da guerra.

O período entre guerras possibilitou a reorientação autônoma da própria estrutura produtiva dos países que já possuíam independência política, restaria alcançar a independência econômica dos países frente ‘a ordem econômica internacional, como também viabilizou o desencadeamento dos processos de demanda de soberania dos territórios pertencentes ao sistema neocolonial. Conforme Salviatti (2013; 14)

O modelo implementado por países majoritariamente latino-americanos no período entre 1930 e 1955 teve caráter marcadamente populista. A dimensão econômica do modelo de substituição de importações, anos mais tarde foi sistematizada por Raúl Prebisch, economista argentino da CEPAL, Comissão de Economia e Planejamento para América Latina. Em 1949, o economista cepalino defendeu a ideia da ‘deterioração dos termos de troca’ que marcou a estratégia desenvolvimentista dos países da América Latina. Seu estudo contribuiu para a compreensão prática da relação de dominação existente entre centro e periferia, conforme o vocabulário da escola cepalina.

Grandes disparidades na distribuição de renda constituem uma característica persistente de nosso capitalismo. Na verdade, o sistema se baseia na desigualdade social. Os países Latino Americanos, até o final da década de 70, registraram muitos anos de elevadas taxas de produtividade devidas à introdução de técnicas produtivas provenientes de centros capitalistas desenvolvidos. (PREBISCH, 1987, p. 5,6)

A concepção desenvolvida por Prebisch está na exposição das estruturas preestabelecidas que produtos caracteristicamente exportados pelos países do Terceiro Mundo, primário exportador, enfrentam no mercado internacional de trocas. O fator responsável por uma tendência ao desequilíbrio do balanço de pagamentos dos países periféricos e a baixa elasticidade renda da demanda por produtos primários, o qual leva

a quedas dos preços relativos dos produtos periféricos. Associadas as distorções apontadas por Prebisch, tais produtos ao serem produzidos intensivamente chegaram em grande quantidade aos mercados perdendo ainda mais seu valor em consequência a grande oferta dos mesmos. Realidade diferente da encontrada pelas mercadorias realizadas, aquelas que possuem alto valor agregado, originada de investimentos de P&D, concentrada nos países industrializados, constituindo aquilo que se tem por alta elasticidade da demanda.

É um fato bem estabelecido que a demanda de importação de produtos primários latino-americanos nos centros é geralmente mais baixa do que a elasticidade renda da demanda latino-americana de produtos industriais destes centros. (PREBISCH, 1959, apud, Eginardo, 1981, p. 101)

Outra distorção sofrida pelos países de Terceiro Mundo é a de que por serem limitadas a produção de bens primários, ou semi-industrializados, esses bens encontram nas praças internacionais alta carga de subsídios, cotas de importação e medidas protecionistas que beneficiam os produtores locais das regiões de capitalismo industrializados.

Vale ressaltar que:

A definição de países do Primeiro Mundo e do Terceiro Mundo corresponde ao poder político e econômico internacionais que são traduzidos em cotas e poder de veto nas duas das mais importantes instituições financeiras multilaterais internacionais: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, as quais serão tratadas em conjunto como Instituições Financeiras Multilaterais (IFM), sendo mais adiante exploradas em suas características específicas. (SALVIATTI, 2013. P.15)

A raiz fundamental do fenômeno era localizada na baixa elasticidade renda da demanda de produtos primários por parte dos países desenvolvidos. Isto tenderia a fazer com que, à medida que se elevava a renda per capita neste centro dinâmico do capitalismo mundial, a absolvição de produtos provenientes na periferia se desse a uma velocidade relativamente menor. Por outro lado, (...) à proporção que aumentava a produtividade do trabalho nas atividades de produção para exportação, isto provocava como resultado uma elevação dos lucros, uma expansão incontrolada da oferta e finalmente um declínio dos preços, acarretando uma transferência contínua, para o exterior, dos 'frutos do progresso técnico' realizado nas economias periféricas. (PIRES, p. 86)

Em suma, as distorções encontradas pelos produtos exportados pelo Terceiro Mundo no mercado internacional podem ser assim descritas:

- I. Deterioração dos Termos de Troca
- II. Oferta Intensiva
- III. Subsídios agrícolas. Cotas de importação. Taxas alfandegárias.

O relatório anual do Banco Mundial, em 1964, já apontava o problema:

Como os produtos industrializados pertencem à estrutura de mercado mais concentrados que os produtos primários e semiacabados, o centro industrializado é beneficiado por uma menor elasticidade- preço. Além disso, muitos dos insumos utilizados para a produção de produtos primários, como fertilizantes, experimentam fortes acúmulos de preço desde 1971. (COELHO, J., 2012 p.127 apud WORLD BANK REPORT, 1974)

Impossível qualquer transformação de respeito sob a égide do sistema capitalista, quem dirá sob o seu modelo mais perverso que é o neoliberal.

Para dizermos com SIMIÃO³⁶ (2014:107):

Há um reconhecimento dos defensores do ecossocialismo da responsabilidade que o capitalismo tem pela crise ambiental a partir da compreensão da lógica perversa de expansão desenfreada quem engendra esse sistema, que desconsidera o meio ambiente na perseguição do lucro.

Em apertada síntese: a exploração se dá em grau máximo. O lucro é exportado para a matriz. Sobram apenas a degradação, o prejuízo, a devastação do meio ambiente.

Os três entraves à importação dos produtos impõem grandes perdas para as exportações do Terceiro Mundo no comércio internacional desarticulando os critérios das vantagens comparativas diante das distorções encontradas na Divisão Internacional do Trabalho. Entretanto, tal disputa adentrou em um novo patamar com o recrudescimento do neoliberalismo na arena política na década de 1980. A conjuntura dos anos que se seguiram a 1980 foi permissiva as políticas neoliberais patrocinadoras das vantagens comparativas, as quais passaram a, sistematicamente, promover a

³⁶ - O "Novo" discurso da (in)sustentabilidade do capitalismo verde: uma análise crítica. Dissertação. Mimeo. PPGSS/UFRN, 2014, p. 107.

publicação de relatórios anuais, e a implementar pacotes de ajustes aos países periféricos. Nos ensina Salviatti (2013, p.17,18):

A reivindicação dos países reunidos em 1955, em Bandung, representou a busca de inserção independente dos povos do Terceiro Mundo no cenário Internacional, (CARDELIER apud ZANETTI, p. 28), como também manifestou a disposição política pelo neutralismo, e o fim da corrida armamentista em voga durante a Guerra Fria entre os blocos capitalista e comunista. O movimento nascido em Bandung, que reunia países da África e Ásia, cresceu e a ele países da América Latina associaram-se dando origem ao Movimento dos Não Alinhados. Entre 1958 e 1970, a emergência do Terceiro Mundo como força política no cenário mundial, aproxima-se, no plano da política internacional, ao movimento dos países não alinhados, participando ativamente dos debates da ONU.

Esse movimento de aproximação formou uma representação própria de interesses do Terceiro Mundo no âmbito das Nações Unidas. Em 1964, a força do Terceiro Mundo se manifesta através da criação da UNCTAD, - Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento, que buscou opor-se à divisão internacional do trabalho promovida pelos países industrializados.

A luta por uma Nova Ordem Econômica Mundial na qual países não alinhados pudessem ter sua independência política, assim como defender sua autonomia econômica frente às imposições do Primeiro Mundo foi tema de uma agenda comum aos movimentos citados. Entre as principais bandeiras que percorreram os movimentos de articulação terceiro mundistas destacou-se a queda das taxas alfandegárias e o fim dos subsídios agrícolas produtivos fornecidos aos produtores dos países industrializados. Essa defesa seria repetida em outros grupos formados pelo Terceiro Mundo, como por exemplo, o G77 e inclusive o atual BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

Em 1960, os países produtores de petróleo fundaram a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Três anos após o reconhecimento da OPEP, foi formado o Clube de Roma (1968) com o objetivo de discutir os problemas a serem enfrentados pela humanidade. O Clube foi instituído em uma das propriedades de David Rockefeller. O Clube de Roma publicou anos depois um dos trabalhos inaugurais sobre a temática da crise ambiental, “Os Limites do Crescimento”, também conhecido por Relatório de Meadows.

O objetivo do Clube de Roma (...) era examinar o complexo de problemas, que afligem os povos de todas as nações, como a pobreza em meio à abundância; a perda de confiança nas instituições; a expansão urbana

descontrolada; a insegurança de emprego; a alienação e outros transtornos econômicos e monetários.

Estes elementos, aparentemente divergentes da “problemática mundial” têm três características em comum: ocorrem até certo ponto em todas as sociedades; contém elementos técnicos, econômicos e políticos; e, o que é mais importante, atuam uns sobre os outros (MEADOWS, 1973, p. 11)

Em 1973, foi formada a Comissão Trilateral, fundada pelo próprio David Rockefeller com o intuito de reunir representantes das principais regiões econômicas, entendidas por EUA, Europa e Japão, a fim de unirem forças e dividirem a pesquisa e o desenvolvimento frente à concorrência e a resistência no mercado internacional oferecidas pelo Terceiro Mundo.

Ela foi criada em 1973, sob o impacto da crise econômica [o choque do petróleo] que tinha início, e, principalmente, devido ao temor provocado no mercado capitalista pela atuação da OPEP. Com efeito, a OPEP era um cartel de países essencialmente do Terceiro Mundo. (...) Para os países capitalistas mais desenvolvidos, o exemplo da OPEP não poderia ser seguido por outros países, possuidores de matérias primas necessárias ao primeiro mundo. Urgia, portanto, tomar medidas que evitassem que o exemplo se propagasse. (...) Seus membros foram selecionados entre os três componentes do mundo da democracia capitalista: os EUA, a Europa e o Japão. Há, entre eles, chefes, senadores, professores de assuntos internacionais, etc.

O francês François Banchart conceitua o trilateralismo como esforço global de remanejamento, reorganização e adaptação das forças políticas, militares, econômicas e ideológicas do imperialismo. (...) Como indicam os informes da Comissão as potências trilaterais devem reordenar em conjunto suas relações externas a fim de fazer frente ao Bloco Soviético e ao Terceiro Mundo, em especial. (CHOMSKY, 1979, apud, BERUTTI, F. FARIA, R. MARQUES, 2007)

O Clube de Roma e a Comissão Trilateral desempenharam papel influente nas políticas internacionais voltadas à organização do Terceiro Mundo nas décadas seguintes. Em ambas, as diretrizes possuíam profundas consonâncias, que visavam tanto a reorganização da ordem econômica quanto ao que está vinculado ao debate ecológico. Ambas as organizações tem sido os locais onde presidentes de multinacionais discutem os destinos do planeta Terra e do mercado comum europeu.

Segundo Salviatti (2014, p. 20, 21),

A ideia de que outros cartéis de produtores fossem criados, causou preocupação aos representantes das principais transnacionais, originárias das três regiões que compõem a Comissão Trilateral. Frente à organização e às demandas do Terceiro Mundo, grupos internacionais de negócios não tardaram em reunirem-se. Conforme textualmente descrito em um dos principais artigos publicados pela Comissão Trilateral intitulado: A Ameaça do Terceiro Mundo, publicado no ano de sua fundação, é possível ler:

Recursos Naturais: Em primeiro lugar, os Estados Unidos estão rapidamente se juntando ao restante dos países industrializados na dependência do Terceiro Mundo quanto a uma parte crítica do seu abastecimento de energia e outros recursos naturais. Somente para o óleo, as importações anuais dos EUA deverão aumentar em US\$ 20 bilhões até o final da década. Mas não é apenas o muito divulgado petróleo, a aceleração das importações de outras matérias-primas irá aumentar estes números de forma significativa.

Quatro países controlam mais de 80 por cento da oferta exportável do cobre mundial, já estão organizados, e já estão prontos para usar seu poder de oligopólio. Dois países respondem por mais de 70 por cento das exportações mundiais de estanho, e quatro países chegam perto de 95 por cento. Quatro países juntos possuem 50 por cento da oferta mundial de borracha natural. Quatro países possuem mais da metade da oferta mundial de bauxita, e a inclusão da Austrália (que poderia muito bem se juntar ao "Terceiro Mundo" para tais fins) traz o total acima de 90 por cento.

No café, os quatro principais fornecedores começaram a conspirar (mesmo no âmbito do Acordo Internacional do Café, que inclui os principais países consumidores) para impulsionar os preços.

Uma ampla gama de países do Terceiro Mundo, portanto, têm potencial considerável para o poder de mercado estratégico. Eles poderiam usar esse poder contra todos os compradores, ou de forma discriminatória por meio de preços diferenciados ou fornecimento condições, por exemplo, para evitar custos mais elevados para outros PMD (países menos desenvolvidos), ou contra os Estados Unidos, só para favorecer Europa ou no Japão. (...) Os fornecedores seriam ainda mais propensos a usar seu poder de monopólio para cobrar preços mais altos para suas matérias-primas, diretamente, ou, através de técnicas como insistindo que eles processam os materiais.

Bergsten (p.110) aponta que grande parte dos ativos estrangeiros aplicados no Terceiro Mundo encontram-se em matéria prima.

O relatório de Meadows foi um representante ativo do movimento neomalthusiano reacendido nos anos 1970 e publicado às vésperas da Conferência de Estocolmo, um marco na discussão ambiental multilateral, intitulada Conferência do Meio Ambiente Humano, 1972, evento que exercerá forte influência sobre a evolução sobre o debate ambiental. A equipe do MIT (Massachusetts Institute of Technology) liderada por Dennis Meadows inovou ao utilizar para a elaboração do seu relatório um modelo computacional. A proposta estava baseada em variáveis definidas a priori na tentativa de modelar o comportamento das mesmas dentro de um sistema dinâmico e complexo

como o terrestre. Segundo Meadows (1973, p.11, 12) com o apoio financeiro da Volkswagen Foundation, a equipe examinou os cinco fatores básicos que determinam e, por conseguinte, em última análise, limitam o crescimento em nosso planeta – população, poluição agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição.

O Neomalthusianismo surgiu em meados da década de 1960. A corrente aplicava sobre o contexto moderno as concepções Malthusianas surgidas no século XVIII, as quais eram baseadas na existência de um limite na capacidade de produção de alimentos para abastecer a população mundial, conseqüentemente o aumento populacional levaria ao desabastecimento e ao caos. Os Neomalthusianos se apropriam das teorias de Thomas Malthus na medida em que correlacionam a expansão populacional com a pobreza e a fome, destacadamente existentes nos países do Terceiro Mundo, ou seja, para o neomalthusianismo a causa da fome e da pobreza está ligada ao avanço populacional, e não o contrário. (SALVIATTI, 2014. P.23)

Como resultado o “Modelo Mundo” proposto pelo relatório, foram propostas reorganizações sociais e apontamentos políticos que exerceram grandes influencias na política internacional.

Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável é um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.

É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na terra sejam satisfeitas e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar seu potencial humano individual.

Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ela começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito. (MEADOWS, p. 20)

Em respostas às proposições neomalthusianas, o Modelo de Bariloche parte da premissa que a variação demográfica está submetida, primeiramente, à relações sócio – políticas variáveis:

A deterioração do ambiente físico não é uma consequência inevitável do progresso humano, mas o resultado de organizações sociais amplamente baseadas em valores destrutivos. (...) O único modelo verdadeiramente adequado de controlar o crescimento da população é pela melhoria de suas condições básicas de vida. (HERRERA et all, 1976, apud CORAZZA, 2005)

Salviatti acrescenta:

A equipe do MIT indicava em seu relatório o controle populacional direto, de natureza malthusiana, diferentemente do grupo de Herrera que advogava a favor de melhorias das condições a que estas populações estavam submetidas e dispunham para sua reprodução. Segundo Herrera, a interpretação oferecida em *Limites do Crescimento* dialoga diretamente com o arranjo nas quais todos os países configuravam indistintamente. O segundo grupo de pesquisas que buscou oferecer uma perspectiva alternativa às saídas apontadas pelo Relatório Meadows, foi o grupo de Sussex, Inglaterra. Para o grupo multidisciplinar de pesquisa, os valores metodológicos e ideológicos embutidos no relatório proposto pelo MIT prescindiam de importantes contribuições vindas da economia e da sociologia. Como por exemplo, alterações políticas e estruturais da sociedade. Outra ponderação levantada pela equipe inglesa foi sobre a pertinência das indicações de políticas públicas baseadas em 'Modelos Mundo' criados através de modelagens computacionais, socioeconômico e político ao qual pertencem os membros da equipe. Para o grupo do MIT, mesmo admitindo que os padrões distorcidos de consumo dos recursos estavam contidos nos países do Primeiro Mundo, a solução prioritária oferecida para a catástrofe natural vinha do controle de natalidade dos habitantes do Terceiro Mundo.

Ocorreu em Estocolmo, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o tema ambiental, oficialmente conhecida como Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, apresentou uma declaração final contendo vinte e seis princípios.

A análise documental da declaração da Conferência permite o seu enquadramento ao período da Guerra Fria, assim a preocupação expressa com o fim da corrida armamentista e o perigo nuclear é, dentre outras, uma temática recorrente. Pelo fato da mundialização dos mercados não ser realidade nesse momento da história o vocabulário utilizado em sua elaboração não interligava diretamente as economias "em desenvolvimento" e "desenvolvidas". Dessa forma destacava-se em blocos separadamente as necessidades de ambas frente às questões ambientais.

Em um contexto de retorno das idéias malthusianas, a Conferência proclamou que o crescimento populacional *'coloca continuamente, problemas relativos à preservação do meio ambiente, e devem-se adotar as normas e medidas apropriadas para enfrentar esses problemas.* Uma clara referência ao crescimento populacional existente no Terceiro Mundo.

No décimo quarto princípio, a Conferência declarou a necessidade de um planejamento racional que conciliasse a necessidade do desenvolvimento

econômico e de proteção ambiental, um embrião do que veio a ser o princípio de desenvolvimento sustentável, oferecido pelo Relatório Brundtland de 1987, e incorporado posteriormente à agenda das Nações Unidas, na Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

Na Declaração de 1972 estão ausentes as preocupações com os desdobramentos ecológicos dos países industrializados e sua demanda crescente por matérias primas e recursos naturais, as quais derivavam do comércio internacional com países do Terceiro Mundo, ou mesmo do uso contínuo de combustíveis fósseis. Como será observado nas próximas reuniões articuladas pelas Nações Unidas sobre a temática ambiental, a construção do problema será feita, em primeiro lugar, em torno da poluição causada pela pobreza, onde, partindo desta, serão acrescentadas as contribuições de governos industrializados e a intervenção de empresas transnacionais para enfrentar o quadro de degradação ambiental. A popularização do debate ecológico dos anos 1970 trazia consigo a ideia de que o modelo de desenvolvimento possível aos países do Terceiro Mundo não seria aquele conhecido no hemisfério Norte, dos países industrializados, já que o desenvolvimento tido ali havia sido possível em uma época em que os recursos eram abundantes. A possibilidade para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo seria diferente, desta feita, um modelo baseado nos recursos escassos seria necessário para a nova realidade ambiental, não mais aquele praticado ao longo da história da indústria capitalista, mas um modelo que se adaptasse à nova realidade do planeta.

A dívida recém contraída pelo aumento do preço de petróleo somou-se as baixas taxas de poupanças nos países de Terceiro Mundo, que encontravam entrave para financiar investimentos em suas economias caracterizadas por grandes gargalos econômicos. Esses créditos também serviram para financiar projetos econômicos em andamento das ditaduras presentes na América Latina, como foi o caso do Brasil, Chile e Argentina. O período vivido na América Latina de ditaduras militares legou ao processo de reabertura política de um quadro econômico difícil pela exploração da dívida externa contraída especialmente nos anos de 1970 dentre outros quadros sociais lastimáveis.

O processo de transição da política econômica internacional também alterou o papel das IFMs, exigindo sua adaptação frente às novas demandas da cartilha neoliberal de liberalização dos mercados e dos capitais. Com o aumento da dívida dos países do Terceiro Mundo, as IFMs passaram a exigir critérios específicos para a liberação de créditos conforme os países tornaram-se mais endividados já nos anos 1970. A partir de 1976, o Congresso norte-americano passou a direcionar, através das cotas que o país possuía no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional, os financiamentos que ambas as instituições ofereceriam aos países endividados.

A desindustrialização passou a ser o modelo empregado pelos IFM's as condições de endividamento dos países de Terceiro Mundo. As vantagens comparativas prescritas a eles dizem respeito as condições de primário-exportação; e aos países do Primeiro Mundo, a exportação de produtos industrializados. Neste ciclo de desestruturação econômica internacional, o Banco Mundial também passou a prescrever em seus pacotes cláusulas ecológicas.

Os anos 1980 representaram a acomodação das economias do Terceiro Mundo anteriormente em crescimento, agora imobilizadas e submetidas aos projetos desenvolvidos pelos principais setores econômicos representados pelos países da Tríade (CHESNAIS, 2005). O gráfico 1 demonstra o crescimento da dívida externa dos países da América Latina durante dos anos 1980, 1990 e 1996 (SALVIATTI, 2014. P.37):

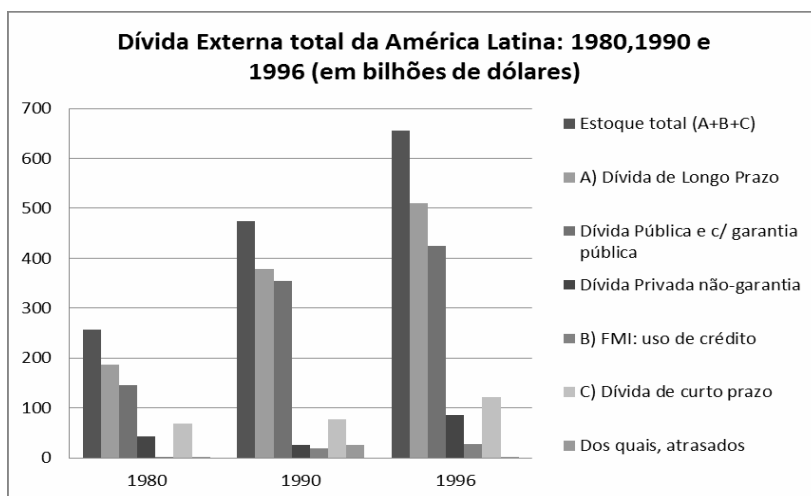
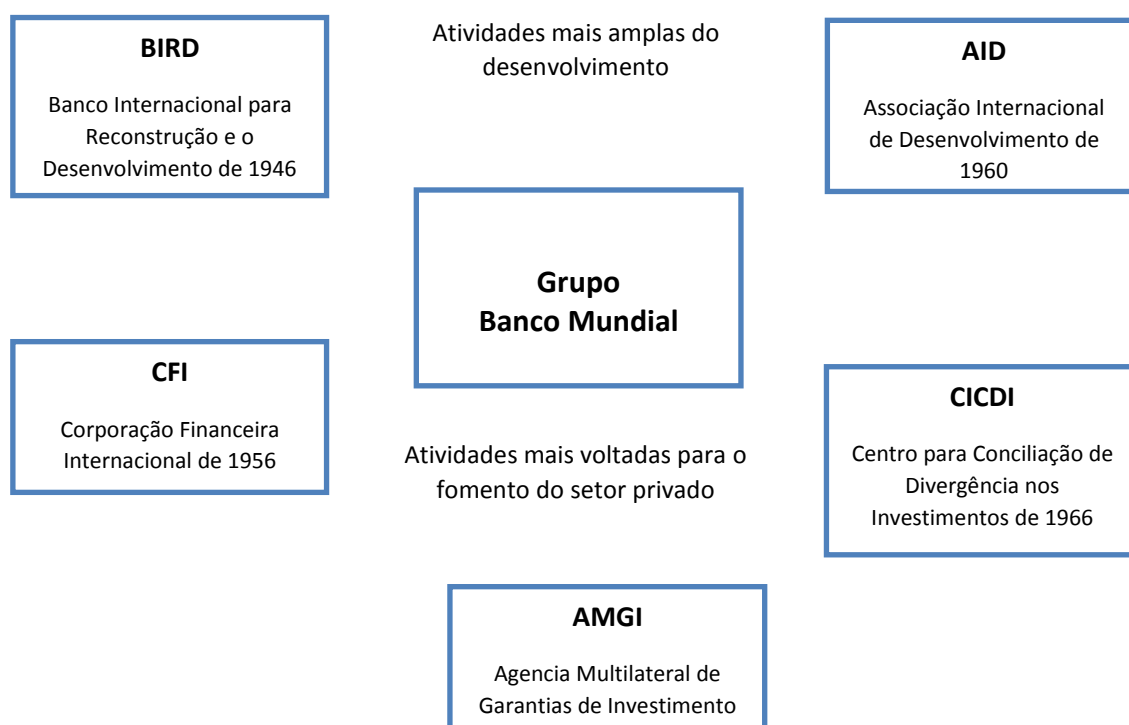


GRÁFICO 1- Fonte: Banco Mundial, Global Development Finance, 1997, Washington D.C, The World Bank, 1997, volume 1, p. 190-203. apud. GONÇALVES, POMAR, 1996, p. 41.

As soluções impostas pelo FMI e Banco Mundial visaram à recuperação dos países industrializados da recessão através da liberação do sistema financeiro. A Mundialização financeira veio junto à redução da autonomia dos países endividados e uma dinâmica ampliada, à escala mundial, da concorrência oligopolista. O modelo preconizado de ajuste produziu efeitos devastadores sobre o meio ambiente e as populações locais (SABBI, 2004.P. 49)

Segundo SALVIATTI, a função do FMI dentro deste conjunto é o de promover a estabilidade cambial e financeira do comércio internacional, o equilíbrio da balança comercial dos países membros. O Banco Mundial é composto por cinco organizações: o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento de 1946 (BIRD); a Associação Internacional de Desenvolvimento de 1960 (AID); a Corporação Financeira Internacional de 1956 (CFI), a Agencia Multilateral de Garantias de Investimento de 1988 (AMGI) e o Centro para Conciliação de Divergência nos Investimentos de 1966 (CICDI). Destes cinco organismos é possível dividi-los em dois grupos: um relacionado às atividades mais amplas do desenvolvimento, o BIRD e a AID, e o outro grupo com atividades mais especificamente voltadas para o fomento do setor privado CFI, CICDI e AMGI.

QUADRO 2: Grupo Banco Mundial



No próximo capítulo analisaremos o caso brasileiro “vis a vis” o processo de globalização. Apontaremos os efeitos que são fatores geradores da exclusão socioambiental.

CAPÍTULO 3

O BRASIL DIANTE DA NOVA ORGANIZAÇÃO SISTÊMICA: CONCENTRAÇÃO DE RENDA E DESIGUALDADE SOCIOAMBIENTAL

“Junho – 5. A natureza não é muda.

A realidade pinta naturezas-mortas.

As catástrofes são chamadas de naturais, como se a natureza fosse o verdugo e não a vítima, enquanto o clima fica louco de pedra e nós também.

Hoje é dia do Meio Ambiente. Um bom dia para celebrar a nova Constituição do Equador, que no ano de 2008, pela primeira vez na história do mundo, reconheceu a natureza como sujeito de direito.

Parece estranho que a natureza tenha direitos, como se fosse pessoa. E ao mesmo tempo parece a coisa mais normal que as grandes empresas dos Estados Unidos tenham direitos humanos. E têm, por decisão da Suprema Corte de Justiça, desde 1886.

Se a natureza fosse um banco, já teria sido salva.”³⁷

3.1 A globalização e seus efeitos sobre o Brasil

O Brasil posta-se como fruto direto da expansão da civilização ocidental que tem origem no processo de colonização que foi promovido pela Corte Portuguesa e que adquire uma maior complexidade quando os estados se tornam independentes. Como aponta Furtado (1997: 14):

No Brasil (...) no começo do nosso desenvolvimento, ainda no século XIX, tivemos profunda concentração patrimonial, a começar pela própria terra, e crescemos sem alterar essa marca de origem. Além disso, a escravidão, que aqui se prolongou muito, criou os trabalhadores. (...) Nós partimos de uma matriz que concentrava os benefícios do progresso técnico e induzia baixo investimento na população. Essas velhas características da nossa sociedade se agravam no modelo atual.

³⁷- GALEANO, Eduardo. *Os filhos dos dias*. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre : L&PM, 2012, p. 185.

Podemos notar que a nossa matriz social não permitia a difusão do progresso tecnológico e tão pouco permitia a inclusão de grande parte da população no mercado consumidor. Essa é a diferença fundamental do processo de desenvolvimento da economias periféricas “vis à vis” as economias avançadas.

Nesse contexto, os processos, contemporâneos de ajustamento do capitalismo provocam efeitos perversos nos países periféricos nos quais as sociedades “evoluem” a partir da ausência de políticas públicas que redistribuíam a renda e universalizem a saúde e a educação.

Como aponta Vasconcelos (1996: 60):

(...) a partir da década de 70, quando o capitalismo da ‘pax americana’, apresenta um recrudescimento do processo de transnacionalização, engendrando efeitos perversos, que foram analisados por Hirano, resenhando autores como Celso Furtado, Sunkel e Faynzylber. O primeiro desses efeitos perversos constitui-se no enfraquecimento dos centros de decisão nacionais, gerado pela expansão territorial das empresas norte-americanas e cuja consequência direta foi o desenvolvimento de um cenário transnacionalizado onde as empresas detêm o controle das decisões em detrimento dos Estados Nacionais. Apesar desse enfraquecimento, os Estados Nacionais tiveram um papel decisivo na articulação entre as empresas transnacionais e os respectivos projetos de desenvolvimento nacional, engendrando, como a maioria das experiências históricas dos países da América Latina indicam, um processo de crescimento econômico excludente e concentrador. O terceiro efeito diz respeito à tentativa de transformação das estruturas exportadoras antigas, produtoras de bens primários, em estruturas geradoras de bens manufaturados; este movimento, observado nos países mais industrializados do continente (Argentina e Brasil), acabou por se constituir em um simples adaptação à nova forma de dependência controlada pelos países desenvolvidos.

A crise de 1929 e os problemas de superprodução cafeeira dos anos 30 fundou a criação de uma base sobre a qual o mercado interno passou a ter maiores oportunidades de inversão do que o externo. Assim o Brasil se industrializou pela via de substituição de importações onde o processo de industrialização foi promovido pelo planejamento do Estado.

Como aponta Furtado (1998: 40):

O Brasil lançou as bases de um sistema industrial em época de grandes transtornos internacionais, tendo cabido ao Estado papel decisivo na estratégia então adotada. O sacrifício imposto à população foi compartilhado por todas as classes sociais, inclusive aqueles grupos antes habituados a terem acesso a bens de consumo importados. Durante alguns decênios, o país teve de se reestruturar, reduzindo consideravelmente a participação das importações na oferta de bens de consumo enquanto a população crescia, particularmente nas áreas urbanas. Uma nova realidade social começava a emergir: os ricos, consumindo produtos nacionais, já não eram vistos como habitantes de outro planeta, e a classe média em formação ocupava espaços crescentes e assumia posição de liderança no plano cultural.

Podemos notar que o Brasil foi marcado, nos anos 50 e 60, pela acelerada industrialização, pela urbanização e intensa diferenciação social, pela expansão do mercado consumidor, pela perda do predomínio dos interesses agrários sem as políticas econômicas e sociais, enfim pela ampliação do poder empresário industrial em associação com o Estado de capital estrangeiro.

O ambiente internacional que possibilitou a industrialização mudou profundamente em meados da década de 60 e início da década de 70. A partir de então, mais especificamente nos anos 70, a industrialização brasileira orientou-se pela conquista do espaço externo.

Como aponta Vasconcelos (1996: 60):

O processo de trabalho fordista difunde-se no Brasil a partir dessa articulação dependente com as empresas multinacionais, principalmente, no período posterior à segunda metade dos anos 50. Esse processo se limitou à introdução das linhas de produção de massa, desvinculando-se dos outros fatores que, nos países centrais, permitiram a edificação de uma sociedade de consumo de massa. Isso se explica pela própria evolução da conjuntura histórica que, na década de sessenta, desarticulou o movimento sindical; promoveu a inserção dependente no cenário internacional a partir da manutenção do salário médio em patamares relativamente baixos, reestruturou o Estado para fortalecer o domínio de classes, historicamente, privilegiados; enfim, engendrou um processo de desenvolvimento, essencialmente excludente e concentrador, cujos efeitos seriam sentidos décadas mais tarde quando o BIRD publica o seu relatório

anual referente ao ano de 1994, e o país alcança o primeiro lugar no planeta terra em concentração de renda.

Podemos notar que o processo de industrialização promoveu um crescimento desigual que gerou grande hipertrofia, ou seja, enorme concentração pessoal e setorial e regional de renda, onde não foram adotadas políticas distributivas associadas ao crescimento.

No início da década de 80, impulsionada pelas empresas multinacionais, o pós-fordismo chega ao Brasil. Como foi visto no capítulo 1:

o conceito de pós-fordismo é associado às estratégias de produção adotadas pelas empresas japonesas a partir das décadas de cinquenta e sessenta, onde o *just in time*, configura-se naqueles mais abrangentes. Esse sistema pode englobar tanto as relações entre as empresas, seus fornecedores e os clientes (cognominado *just in time* externo), com as relações que se limitam à estrutura interna da empresa (denominado *just in time* interno). Em meados da década de 80, (...), o *just in time* interno apresentou uma difusão 'relativamente rápida entre as empresas brasileiras, que passaram a integrar as várias etapas de produção a partir das necessidades colocadas pelas vendas, diminuindo consideravelmente os estoques'. O *just in time* externo, por sua vez, difundiu-se de maneira mais estrita, como seria de se esperar em um país com uma infinidade de problemas estruturais não resolvidos (VASCONCELOS, 1996: 61).

O pós-fordismo no Brasil difundiu-se de uma maneira limitada, pois o grande requisito desta nova organização é a mão-de-obra altamente qualificada.

O “just in time” brasileiro, como aponta Vasconcelos (1996: 61): “(...) não se implanta o trabalho que exige múltiplas qualificações, mas, simplesmente, padroniza-se o trabalho e substitui-se uma gama imensa de seres humanos por máquinas, engendrando os efeitos perversos já notados nos países centrais; ou seja, em vez do novo trabalhador mais instruído e polivalente, tem-se um grupo crescente de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho”.

No entanto, a viabilidade do pós-fordismo em países como o Brasil, de industrialização tardia, só seria factível diante da construção de uma nova sociedade de

consumo de massa. Isto só seria concretizado diante de políticas que visam promover a homogeneização social. Pois a produtividade evolui naqueles países que antes de gerarem avanços econômicos priorizaram os avanços sociais, ou seja, desenvolvimento de seres humanos e a “posteriori” modernização dos avanços econômicos. O desenvolvimento tecnológico só ocorre nas sociedades avançadas depois da equalização da distribuição funcional da renda.

3.2 Alguns indicadores a respeito do IDH em alguns países escolhidos

O quadro a seguir é ilustrativo, onde o índice de desenvolvimento humano (IDH) calculado pela ONU, tendo como finalidade comparar o estágio de desenvolvimento relativo entre os países. O IDH é composto de três índices, aos quais são atribuídos pesos iguais: renda, educação e longevidade.

O índice de longevidade é obtido com base na esperança de vida; o índice educação, com base na taxa de alfabetização e no número médio de anos de estudo; e o índice renda, com base na renda familiar per capita média. Com base no valor obtido para o IDH, a ONU classifica três níveis de desenvolvimento humano: países com baixo desenvolvimento humano (IDH até 0,5); países com médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8) e países com alto nível de desenvolvimento humano (IDH acima de 0,8).

O próximo quadro nos apresenta o IDH dos estados brasileiros nos anos de 1970, 1980 e 1991.

Segundo a Fundação João Pinheiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: “Em 1970, apenas quatro estados –São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina– e o Distrito Federal eram classificados como de médio desenvolvimento humano. Todos os demais eram classificados como de baixo desenvolvimento humano.

**TABELA 1: Índice de desenvolvimento humano por países
1992**

PAÍSES	IDH	PAÍSES	IDH	PAÍSES	IDH
Alto desenvolvimento humano	0,886	Médio desenvolvimento humano	0,649	Baixo desenvolvimento humano	0,355
Canadá	0,932	Tailândia	0,798	Cabo Verde	0,474
Japão	0,929	Cazaquistão	0,774	Madagascar	0,396
Suécia	0,928	Brasil	0,756	Zâmbia	0,352
Coréia do Sul	0,859	Jamaica	0,749	Nigéria	0,348
Uruguai	0,859	Turquia	0,739	Bangladesh	0,309
Argentina	0,853	Romênia	0,729	Camboja	0,307
Chile	0,848	Líbia	0,703	Tanzânia	0,306
Venezuela	0,820	Paraguai	0,679	Mauritânia	0,254
México	0,804	Cuba	0,666	Guiné	0,191
		Peru	0,642		
		Iraque	0,614		
		Argélia	0,553		
		Egito	0,551		
		Bolívia	0,530		

Fonte: PNUD (1994) Human Development Report, Oxford University Press, N. Y., 1994.

Durante a década de setenta, ocorre o grande salto em termos desse índice, remetendo, em 1980, muitos estados à posição de médio desenvolvimento humano. Os estados do Nordeste, entretanto, com exceção da Bahia, partindo de um patamar bastante inferior em 1970, não conseguiram ultrapassar a linha do baixo desenvolvimento humano. Deve ser ressaltado que o Rio de Janeiro e São Paulo também tiveram desempenhos relativos piores durante a década de setenta, mas o patamar do qual haviam partido em 1970 lhes garantiu uma posição de destaque em todos os períodos. Minas Gerais e o Espírito Santo, foram os estados que apresentaram maior crescimento do IDH durante a década de setenta” (1996: 19).

Importante a análise da “escolha inevitável”, para a qual nos advertia FREITAS³⁸:

É importante reconhecer, vez por todas, que existe um verdadeiro conflito valorativo que não pode ser minimizado. Um conflito autêntico de paradigmas em matéria de sobrevivência, que não se deixa contornar, a não ser pelo abandono resolutivo de um dos padrões referenciais.

Ainda que alguns tentem, em vão, encontrar soluções de compromisso superficial, o certo é escolher aquele standard que permite o desenvolvimento multidimensional, em lugar daquele que conduz ao colapso, à doença do antropocentrismo exacerbado, às falhas de mercado e à omissão regulatória ruínosa.

Como acreditar na regulação, na fiscalização e no respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade, em um país que tem uma latifundiária como ministra da agricultura?³⁹

Como bem pontua Margarete Leta⁴⁰:

Souza Santos e Rodríguez asseveram que a aceitação, sem precedentes, da ideia de que não há alternativas ao capitalismo – tanto pelas elites conservadoras quanto pelos ‘círculos políticos e intelectuais progressistas’- evidencia a urgência na busca de alternativas econômicas e sociais concretas ‘que sejam ao mesmo tempo emancipatórias e viáveis e que, por isso, deem conteúdo específico às propostas por uma globalização contra-hegemônica’. O I Fórum Social Mundial de Porto Alegre é considerado ilustrativo do renascimento do ativismo em torno dessa visão, contribuindo para ampliar o espectro do possível através da experimentação e reflexão acerca de alternativas para formas de sociedade mais justas: ‘suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao status quo, e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis.

Ainda seguindo o pensamento de Boaventura de Souza Santos é interessante dizer com ele que a realidade não pode ser reduzida ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que, obviamente, têm cabimento alternativas que foram ou

³⁸ - FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade – Direito ao futuro**. Belo Horizonte : Fórum, 2012, p.77.

³⁹ - Escrevo estas notas antes da vergonhosa votação de impeachment na Câmara Federal.

⁴⁰ - Em seu didático e cativante **Água em meio urbano. Favelas nas cabeceiras**. SILVA, Margarete Maria de Araújo (Leta). **ÁGUA EM MEIO URBANO. FAVELAS NAS CABECEIRAS**. Tese de doutorado. Mimeo. Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, da UFMG. Belo Horizonte, 2011, p. 121.

marginalizadas, ou que sequer foram tentadas. Assim é que, quando dizemos utopia, queremos dizer real ainda não posto em prática.

Boaventura alerta para os perigos impostos às condições físicas da Terra decorrentes da forma de exploração predatória dos recursos naturais.

Enfim, no Brasil, onde não foi criada uma sociedade de consumo de massa, a viabilidade do pós-fordismo nos mostra a grande falta de responsabilidade política onde estão ausentes as políticas públicas. Como nos mostra Furtado (1998: 80, 81):

O crescimento econômico deve ser visto como um meio de aumentar o bem-estar da população e de reduzir o grau de miséria que pune parte dela. Como as duas coisas são quantitativamente distintas, um índice que pretenda medir o bem-estar médio da população terá que ser utilizado com muita precaução. (...). Talvez o mais apropriado seja apresentar um mapa do bem-estar social e outro da penúria social. Nesse segundo, a fome e a exclusão seriam adequadamente tratadas e os efeitos negativos do processo de globalização, explicitamente aferidos. A competitividade internacional seria medida em termos de extinção de empregos, e esta, em termos de fome imposta a setores da população. Se aos custos sociais acrescentamos os ecológicos, somos levados a concluir que são totalmente inadequados os dados atualmente utilizados para expor o comportamento da economia brasileira. E que esses dados, por ocultarem a realidade, são instrumentos dos grupos que compõem as estruturas de dominação que sustenta a estratégia globalizadora”.

Segundo Furtado, em meio à estrutura de dependência em que a periferia se inseria, a industrialização da região era pautada e voltada aos interesses das companhias transnacionais. Essa industrialização dependente fazia-se baseada na utilização de equipamentos parcial ou totalmente amortizados, correspondendo à implementação de plantas obsoletas, altamente poluentes e a lucro garantido. A modernização induzida pelas empresas transnacionais guiava-se a suprir as necessidades de consumo externo e não interno, caracterizando um elo de dependência tecnológica, configurado pela modernização dependente, ou como definiu Maria C. Tavares, uma modernização conservadora. (FURTADO, 1995,)

Dessa forma as políticas para o meio ambiente adotadas pelo Terceiro Mundo são completamente subordinadas ao Ajuste Estrutural imposto desde os anos 1980.

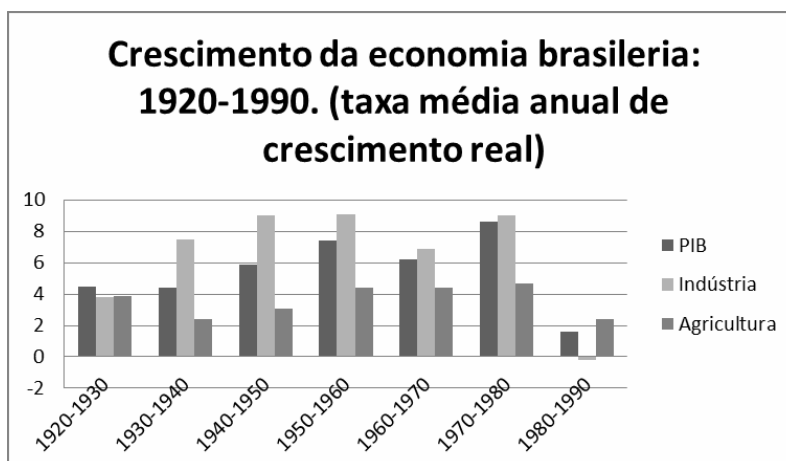
O fato patente é que as ‘reformas políticas’ neoliberais se mostraram ineficazes de cumprir a sua grande promessa: o crescimento econômico. Aliás, em comparação com o período 1960-1980, no qual predominaram as políticas ‘ruins’, o crescimento se desacelerou acentuadamente nas últimas duas décadas, sobretudo nos países em desenvolvimento. (...)

Será justo afirmar que o acordo da OMC, que restringe a capacidade dos países em desenvolvimento de pôr em prática políticas industriais, comerciais e tecnológicas intervencionistas, não passa de uma versão moderna, multilateral dos “tratados desiguais” que a Inglaterra e outros países atualmente desenvolvidos costumavam impor aos países semi - independentes? Acaso os países desenvolvidos estão ‘chutando a escada’, pela qual subiram ao topo, para longe do alcance dos países em desenvolvimento? Infelizmente, a resposta para todas estas perguntas é sim. (CHANG, p. 211, 212.)

O gráfico a seguir expõe a diferença de crescimento encontrado na economia brasileira, entre a vigência do modelo de crescimento classificado como ‘ruim’ pelas IFMs, e o desempenho conquistado com os anos iniciais de aplicação das medidas de crescimento fomentadas pelas mesmas instituições:

Gráfico 2: Crescimento da economia brasileira: 1920 – 1990.

Fonte: FGV (1998), p. viii, e Bonelli e Gonçalves (1998), apud, GONÇALVES, 2006.



Às vésperas da Conferência Rio 1992, Lawrence Summers, então economista-chefe do Banco Mundial e futuro secretário de Estado norte-americano o durante os anos da gestão Clinton, expôs seu ponto de vista sobre as possibilidades benéficas e rentáveis existentes na correlação entre meio ambiente e economia de mercado em uma correspondência interna do BM. A circular de Summers foi tornada pública pelos jornais The Economist e Financial Times em fevereiro daquele ano, com o

título *‘deixem que eles comam a poluição’*: Neste memorando, Summers aplica a divisão internacional do trabalho dentro dos parâmetros neoliberais às questões como saúde, bem-estar, pobreza e poluição, destacando o relevante papel dos países do Terceiro Mundo para a eficiência do mercado de poluição:

Os custos da poluição são susceptíveis de serem não lineares, já que os incrementos iniciais da poluição provavelmente têm um custo muito baixo. Eu sempre pensei que os subpovoados países da África são vastamente sub-poluídos; sua qualidade do ar é muito provavelmente ineficientemente baixa [sic] em comparação com Los Angeles ou a Cidade do México. Apenas os fatos lamentáveis são que tanta poluição é gerada por indústrias não comercializáveis (transporte, geração elétrica) e que os custos unitários de transporte de resíduos sólidos são tão altos a ponto de impedir um mundo de bem-estar através do reforço do comércio de poluição do ar e de resíduos.

Aqui Summers coloca a perspectiva econômica de mercado em função de fatores causadores de doenças em regiões com alto índice de mortalidade infantil:

A demanda para o ambiente limpo por razões estéticas e de saúde provavelmente terá uma elasticidade-renda muito alta. A preocupação com um agente que provoca uma variação de um em um milhão nas chances de câncer de próstata será, obviamente, muito maior num país onde as pessoas sobrevivam a ponto de terem câncer de próstata do que em um país onde a mortalidade abaixo dos cinco anos é de 200 por mil. (...) É evidente que o comércio de bens que incorporam preocupações estéticas de poluição poderia ser um bem-estar de reforço. Enquanto a produção é móvel o consumo de ar é um bem não negociável.

O então economista chefe do Banco Mundial, em 1992, segue expondo a lógica benéfica existente no custo benefício para a escolha eficiente de locais de despejo de lixo tóxico ao se levar em conta a relação entre a quantidade de prejuízos causados a saúde dos habitantes e os baixos salários dos mesmos.

A medição, quantificação, dos custos com prejuízos causados pela poluição à saúde depende, varia, conforme os ganhos e perdas ocorridos com aumentos da morbidade e mortalidade. Deste ponto de vista, uma dada quantidade de poluição prejudicial à saúde deve ser feita no país com o menor custo, que será o país com os salários mais baixos. Eu acho que a lógica econômica por trás do despejo de cargas tóxicas no país com menor salário é impecável e deveríamos encarar isso de frente. (THE ECONOMIST, 1992)

CAPÍTULO 4

ILUSIONISTAS ILUDIDOS - IMPOSSIBILIDADE DE UM CAPITALISMO SUSTENTÁVEL: O “TRUQUE” DOS MERCADOS DE CRÉDITOS DE CARBONO

Conceber mercados para restringir a poluição foi algo que teve início nos EUA onde eles foram usados com certo sucesso, originalmente para controlar as emissões de dióxido de enxofre, também conhecido como anidrido sulfuroso.

O esboço de um possível mercado internacional de carbono e suas justificativas foi traçado em Kyoto, Japão. Os países possuíam uma meta de redução de emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEE). Concordou-se que os países industrializados poderiam vender “unidades de redução de emissões” uns aos outros, bem como negociá-las com países em desenvolvimento para computá-las em suas metas de redução. Apesar dos EUA não terem assinado os acordos de Kyoto, a ideia do comércio de carbono não desapareceu. Ao contrário, como toda “oportunidade de negócios”.

Na Inglaterra, a British Petroleum montou um esquema interno no qual se comprometeu com a redução. Na União Europeia, o Sistema de Comércio de Emissões começou a funcionar em 2005. A princípio, a Comissão Europeia propôs leiloar os créditos das emissões.

Tal como nos EUA, o *lobby* industrial derrubou a proposta: o leilão estabelecia um mercado aberto e com um preço único do carbono, implicando em suas vendas nas bolsas de valores.

Os Estados-membros, então, tinham direito de instaurarem seus próprios planos nacionais de alocação, que deveriam ser elaborados com base nos critérios estabelecidos em Kyoto, de resto muito vagos.

Além de serem critérios vagos, alguns países não dispunham de medidas exatas de suas emissões, como resultado tivemos uma alocação exageradamente generosa de licenças de emissão, produzindo consequências no mínimo duvidosas e ineficazes.

Assim que ficou claro o grande excesso de créditos de emissão, caracterizou-se uma folga embutida nos planos nacionais de alocação.

O entusiasmo com o “truque” foi imenso, em escala mundial, as emissões de 2005 foram cerca de 7% inferiores ao que teriam sido sem a instauração desse mercado. Sem qualquer espaço para a ironia, em termos de mercado, era um início alvissareiro.

Grandes recursos financeiros são canalizados a partir daí. Dinheiro gerando dinheiro, sem ter que passar pela cadeia produtiva, sem sequer preocupar-se com a extração de mais-valia.

Podemos sistematizar, apenas para fins didáticos, em duas, as fases do Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia:

- 1ª fase: fase de aprendizagem. Pouco rigorosa quanto aos limites de carbono, espécie de “vale tudo”.
- 2ª fase: mais rigorosa. A alocação de licenças/créditos deverá ser feita a partir de um ponto central, em vez de ficar a cargo dos países-membros. A alocação nacional será examinada com mais minúcia. Inclusão de outros gases causadores do efeito estufa além do CO².

Já nos EUA vários projetos para a criação de mercados de carbono foram desenvolvidos, sendo o mais avançado deles o do estado da Califórnia que prometeu redução de 25% dos gases do efeito estufa até 2020 e 80% até 2050.

O mercado de créditos de carbono é um grande negócio, uma fonte de investimentos, do ponto de vista estritamente financista, mas a capacidade de cumprimento de suas promessas é bastante incerta. Este o primeiro passo do “truque”: a propaganda da profecia que se auto cumpre.

As negociações pós-Bali (2007) não tendem a ajudar muito na contenção do aquecimento global. A escala de dificuldade é grande dada a altíssima proporção de

nações envolvidas, cada qual muito mais preocupada com seus próprios problemas internos.

A ação da União Europeia tem tido uma maior probabilidade de chegar a resultados significativos, talvez pelo fato de ter assumido a vanguarda na reação às mudanças climáticas, entretanto, a dificuldade é quase tudo depender do que os Estados-membros quiserem fazer. Um mercado global de carbono ainda parece alguma coisa muito distante. Embora gere um lucro considerável já na atualidade.

Com a crise financeira – especulativa - mostrou que os mercados internacionais precisam ter gestão econômica mais eficiente, um sistema de freios e contrapesos que realmente funcione.

O que são e como funcionam os mercados de carbono? São certificados que autorizam o direito de poluir. As agências de proteção ambiental reguladoras emitem certificados autorizando emissões de toneladas de dióxido de enxofre, monóxido de carbono e outros gases poluentes.

Em um primeiro momento, selecionam-se indústrias que mais poluem no país e a partir daí são estabelecidas metas para a redução de suas emissões. As empresas recebem bônus negociáveis na proporção de suas responsabilidades. Cada bônus, cotado em dólares estadunidenses, equivale a uma tonelada de poluentes. Quem não cumpre as metas de redução progressiva estabelecidas por lei, tem que comprar certificados das empresas mais bem-sucedidas.

O sistema tem a vantagem de permitir que cada empresa estabeleça seu próprio ritmo de adequação às leis ambientais. Estes certificados podem ser comercializados por intermédio das Bolsas de Valores e de Mercadorias. Existem várias empresas especializadas no desenvolvimento de projetos e na negociação de certificados de emissão. Vendem cotas dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, que em geral emitem menos poluentes, para os que poluem mais.

Quando era presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sergio Besserman Vianna, louvava a “possibilidade de negócios”: “*O aquecimento global é*

uma realidade inegável. Se ele não for tratado pelo mercado financeiro, algum outro mecanismo terá de ser criado para fazê-lo”.

Está claro hoje que para proteger o ambiente precisamos ir além dos mecanismos rígidos de comando e controle que predominaram no mundo nos últimos 30 anos. A criação de mecanismos de mercado que valorizam os recursos naturais é uma extraordinária inovação cujo primeiro exemplo deu-se nos EUA com a emenda de 1990 ao Clean Air de 1970. Por causa dessa Emenda de 1990, que criou as cotas comercializáveis de poluição nas bacias aéreas regionais dos EUA, a poluição do ar diminuiu numa média de 40% nos EUA entre 1991 e 1998. Várias iniciativas, seguindo o mesmo princípio, estão em processo de ser adotadas em vários países e internacionalmente (o Protocolo de Kyoto 1997 estabelece as cotas de emissões de carbono comercializáveis entre os países do Anexo 1 e o Clean Development Mechanism entre países desenvolvidos de um lado e médios e pobres do outro). (VIOLA)

Os analistas de investimentos consideram o volume estimado pelos especialistas insignificante, comparado com alguns setores que giram volumes equivalentes em um mês.

A expectativa futura de que esse mercado venha a ser um “grande negócio”, uma fonte de investimentos, do ponto de vista estritamente financista, o apresenta como uma das opções reais de mercado virtual. Dinheiro gerando dinheiro, sem passar pela cadeia produtiva.

Dinheiro, transformação de dinheiro em mais dinheiro... A biosfera vive, há décadas e décadas, momentos de desequilíbrio, agressões múltiplas e fragilidade sobre suas condições mínimas de sobrevivência e pelo futuro – as perspectivas se nos afiguram sombrias - que a espera, devido ao intenso grau de consumismo e exploração da humanidade, proporcionado e incentivado pelo seu sistema capitalista, podemos afirmar, sem qualquer margem para desacertos, que, ou os habitantes da Terra desenvolvem outro tipo de sistema econômico, que não seja o capitalismo, ou não haverá qualquer possibilidade de recuperação ou salvação do planeta.

Tem-se como característica da Modernidade Líquida, para dizermos com Bauman, a fluidez, a inconstância – até dos sentimentos - que é também transmitida para os produtos que são consumidos – vamos afastar as perdas não naturais e o desperdício, que seriam tema de um outro trabalho - uma vez que o seu descarte

tornou-se uma constante cada vez mais presente, devido ao tempo de uso cada vez menor, numa dinâmica tipicamente capitalista, da obsolescência programada. Exceto a das ideias de exploração. Estas parecem ser perenes e insuscetíveis de transformação enquanto a estrutura capitalista for a dominante.

Em meio a este contexto, a problemática ambiental tornou-se presente na maioria das pautas das convenções internacionais, sejam elas especificamente sobre este tema ou até mesmo as de pautas mais gerais, realizadas com o objetivo de conscientizar a humanidade sobre a necessidade de preservação/salvação do meio ambiente, bem como envolver e obter a participação de TODOS os países, sejam eles desenvolvidos, em vias de desenvolvimento ou subdesenvolvidos, nesta tarefa.

Por intermédio da criação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo pelo Protocolo de Kyoto, como “facilitadores” do cumprimento das metas assumidas pelos países signatários, criou-se o comércio, em mercados de bolsas de valores criadas especificamente para isso, dos certificados de redução de emissões, os quais tomaram uma proporção mundial, envolvendo recursos financeiros extraordinários, riqueza “de papel”.

O comércio dos créditos de carbono, além de tornar-se uma prática comum visando lucro máximo, envolve os países e empresas desenvolvedoras de projetos de redução de emissões. Os países de capitalismo central, e suas corporações, lucram cada vez mais com isso e os países de capitalismo periférico pagam a conta. O “truque” do comércio dos créditos de carbono funciona como uma espécie de salvo-conduto aos países desenvolvidos para que continuem sua produção de produtos desenfreada, com o objetivo de fazer crescer ainda mais as relações de consumo insustentáveis do sistema vigente.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL⁴¹) é um mecanismo de flexibilização do Protocolo de Kyoto⁴², que possibilita aos países industrializados

⁴¹ - Os projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo podem ser baseados em fontes renováveis e alternativas de energia, eficiência e conservação de energia ou reflorestamento. Existem regras claras e rígidas para aprovação de projetos no âmbito do MDL. Os projetos devem utilizar metodologias aprovadas, ser validados e verificados por Entidades Operacionais Designadas (EODs), e ser aprovados e registrados pelo Conselho Executivo do MDL. Os projetos devem ser aprovados pelo governo do país

investirem em projetos que visem à redução e/ou remoção dos gases de efeito estufa nos países em desenvolvimento.

As Reduções Certificadas de Emissão (RCEs) oriundas dos projetos realizados nos países em desenvolvimento poderão ser vendidas aos países industrializados, caso estes não atinjam as metas estabelecidas pelo Protocolo. Mas o que faz com que os países industrializados invistam em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) nos países em desenvolvimento?

Simples, eficiência econômica, tributária do TEOREMA DE COASE⁴³, que mais parece uma “visão”, do que propriamente um teorema, pois que falece uma demonstração por um processo lógico.

Em simplificada análise, a “visão” de Coase de que, se os agentes econômicos privados puderem negociar sem custo a alocação de recursos, poderão resolver por si só

anfitrião através da Autoridade Nacional Designada (AND), assim como pelo governo do país que comprará as Reduções Certificadas de Emissões (RCE's), também referidos pela sigla em inglês CER's. No Brasil, a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, estabelecida em 1999, atua como a AND Brasileira.

⁴² - Uma breve explanação sobre a realização de atos internacionais pelo Brasil: Segundo definiu a Convenção de Viena do Direito dos Tratados, de 1969, tratado internacional é “um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica” (art. 2, a). No Brasil, o ato internacional necessita, para a sua conclusão, da colaboração dos Poderes Executivo e Legislativo. Segundo a vigente Constituição brasileira, celebrar tratados, convenções e atos internacionais é competência privativa do Presidente da República (art. 84, inciso VIII), embora estejam sujeitos ao referendo do Congresso Nacional, a quem cabe, ademais, resolver definitivamente sobre tratados, acordos e atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional (art. 49, inciso I). Portanto, embora o Presidente da República seja o titular da dinâmica das relações internacionais, cabendo-lhe decidir tanto sobre a conveniência de iniciar negociações, como a de ratificar o ato internacional já concluído, a interveniência do Poder Legislativo, sob a forma de aprovação congressional, é, regra geral, necessária. A tradição constitucional brasileira não concede o direito de concluir tratados aos Estados-membros da Federação. Nessa linha, a atual Constituição diz competir à União, “manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais” (art. 21, inciso I). Por tal razão, qualquer acordo que um estado federado ou município deseje concluir com Estado estrangeiro, ou unidade dos mesmos que possua poder de concluir tratados, deverá ser feito pela União, com a intermediação do Ministério das Relações Exteriores, decorrente de sua própria competência legal.

⁴³- O Teorema de Coase (na verdade não é um teorema, mas uma visão/constatação) formulado pelo economista estadunidense Ronald Coase e refere que as externalidades ou ineficiências econômicas podem ser, em determinadas circunstâncias, corrigidas e internalizadas pela negociação entre as partes afetadas, sem necessidade de intervenção de uma entidade reguladora, vale dizer: sem intervenção estatal. As referidas circunstâncias necessárias para que tal seja possível são, segundo Coase, a possibilidade de negociação sem custos de transação e a existência de direitos de propriedade garantidos e bem definidos. Pode ser tudo, menos de inspiração marxista.

o problema das externalidades. Para ele, a distribuição inicial dos direitos não afeta a capacidade que o mercado tem de atingir um mercado eficiente. É dizer: os agentes econômicos privados podem solucionar o problema das externalidades entre si. Qualquer que seja a distribuição inicial dos direitos, as partes interessadas sempre podem chegar a um acordo no qual todos fiquem em uma situação melhor e o resultado seja eficiente.

Esquemáticamente temos: MINIMIZAÇÃO DOS CUSTOS E MAXIMIZAÇÃO DO LUCRO implicando em eficiência econômica.

A comercialização das Reduções Certificadas de Emissões (RCE) pode se dar em qualquer momento do projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – desde sua elaboração até as emissões das RCE's. Não são ilegais a compra e a venda antecipada dos créditos de carbono. O que faz parecer o "truque" do mercado dos créditos de carbono um verdadeiro estelionato. Temos a vítima (o meio ambiente), o artilheiro, ou outro meio fraudulento (o próprio mercado de crédito de carbono em si) e o prejuízo alheio (toda a sociedade). Mas o sentido, sempre, é o sentido do mercado. Quanto mais no início do processo as RCEs forem comercializadas, menor será o seu valor. Esses créditos de carbono iniciais possuem um risco maior com relação, à sua aprovação – que pode sequer ocorrer - e, conseqüentemente, às emissões das RCEs, pois pode ocorrer de o projeto não ser aprovado pelo Conselho Executivo ou não gerar o total de créditos previstos. Gerando prejuízo em vez de lucro. Significando que a empresa perde, no todo ou em parte, o investimento financeiro aplicado naquela atividade, cuja expectativa era de ser tornar um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

Risco associado à volatilidade do mercado, haja vista estar em um mercado de longo prazo, as Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) adquiridas na fase de elaboração do projeto, podem ter seus valores reduzidos quando emitidas, o que significa perda econômica para o comprador.

O contrário pode acontecer também, a compra antecipada dos créditos de carbono pode ser vantajosa ao investidor: pagará um valor inferior na fase inicial do projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e que, ao serem emitidos pela

Organização das Nações Unidas, poderá vender esse crédito por cinco ou seis vezes o valor da compra.

Existem três formas para a comercialização desses créditos:

UNILATERAL

- Caracterizado pelo fato das entidades públicas ou privadas do país, financiando ou não o desenvolvimento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, adquirirem as Reduções Certificadas de Emissões correspondentes e operarem a sua comercialização internacional em bases vantajosas, competitivas e no momento mais favorável.

Modalidades:

- a. Entre países em desenvolvimento, quando um país compra as Reduções Certificadas de Emissões de outro, com a finalidade de revenda futura a um país industrializado;
- b. Quando um país em desenvolvimento adquire RCE's de projetos desenvolvidos dentro de seu próprio território com a finalidade de revenda futura a um país industrializado.

BILATERAL

- Os investidores contratam uma operação conjunta de emissão e compra das RCE's relativas a um determinado projeto;
- Esse tipo de transação pode comportar até mesmo a organização de *join ventures* entre empresas compradoras de RCE's e empresas de países como o Brasil, exemplificativamente.

MULTILATERAL

- Conhecido pela participação de diversas empresas e instituições públicas e privadas que adquirem Redução Certificada de Emissões ou colaboram com o financiamento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.
- Essa modalidade reduz a margem de riscos inerentes a novos investimentos e às dúvidas quanto aos riscos reais.

Pode ocorrer de duas formas:

- a. Quando países desenvolvidos ou suas entidades legais autorizadas se reúnem em fundos de investimentos (como no Fundo Protótipo de Carbono do Banco Mundial) e adquire certificados de um país em desenvolvimento;
- b. Quando países ou suas entidades legais autorizadas estabelecerem centros de intercâmbio (Bolsas ou *clearing houses*) e negociam os créditos de carbono mediante compra e venda.

Dentre as diversas formas de comercialização de crédito de carbono, a mais usual é por meio de bolsa de valores. Os principais mercados são:

- *European union emissions trading scheme*
- *Chicago Climate Exchange*
- *New South Wales* (Austrália)
- *Keidanren Voluntary Action Plan in Japan*
- Mercado Brasileiro de Reduções de Emissões BM&F

A Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&F)⁴⁴ coordena o Banco de Projetos, criado em meados de setembro de 2005. Sua finalidade é registrar projetos de

⁴⁴ - Conforme informação do sítio Carbono Brasil, existem no mercado mundial de valores, atualmente, as seguintes Bolsas de Valores que comercializam créditos de carbono: CCX (Chicago); CCFE (Chicago, subsidiária à CCX); ECX (Bolsa do Clima Europeia); NordPoll (Noruega); EXAA (Áustria); BM&F Bovespa (Brasil); New Values/Climex (Alemanha); VertisEnvironmental Finance (Budapeste); Bluenext – Antiga Powernext (Paris) – Formada pela bolsa de valores internacional NYSE Euronext e pelo Banco Público Francês Caisse des Depots após a compra das atividades de carbono da Powernext; MCX – Multi-Commodity Exchange (Índia) – Maior bolsa de commodities da Índia. Lançou em 21 de janeiro de 2008 contratos futuros para a negociação de RCEs (Reduções Certificadas de Emissão) com tamanho

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que tenham sido validados por uma EOD⁴⁵ e que, provavelmente gerarão créditos de carbono no futuro, assim como projetos cuja concepção esteja parcialmente estruturada.

A Bolsa do Rio de Janeiro teve a inauguração de seus leilões de créditos de carbono em setembro de 2007, ocasião em que houve o primeiro pregão de créditos de carbono, marcando o início do chamado Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE).

O registro no Banco de Projetos da BM&F é um meio de divulgação dos projetos e daqueles que estão em fase de concepção. Isso possibilita aos interessados na aquisição, ou na venda dos futuros créditos bem como ofertas de financiamentos.

Mesmo tendo havido a realização de várias convenções internacionais para discutir a problemática ambiental e possíveis mecanismos de mitigação dos danos causados pelo exaurimento dos recursos naturais e degradação ambiental, percebe-se que a influência do sistema econômico capitalista é o grande fator determinante, impossibilitando, na maioria das vezes, quer a adoção de medidas preventivas, quer a possibilidade de contornar a reiterada – e falsa – observação de que estas prejudicariam o desenvolvimento dos países, principalmente os de capitalismo periférico.

Fundamental atentar para o fato de que, embora o meio ambiente conste na lista dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição de 1988, é como um dos deveres mais importantes do cidadão que ele se apresenta atualmente.

Se entendermos que a natureza é um bem comum, um direito fundamental, temos que sua finalidade é servir aos habitantes do planeta Terra, todos os seres

mínimo de 200 toneladas de CO₂ e outras bolsas têm planos quanto às negociações de créditos de carbono, como: Hong Kong Exchange e EEX (Bolsa de Energia Europeia – Leipzig).

⁴⁵- A sigla em inglês EOD significa “End of day” e refere-se a cotações do final de uma sessão, por oposição a cotações ou sistemas “intraday”, que levam em conta o que se passa durante cada sessão. É um sistema que obtém os seus sinais a partir das cotações de cada dia, eventualmente em um formato OHLC (*open-high-low-close*). Sistemas EOD são particularmente adequados para quem não pode seguir o desenrolar das sessões.

Disponível em <http://thinkfn.com/wiki/index.php?title=eod&oldid=21099>. Acesso em 14/04/2016, 11:31.

humanos, todos os seres vivos, que fazem parte da biosfera existente e não devem – e nem podem – ser considerados isoladamente.

Desde os primitivos coletores/extratores da natureza, que evitavam exaurir os recursos próximos do local onde habitavam, o comportamento da sociedade nunca foi tão desrespeitoso, em relação ao meio ambiente, desde a primeira revolução industrial. Neste novo século e milênio as práticas destrutivas do consumismo desenfreado, a qualquer preço, que se instalou na modernidade e que não tem dados sinal de arrefecimento, nos coloca diante de um quadro apavorante, a cada dia.

Rara a semana que a mídia não noticie miríades de ofensas à nossa combatida *Gaia*. Algumas avassaladoras e sem possibilidade de remissão, como a trágica destruição do distrito de Bento Rodrigues e do Rio Doce, outras, tidas como menores, mas igualmente com potencial destruidor (vazamentos de óleo, descarte inadequado de metais pesados e agrotóxicos em riachos e ribeirões, exemplificativamente).

É desnecessário mencionar o poder gigantesco das grandes corporações, especialmente na produção de produtos que satisfazem as necessidades momentâneas da sociedade; isso, a produção, somente é possível em virtude dos altos índices de emissão de gases de efeito estufa e da extração predatória de recursos naturais.

As moléculas de carbono mineralizadas são energia e, como nos ensinam a física e os físicos, energia é capacidade de trabalho, capacidade de transformação de matéria. A natureza submetida ao capital, isto é, reduzida a recurso natural é, como todo recurso, seja natural ou produzido pelo homem, um meio e não um fim. É essa natureza-recurso-energia, que submetida a uma finalidade própria ao capital – a acumulação da riqueza na sua forma abstrata (dinheiro) –, vai permitir um aumento exponencial da capacidade de trabalho, ou melhor, um aumento inacreditável de transformação de matéria numa mesma unidade de tempo abstrato – ano, mês, dia, hora, minuto, segundo – e, assim, criar a ilusão de crescimento ilimitado de produtos materiais numa mesma unidade de tempo abstrata.

Obviamente que os mecanismos criados pelo Protocolo de Kyoto não poderiam fugir dessa lógica de consumo implementada pelo sistema capitalista.

Os mecanismos “inventados” em Kyoto obedecem a ordem do desenvolvimento a qualquer custo, a qualquer preço, inclusive, atribuindo valor monetário aos certificados de emissões reduzidas.

Foi o próprio sistema capitalista que esteve na essência dos mecanismos criados pelo Protocolo de Kyoto. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, não passa de um “passe livre” de modo a que as grandes corporações dos países ricos possam fazer “investimentos” no Terceiro Mundo para “evitar”⁴⁶ emissões, ficando com os créditos como forma de cumprir parte dos compromissos do Protocolo de Kyoto. Nada mais, nada além.

A proposta do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, como feita pelos EUA, de simples emissão de certificados/títulos negociáveis no mercado, foi “enfeitada” no seu *geist* meramente mercantil com a introdução de um componente que obriga a que, nas negociações, se leve em conta algum objetivo de desenvolvimento local, além de simplesmente diminuir a emissão de gases de efeito estufa e, assim, “não ficando apenas um negócio entre empresas”. Como se estivéssemos nos tempos em que se discutia a existência, ou não, de alma nos índios, e os colonizadores trocassem eternamente vidrilhos por ouro e outras riquezas “naturais”.

A prática capitalista afeta todos os setores, inclusive e sobretudo o ambiental, o comércio de carbono e suas implicações no aumento do consumo interno dos países que se favorecem desse mecanismo não passa de um truque, ou um “passe de mágica”. Isto porque, de posse dos certificados de redução de emissões, os países podem utilizá-los para abaterem suas metas ou comercializá-los no mercado internacional de carbono, sendo este último ainda mais vantajoso. Optando pelo comércio, que é realizado diretamente com as empresas empreendedoras, através de contratos ou em mercados organizados, como as Bolsas de Valores, que atualmente se expandem de forma alarmante no comércio de valores fictícios, muito embora nem todos os países desenvolvidos tenham ratificado o Protocolo de Kyoto.

⁴⁶ - Na verdade não evitam nada, apenas lucram com a manobra de compra e venda como se houvesse uma real redução. É importante que tenhamos claro isso.

O “truque”, e isso é o que poucos percebem ou denunciam, está em que não é necessário o desenvolvimento de nenhuma atitude sustentável nos países considerados poluentes, bastando, tão-somente, a compra de certificados de redução de emissões, para que sejam cumpridas as metas de redução assumidas ou, mostrarem-se, pelo menos para o público externo, preocupados com a questão ambiental. Na essência, isto é, no maltrato ao meio ambiente, nada muda.

As metas de redução de gases de efeito estufa (GEE), estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto, pensava-se, funcionariam como um avanço para a preservação ambiental; entretanto, o Protocolo criou tão-somente uma facilitação para os países desenvolvidos, hipocritamente funcionando como liberação de toda e qualquer “responsabilidade” dos países signatários na redução e um mercado novo e imenso para as corporações dos países desenvolvidos, criando um comércio de certificados de redução de emissões. Tal criação, em si, não se constituiria em prática tão grave e abusiva se não estivéssemos vivendo a Modernidade Líquida, de que nos fala BAUMAN, na qual a sociedade atrela a ideia de felicidade e plenitude ao consumo e a necessidades momentâneas.

O imediatismo destes tristes tempos sombrios em que vivemos incentiva esse consumo máximo e atende aos desejos de compra da sociedade. Não raro lemos, até mesmo em anúncios de supermercados, sobre a “missão” da empresa. A missão dessas gananciosas corporações é a missão das empresas de produção, as quais associam o meio ambiente apenas como uma forma de aumentar sua capacidade extrativa e produtiva, gerando mais lucro aos acionistas, aos rentistas, aos patrões e proprietários e mais miséria aos trabalhadores e suas famílias.

Uma questão que talvez se pense tarde demais, a questão central reside na manutenção de relações de consumo insustentáveis nos países que comprarão os certificados de redução de emissões ou financiarão projetos em outros países, uma vez que nas suas localidades a produção e a extração dos recursos naturais continuarão as mesmas. O comércio dos créditos de carbono oferece, assim, uma permissão “legal”, uma espécie de salvo-conduto aos países desenvolvidos, para que continuem com seu alto índice de emissão de gases de efeito estufa (GEE), com o objetivo de manter os

padrões, insustentáveis insista-se, de consumo da sociedade. É possível que se tenha padrões de consumo sustentáveis, obviamente, não nos níveis atualmente praticados.

Nesta mesma linha de raciocínio, temos que o processo da financeirização da riqueza é assimétrico e contraditório uma vez que cria exclusão social em vez de mitigá-la. Ele se constitui uma reconfiguração institucional que permite a retomada da hegemonia estadunidense. A potência hegemônica utilizou-se das chamadas inovações financeiras para retomar essa hegemonia ameaçada, desde os meados da década de 1960 pelo Japão e pela Alemanha, conhecidos, àquela época, como “trilateral”.

O processo é contraditório a medida que aprofunda a hierarquia internacional, tornando ainda atual a dicotomia centro-periferia. A proposta inicial se propunha debater e produzir uma trava que impedisse que o ecossistema fosse prejudicado para favorecer a exploração do outro.

O marketing dos países ricos, prometendo dinheiro aos projetos ambientais dos países pobres, é uma caixa de fundo falso, implicando risco de os certificados de carbono serem transformados apenas numa operação financeira para dar lucro aos seus investidores e acabar não gerando nenhuma vantagem para o meio ambiente.

O Século XX nos ensinou, com alegria e tragédia extremas, como o mercado é o mais eficiente mecanismo alocativo inventado pela humanidade. Também nos ensinou que um mercado sem pleno Estado de Direito e sem indivíduos educados e auto-reflexivos produz uma sociedade extremamente materialista, no pior sentido que pode haver para o termo, que bloqueia as potencialidades de evolução humana.

Precisamos avançar na direção de um mercado transparente e conscientemente regulado pela sociedade, onde não exista espaço para informações privilegiadas, nem cláusulas *ad hoc* para favorecer alguns dos competidores, nem possibilidades de lavagem de dinheiro procedente de atividades ilícitas.

Estaria transbordando para os limites da utopia, ou um novo mundo é verdadeiramente possível?

Exemplificando os Créditos de Carbono, segundo a CARTILHA ECONOMIA VERDE: A NOVA CARA DO CAPITALISMO (P.12 a 16):

QUADRO 3: Crédito de carbono: o que é isso?

Vamos a dois exemplos: o Equador tem buscado desde 2009 obter ridículos US\$ 4 milhões em créditos de carbono em troca da oferta de oxigênio produzido pelos seus quatro milhões de hectares de floresta virgem, que o governo se compromete a conservar. Uma empresa gastou US\$ 5 milhões na construção de um incinerador que converte lixo em energia elétrica, e recebeu US\$ 500 milhões em créditos de carbono pelos gases-estufa que deixarão de ser emitidos. Um lucro líquido absurdo, equivalente a US\$ 450 milhões! Estes são dois exemplos de como funciona o ‘mercado global do carbono’. Trocando em miúdos, crédito de carbono é a troca monetária realizada entre partes, seja para manter uma floresta em pé emitindo oxigênio, caso do Equador, ou ainda para a não emissão de gases, como é o caso da indústria de incineração de lixo. O Protocolo de Quioto é um acordo internacional segundo o qual os países do Norte se comprometeram a reduzir voluntariamente suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2% até 2008-2012 em relação aos níveis de 1990. Isso significa que esses países passaram a ter cotas máximas de quanto “podem” emitir. Muitos deles emitem muito mais do que “poderiam”. E aí, o que fazem? Mudam a forma de produzir para emitirem menos? Não.

Alguns outros países, ou empresas, emitem menos do que a sua cota máxima “de direito”, e por isso vendem o restante do “direito de emitir”. Este é o mercado de carbono: os países ou empresas que emitem em excesso compram os “créditos” das empresas ou de países que emitem abaixo das suas cotas máximas, e passam a ter o direito de continuar poluindo acima do permitido. Com isso, as emissões ou o controle de emissão viraram mercadoria, passando a ter valor financeiro: uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) equivale a um “crédito de carbono”. Este crédito se torna um título, uma mercadoria que é comercializada no “mercado de carbono”. Tudo somado, empresas e países compram o direito de poluir. E ainda lucram especulando com os créditos comprados! Mas esse negócio não para por aí. As empresas que emitem demais também podem aplicar dinheiro nos países do Sul, empobrecidos, com o discurso de que apoiam projetos sustentáveis, isto é: projetos que deixam de emitir o que emitiriam

se não contassem com o dinheiro deles. É o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Junto com o fato de isso não mudar nada em relação aos gases de efeito estufa emitidos para a atmosfera, vale examinar: tratase de fato de “desenvolvimento limpo”? Examinemos alguns desses projetos.

Projeto (a): Mecanismo de Degradação e Liquidação das Florestas: o Projeto “Plantar”

Esse foi o primeiro projeto de MDL no Brasil a negociar créditos de carbono do grupo “Plantar”, em parceria com o Fundo Protótipo de Carbono, do Banco Mundial. A justificativa do projeto é a redução das emissões de gases de efeito estufa por meio da plantação de eucalipto para produzir carvão vegetal, ao invés de mineral, para a produção de ferro. No entanto, desde 2003 dezenas de organizações e movimentos sociais vêm denunciando o projeto Plantar por não contribuir para o desenvolvimento nem ajudar a combater a mudança do clima. Ao contrário, monoculturas de árvores como o eucalipto são práticas nefastas para a população local e o meio ambiente: secam os rios, contaminam o ar e a água por causa do uso de produtos químicos, e reduzem a biodiversidade da terra afetando, assim, a vida das populações que dela dependem. Por isso ganharam o nome genérico de deserto verde.

Projeto (b): Mecanismos de Destruição e Lixo: a TKCSA

Desde 2005, associações de moradores de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, aliadas a movimentos sociais e pesquisadores, vêm denunciando o processo de instalação do complexo siderúrgico da ThyssenKrupp CSA-TKCSA (empresa alemã). As denúncias incluem perseguições e ameaças às lideranças contrárias ao projeto, inclusive por parte de milícias, ilegalidades no processo de licenciamento e agressões ambientais e à saúde da população, como resultado da operação da empresa. A empresa foi embargada pelo Ibama e multada várias vezes. Diversos crimes e ações ilegais foram cometidos pela empresa: construções sem autorização governamental; supressão de áreas de manguezais não previstas; e intervenção em margem de rios sem autorização; péssimas condições de trabalho e morte de operários; e destruição do modo de sobrevivência da população local, que é a pesca. Muitos estudos, inclusive um Relatório técnico da Fiocruz, divulgado em outubro de 2011, demonstram o impacto da TKCSA e de seus rejeitos industriais sobre o ar, a saúde pública e o meio ambiente. Entre os problemas identificados, destaca-se o aumento das doenças respiratórias, dos casos de câncer, de

micoses e outras doenças dermatológicas. Danos à saúde dos moradores de Santa Cruz e áreas contíguas, e piora na qualidade do ar da região, levaram o Ministério Público estadual a ingressar na justiça com pedido de liminar que proíbe a empresa de despejar ferro gusa em poços ao ar livre sem controle de emissões de poluentes. O funcionamento da siderúrgica aumenta em 76% a emissão de CO², lançando 12 vezes mais gás poluente do que toda a indústria do Rio de Janeiro. Mesmo com tudo isso, a TKCSA recebeu em outubro de 2011 sinal verde do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, da Organização das Nações Unidas, para obtenção de créditos de carbono! A justificativa é o uso de energia elétrica a partir do reaproveitamento de calor e de gases do processo siderúrgico. O projeto ainda precisa ser validado e aprovado pelo Governo brasileiro. Novo aviso à ONU, ao Governo e a todo o povo do Brasil: a TKCSA gera refugiados pescadores, poluição e morte. Não reduz emissões de carbono!

À GUISA DA CONCLUSÃO

A linguagem, as coisas e seus nomes
Eduardo Galeano

“Na era vitoriana era proibido fazer menção às calças na presença de uma senhorita. Hoje em dia, não fica bem dizer certas coisas perante a opinião pública. O capitalismo exhibe o nome artístico de economia de mercado. O imperialismo se chama globalização. As vítimas do imperialismo se chamam países em via de desenvolvimento, que é como chamar de meninos aos anões. O oportunismo se chama pragmatismo. A traição se chama realismo. Os pobres se chamam carentes, ou carenciados, ou pessoas de escassos recursos.

A expulsão dos meninos pobres do sistema educativo é conhecida pelo nome de deserção escolar; O direito do patrão de despedir sem indenização nem explicação se chama flexibilização laboral; A linguagem oficial reconhece os direitos das mulheres entre os direitos das minorias, como se a metade masculina da humanidade fosse a maioria; Em lugar de ditadura militar, se diz processo. As torturas são chamadas de constrangimentos ilegais ou também pressões físicas e psicológicas; Quando os ladrões são de boa família, não são ladrões, são cleptomaníacos; O saque dos fundos públicos pelos políticos corruptos atende ao nome de enriquecimento ilícito; Chamam-se acidentes os crimes cometidos pelos motoristas de automóveis; Em vez de cego, se diz deficiente visual; Um negro é um homem de cor; Onde se diz longa e penosa enfermidade, deve-se ler câncer ou AIDS; Mal súbito significa infarto; Nunca se diz morte, mas desaparecimento físico;

Tampouco são mortos os seres humanos aniquilados nas operações militares: os mortos em batalha são baixas e os civis, que nada têm a ver com o peixe e sempre pagam o pato, danos colaterais;

Em 1995, quando das explosões nucleares da França no Pacífico Sul, o embaixador francês na Nova Zelândia declarou: ‘Não gosto da palavra bomba. Não são bombas. São artefatos que explodem’; Chama-se Conviver alguns dos bandos assassinos da Colômbia, que agem sob proteção militar; Dignidade era o nome de um dos campos de concentração da ditadura chilena e Liberdade o maior presídio da ditadura uruguaia; Chama-se Paz e Justiça o grupo militar que, em 1997, matou pelas costas quarenta e cinco camponeses, quase todos mulheres e crianças, que rezavam numa igreja do povoado de Acteal, em Chiapas, no México⁴⁷.”

⁴⁷ - *De pernas pro ar*, Porto Alegre: L&PM, 1999. pp. 41-42)

Seguindo o bom exemplo do saudoso e inesquecível Eduardo Galeano, tivemos a pretensão, nesta modesta escritura, de nominarmos as coisas como elas são. Obviamente que tal redução *ad usum* implica em alguns riscos que muitos não estão dispostos a correr, mas definitivamente não conseguimos tergiversar sob tema que nos tem consumido há tempos: seria possível uma reversão na escala de produção da devastação do planeta?

Como bem explica CHESNAIS⁴⁸:

O mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juro está localizado no centro das relações econômicas e sociais. As formas de organização capitalistas mais facilmente identificáveis permanecem sendo os grupos industriais transnacionais (sociedades transnacionais, STN), os quais têm por encargo organizar a produção de bens e serviços, captar o valor e organizar de maneira direta a dominação política e social do capital em face dos assalariados. Mas a seu lado, menos visíveis e menos atentamente analisadas, estão as instituições financeiras bancárias, mas sobretudo as não bancárias, que são constitutivas de um capital com traços particulares. Esse capital busca 'fazer dinheiro' sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimo, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e dívidas, especialmente entre bancos.

Como verificou-se ao longo desse estudo, o fenômeno da globalização não se constitui como algo totalmente novo, que apresenta como característica principal o seu viés financeiro.

A economia verde acirrou o processo de mercantilização e financeirização da natureza, embora o conceito de desenvolvimento sustentável também o tenha feito, porque apesar de incorporar detalhes importantes, surgiu em um contexto histórico que refletiu na subsunção das políticas ambientais ao ajuste da economia neoliberal. Ou seja,

⁴⁸ - *A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. CHESNAIS, François [org.]. São Paulo : Boitempo, 2005, p. 35.

os debates sobre política ambiental gravitam na lógica da racionalidade econômica. Os investimentos são direcionados a natureza, assim, a economia verde e financeirização se complementam, uma vez que correm na mesma direção, a especulação sobre os bens na natureza com o fim último lucrativo.

Portanto, o termo globalização financeira é, epistemologicamente, mais relevante que o termo globalização. E, nesse contexto, apresenta uma aproximação teórica com os termos mundialização (desde que, percebido no seu lado financeiro) e financeirizado.

A construção do trabalho permitiu a constatação dos seguintes pontos relevantes:

- I. O processo é assimétrico e contraditório uma vez que cria exclusão social
- II. Ele se constitui em uma reconfiguração institucional que permite a retomada da hegemonia Norte Americana. Este país se utilizou das chamadas inovações financeiras para retomar essa hegemonia, ameaçada desde meados da década de 60 pelo Japão e pela Alemanha
- III. O processo é contraditório à medida que aprofunda a hierarquia internacional, tornando ainda atual a dicotomia centro-periferia
- IV. Como se percebe pelas análises realizadas a respeito da América Latina e do Brasil, a desigualdade regional tende a se aprofundar à medida que os países, ditos subdesenvolvidos, se curvam diante da globalização.
- V. Os níveis de degradação seguem se aprofundando a despeito dessas discussões e soluções técnicas, expressando a incapacidade de superação da crise ambiental, reforçando uma dinâmica mercantil e financeira insustentável, hora posta pelo capital mundializado. As principais alternativas discutidas nesses sistemas não dão materialidade a soluções concretas à crise ambiental porque não vislumbram a ruptura necessária com os fundamentos dessa sociedade. Não se opera com os fundamentos estruturais do capital de modo a efetivamente construir um projeto societário em que a emancipação humana seja viável

O Protocolo de Kyoto determinou uma cota máxima de Gases de Efeito Estufa (GEE) que os países desenvolvidos podem emitir. Os países criam leis que restringem as emissões de GEE. Assim, aqueles países ou indústrias que não conseguem atingir as metas de reduções de emissões, tornam-se compradores de créditos de carbono. Uma grande “oportunidade de negócios”. Até aí uma nova mercadoria, em tese.

A comercialização das Reduções Certificadas de Emissões (RCE) pode-se dar em qualquer momento do projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – desde

sua elaboração até as emissões das RCE's. Não são ilegais a compra e a venda antecipada dos créditos de carbono. O que faz parecer o "truque" do mercado dos créditos de carbono um verdadeiro estelionato. Temos a vítima (o meio ambiente), o ardil, ou outro meio fraudulento (o próprio mercado de crédito de carbono em si) e o prejuízo alheio (toda a sociedade). Mas o sentido, sempre, é o sentido do mercado. Quanto mais no início do processo as RCEs forem comercializadas, menor será o seu valor. Esses créditos de carbono iniciais possuem um risco maior com relação à sua aprovação – que pode sequer ocorrer - e, conseqüentemente, às emissões das RCE's, pois pode ocorrer de o projeto não ser aprovado pelo Conselho Executivo ou não gerar o total de créditos previstos, gerando prejuízo em vez de lucro. Significando que a empresa perde, no todo ou em parte, o investimento financeiro aplicado naquela atividade, cuja expectativa era de se tornar um projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

As metas de redução de gases de efeito estufa (GEE), estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto, pensava-se, funcionariam como um avanço para a preservação ambiental; entretanto, o Protocolo criou tão-somente uma facilitação para os países desenvolvidos, hipocritamente funcionando como liberação de toda e qualquer "responsabilidade" dos países signatários na redução e um mercado novo e imenso para as corporações dos países desenvolvidos, criando um comércio de certificados de redução de emissões. Tal criação, em si, não se constituiria em prática tão grave e abusiva se não estivéssemos vivendo a Modernidade Líquida, de que nos fala BAUMAN, na qual a sociedade atrela a ideia de felicidade e plenitude ao consumo e a necessidades momentâneas.

Entretanto, o produtivismo voltado ao consumismo para lucratividade no capital, reina soberano, ainda que todos esses aspetos signifiquem a destruição da natureza. Nestas mesmas cidades, convivem riqueza e pobreza. Luxo e miséria. O "capitalismo verde" representa a continuação do colonialismo pautado na violência contra os povos indígenas, das comunidades tradicionais de uma forma ampla na medida em que se apropria privadamente dos seus territórios para mover as atividades lucrativas destrutivas ambiental e socialmente, expropriando-as. (SIMIAO, 2014. P.159)

A crise ambiental contemporânea sinaliza a necessidade de uma ruptura radical de mudança de rumo, de inversão de valores e dos padrões produtivos, não apenas de forma representativa, política e ideológica. Mas, estrutural.

Resta-nos unir forças à construção de novo projeto societário, socialista, que rompa os pressupostos da sociedade de mercado, perseguindo e tencionando desde já seus fundamentos econômicos, políticos, culturais e ideológicos. Reforçar a análise crítica do capitalismo verde é acima de tudo assumir um compromisso político com essa construção, descortinando uma condição sustentada na alienação, na exploração, exclusão e destruição. (SIMIAO, 2014. P.160)

Pode-se dizer que, na prática, as piores previsões estejam perto de tornarem-se realidade.

O tom profético das palavras de Eduardo Galeano, seu respeito à Terra, ficam como alerta e recado, para que possamos encerrar e refletir:

“Março – 29 – Aqui existiu uma selva

Milagre na selva amazônica: no ano de 1967, um grande jorro de petróleo brotou no lago Agrio.

A partir de então, a empresa Texaco sentou-se à mesa, guardanapo no pescoço e garfo na mão, e se fartou de engolir petróleo e gás durante um quarto de século, e cagou sobre a selva equatoriana setenta e sete bilhões de litros de veneno.

Os indígenas não conheciam a palavra contaminação. Ficaram conhecendo quando os peixes desandaram a morrer nos rios de barriga para cima, as lagoas ficaram salgadas, as árvores secaram na beira d’água, os animais começaram a fugir, a terra deixou de dar frutos e as pessoas passaram a nascer doentes.

Vários presidentes do Equador, todos eles acima de qualquer suspeita, colaboraram na tarefa, que foi desinteressadamente aplaudida pelos publicitários que a exaltaram, os jornalistas que a enfeitaram, os advogados que a defenderam, os especialistas que a justificaram e os cientistas que a absolveram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Entrevistas:

Profa. Dra. Margareth Maria de Araújo Silva - Leta -. Escola de Arquitetura da UFMG. Fevereiro de 2016.

Prof. Ms. Gabriel Bacha. Escola de Medicina Veterinária da UFMG. Março de 2016.

Profa. Dra. Delze dos Santos Laureano. Faculdade de Direito da UFMG.103 Abril de 2016.

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Biblioteca Digital da Câmara: Brasília, 1995, 475p.

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização e caminho alternativo para o Brasil**. Jornal Folha S. Paulo. 21/08/1996. São Paulo.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de- **Paradoxo Amazônico**. In: Revista Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais/ Contra Corrente I/ ed. Janeiro, 2009.

ALMEIDA, Humberto Mariano de. **Mineração e Meio Ambiente na Constituição Federal**. 17ªed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

AMARAL, Angela Santana do; CESAR, Monica. **O trabalho do assistente social nas fundações empresariais** IN: CFESS e ABEPSS (Org). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília:CFESS/ABEPSS, 2009.

ANDRÉ, Guimarães Augusto – **Ontologia e crítica: o método em Marx/** IN:Econômica, Vol I, N°II 1999, p. 131/142.

ANTUNES, Ricardo – **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** - SP. Boitempo. 1ºed.- São Paulo, Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **A Era da Informatização e a Época da Informalização**. IN: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. Ricardo Antunes (Org) Boitempo Editorial- São Paulo, 2006, 528p.

ARAÚJO, Nalisa Maria Souza Araújo; SILVA, Maria das Graças e. **Economia Verde: a nova ofensiva ideológica do Ecocapitalismo**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n.24, jul/dez, 2012.

ARRIGHI, G. **As escalas da turbulência global**. Margem Esquerda. Ensaios marxistas, nº5, maio, 2005. p, 58-63.

_____, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Tradução: Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ASSIS, J.C. DORIA, F.A. **Universo neoliberal em desencanto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

AUGUSTO, L.G.S.;CARNEIRO,F.F; PIAGNATI, W.; RIGOTTO, R.M; FRIEDRICH, K.; FARIA, N.M.X; BURIGO, A.C.; FREITAS, V.T; GUIDUCCI FILHO, – **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde**. E. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2012, p.140.

BADIOU, Alain. **A hipótese comunista**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2012.

BALESTRO, Moisés VillamilBalestro; SAUER, Sérgio- **A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da revolução verde: introduzindo o debate**. In: Agroecologia e os desafios da transição agroecológica Orgs. BALESTRO&SAUER- Expressão Popular, São Paulo, 2013.

BANAS, Geraldo. **Globalização: a vez do Brasil?** São Paulo : Makron Books, 1996.

BEHRING, Elaine Rossetti: **Brasil em Contra Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**- São Paulo: Cortez;2009. Capítulo I Capitalismo Contemporâneo e Estado.

BERCOVICI, Gilberto. **Direito Econômico do Petróleo e dos Recursos Minerais**. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

BERGSTEN, Fred. **The Threat from the Third World**, Foreign Policy, Washington post, Newsweek Interactive, LLC, nº.11, 1973, pp. 102-124. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1148041>>. Acessado em: 02 dez.2012.

BERUTTI, F. FARIA, R. MARQUES, **A história do tempo presente**. 2º ed, São Paulo: Contexto, 2007.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. Tradução: Cláudia Martins e Mônica Rosemberg

BOGGIANI, P.C; **Teria estado o planeta Terra totalmente coberto por gelo centenas de milhões de anos atrás?**. In Revista USP, São Paulo, 2006, nº 71, p. 30-37.

BRENNER, R. **O boom e a bolha: Os Estados Unidos na economia mundial**. Tradução: Zaida Maldonado, Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Novo Boom ou Nova Bolha?** Acesso em 05 de Agosto de 2011, disponível em New Left Review: <<http://www.newleftreview.org/A2490>>. 25 jan. 2011.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade – O que é – O que não é**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

BRAGA, J. C. S. **A Financeirização da Riqueza: A Macroestrutura Financeira e a Nova Dinâmica dos Capitalismos Centrais**. Economia e Sociedade, n.º 2, ago/93. UNICAMP. Campinas, São Paulo: 1993.

BRASIL ESCOLA. **Os problemas gerados pela mineração**. [2002] Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/os-problemas-gerados-pela-mineracao.htm>> Acesso em: 08 maio 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília:Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 08 maio 2014.

BRAUDEL, F. **Civilização Material, Economia e Capitalismo**. Vol. 3: O Tempo do Mundo. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

CAMPOS, Ires Walquíria. **O desafio de gerar empregos**. Revista Balanço Anual 1997. Gazeta Mercantil, Ano XXI, n. 21. Rio de Janeiro, 1997.

CAPORAL, Francisco Roberto –**Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: compromisso com as atuais e nossa legada para as futuras gerações.** In: In: Agroecologia e os 162 desafios da transição agroecológica Orgs. BALESTRO&SAUER- Expressão Popular, São Paulo, 2013.

CAPRILES, René. **Meio Século de Lutas: Uma Visão Histórica da Água.**<http://ambientebrasil.com.br/agua/artigosaguadoce/meioseculodelutas:umavisaohistoricadaagua.html>, acesso em 26/08/2012 às 13:56.

CARNEIRO, Eder Jurandir. **A oligarquização da “Política Ambiental” Mineira. IN: A Insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Org. ZHOURI, Andréa; PEREIRA, Doralice Barros; LASCHEFSKI, Klemens. Autêntica Editora, 2005, Ed. 1, 288.p.

CASARA, Ana Cristina. **Direito Ambiental do Clima e Créditos de Carbono.** Curitiba. Juruá Editora, 2009.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** Editora Xamã. São Paulo, 1996.

_____ **A finança mundializada: Raízes Sociais e Políticas, Configuração, Consequências.** Tradução de Rosa Maria Marques et Paulo Nakatani. São Paulo : Boitempo, 2005. 105

CLARK, Tony. **O Ouro Azul.** Editora M. Books. São Paulo, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo In: Katz, Claudio & CAGGIOLA. São Paulo: Xamã, 1996.
FILHO, Gilberto Montibeller – **O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema de mercadorias-** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

COSTA, Beatriz Souza. **O gerenciamento econômico do minério de ferro como bem ambiental no direito constitucional brasileiro.** São Paulo: Editora Fiuza, 2009.

COSTA, Beatriz Souza; REZENDE, Elcio Nacur. **Meio ambiente do trabalho e a saúde do trabalhador na mineração.** Disponível em <http://www.idbfdul.com/upload/files/2012_02_0759.pdf>; Acesso em: 08 maio 2014.

COUTINHO, Luciano G. & FERRAZ, J. C. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.** Papirus. São Paulo, 1994.

DELLAGNEZZE, René et YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato (coord.) **Recursos hídricos: aspectos éticos, jurídicos, econômicos e socioambientais**. Vol 2. Campinas : Editora Alínea, 2007.

DUPAS, Gilberto (organizador). **Meio Ambiente e Crescimento Econômico – Tensões estruturais**. São Paulo : Editora UNESP, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra – Segundo as observações do autor e fontes autênticas**. Tradução de B.A. Schumann. São Paulo : Boitempo, 2008. 106

ENRIQUEZ, Maria Amélia. **Mineração: Maldição ou Dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. São Paulo: Signus, 2008.

FOLADORI, Guilherme. La Solucion. TOMMASINO, Humberto. **Técnica a los problemas ambientales**. (ENSAIO), Revista Katalysis, Florianópolis, v. 15, n.1, p. 79-83, jan/jun, 2012.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx – materialismo e natureza**. Tradução de Maria Teresa Machado – Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade – direito ao futuro**. 2ª ed. Belo Horizonte : Fórum, 2012.

FREITAS, Vladimir Passos de (coord.). **Águas – aspectos jurídicos e ambientais**. 3ª ed.. Curitiba : Editora Juruá, 2010.

FURTADO, Celso. **O capitalismo Global**. São Paulo : Paz e Terra, 1998.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar – a escola do mundo ao avesso**. [tradução de Sergio Faraco] Porto Alegre : L & PM, 1999.

_____ **ESPEJOS – Una historia casi universal**. Buenos Aires : Siglo XXI Iberoamericana, 2008.

_____ **Las venas abiertas de America Latina**. Buenos Aires : Siglo XXI, 1971.

_____ **Os nascimentos – Memória do fogo vol. I**. [tradução de Eric Nepomuceno]. Porto Alegre : L&PM, 1996.

_____ **As caras e as Máscaras** – Memória do fogo vol. II [tradução de Eric Nepomuceno] – Porto Alegre : L&PM, 1997.107

_____ **O século do Vento** – Memória do fogo vol. III. [tradução de Eric Nepomuceno] Porto Alegre : L&PM, 1998.

_____ **O livro dos abraços** [tradução de Eric Nepomuceno] - 5ª. Ed.- Porto Alegre – L&PM, 1997.

_____ **Bocas do Tempo** [tradução de Eric Nepomuceno] – Porto Alegre: L&PM, 2004.

_____ **Os filhos dos dias** [tradução de Eric Nepomuceno] – Porto Alegre : L&PM, 2012.

GIDDENS, Anthony. **A Política da Mudança Climática**. Zahar, 2010.

GOODHART, C.E. **Dinâmicas Financeiras Privadas e o Desafio às Políticas dos Bancos Centrais**. Economia e Sociedade, n. 4, jun/95. Campinas : UNICAMP, 1995.

Cambio climático 2007: **Informe de Síntesis**. Publicado por el Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático. 2008

_____. **Mudança do Clima 2007: A Base das Ciências Físicas**. Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Paris, fevereiro de 2007.

_____. **Methodological and Technological Issues in Technology Transfers**. Summary for Policymakers. IPCC, 2000.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

HARVEY, David – **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo, 2008, Edições Loyola, trad.Adail Sobral e Maria S. Gonçalves.

HARVEY. D. **O “novo” imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão**. Margem Esquerda. Ensaio marxistas, nº5, maio, 2005. p, 31-40.

HENK, M. SCHAEFER, J. **O Lucrativo Negócio com o Ar Poluído**. Revista GEO, São Paulo, 2011, nº26, p. 96-109.

HIRANO, S. **América Latina no Contexto Mundial. In: Globalização e Espaço Latino-Americano.** São Paulo : HUCITEC/ANPUR, 1993.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios.** Tradução: Sieni M^a Campos e Yolanda S. de Toledo, 10^oed, São Paulo: Paz e Terra, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela – **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 15^oed- São Paulo, Cortez, 2008.

IANNI, Octávio- **A Era do Globalismo.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1997. JR, Armando Boito. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na Ed. 2012 do Fórum Econômico da FGV/ São Paulo. JR, Lauro A. Monteclaro Cesar. Setor Bancário: na vanguarda do desemprego tecnológico. Revista Espaço Acadêmico – N^o 59 – Abril de 2006 – Mensal – I.

IEA. Disponível em: <<http://www.iea.org/journalists/facts.asp>>. Acesso em: 19 mar. 2012.

INDONESIA'S PLAGUE OF FIRE, National Geographic Magazine, ago, 1998. Disponível em <<http://ngm.nationalgeographic.com/print/2008/11/indonesia-fires/simons-text>>.

INSTITUTO CARBONO BRASIL Instituto Carbono Brasil. Disponível em: <<http://www.instituto-carbono-brasil.org>>

IPCC - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA.

KUCINSKI, B. **O que são multinacionais.** 14^oed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2009.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** Tradução: Olinto Beckerman, 3^o ed, São Paulo: Global, 1985.

LIMA, J. de Souza. **Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais.** In FAE, Curitiba, jan/jun. 2004, v.7, n^o1, p. 119-127.

LIMA, T. C. **O princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas no direito internacional ambiental.** Revista Eletrônica de Direito Internacional, 17 abr. 2009, p. 160 – 197.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996.

LASCHEFSKI, Klemens. **O comércio de carbono, as plantações de eucalipto e a sustentabilidade das políticas públicas – uma análise geográfica**. IN: A Insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Org. ZHOURI, Andréa; PEREIRA, Doralice Barros; LASCHEFSKI, Klemens. Autêntica Editora, 2005, Ed. 1, 288.p.

LAUREANO, Delze dos Santos. **O MST e a Constituição – um sujeito histórico no Brasil**. São Paulo : Expressão Popular, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro : DP&A, 2001.108

_____ **A revolução urbana**. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1999.

LEFF, E. **Ecologia y capital: racionalidade ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. Mexico : Siglo Veintiuno Editores, 1994.

_____ **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complejidad, poder**. Mexico : Siglo Veinteuno Editores, 1998.

_____ **Aventuras da Epistemologia Ambiental – Da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo : Cortez, 2012.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012 – 3. Ed. Ver,cor. 254. 163

LIMIRO, Danielle. **Créditos de Carbono. Protocolo de Kyoto e Projetos MDL**. Curitiba. Juruá Editora, 2009.

LIPIETZ, Alan. **Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo**. Tradução de Catherine Marie Mathieu. Campinas: Nobel, 1988.

LOUREIRO, C.F.B: **“Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates**_____ In: LOUREIRO, C.F.B (ORG); TREIN, E.; PEDROSA, J.G.; TOZONI-REIS, M.F.C.; LEHER, R.; NOVICKI,V.; A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet,2007.

LÖWY, Michael. **Cenários do Pior e alternativa ecossocialista**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.104, out/dez, 2010.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista** – São Paulo: Cortez, 1985 (p.10-32).

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito Constitucional – Curso de Direitos Fundamentais**. 3ª ed., rev. e atual. São Paulo: Método, 2008.

_____ Programa Contraponto. TVC - Televisão Comunitária. Belo Horizonte, 2014/2015.

MARCOVITCH, J. **Mudanças Climáticas e Multilateralismo**. In Revista USP, São Paulo, 2006-07, nº72, p.16-27.

MARICATO, Ermínia. **A cidade sustentável**. Texto do 9º Congresso de Sindicatos de Engenheiros – CONSEGE, Artigo, 2011. Disponível em: <http://www.adital.com.br/arquivos/>.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas-SP : Editora da Unicamp, 2015.109

MARQUES, R. NAKATANI, P. **O que é capital fictício e sua crise**. 1º ed, São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2009.

MARTINS, M. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: Ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. **A sagrada família ou A crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. Tradução Marcelo Backes. São Paulo : Boitempo, 2003.

_____ **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl, 2818-1883 – **A ideologia Alemã** / Karl Marx, Friedrich Engels; tradução de Álvaro Pina- 1 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____ **A classe dominante e consciência dominante- Formação da concepção de Hegel do domínio do espírito na história**. 1. Ed. – São Paulo; Expressão Popular, 2009.

MARX, KARL. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital** [tradução de Rubens Enderle] SP : Boitempo, 2006.

_____ **O capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital**, tradução Rubens Eberle, 1ª ed., São Paulo : Boitempo, 2011.

MEIRELES, Cecília. **Cecília de bolso: uma ontologia poética**. [Org. Fabrício Carpinejar], Porto Alegre, RS: L&PM, 2013, 192p.

MÉSZÁROS, István – **O poder da Ideologia/ Parte I A necessidade da Ideologia** - tradução Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István – **O poder da Ideologia/ Parte I A necessidade da Ideologia**- tradução Paulo Cezar Castanheira. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZAROS, István– **A crise Estrutural do Capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo [et,al] – São Paulo: Boitempo, 2009 – (Mundo do trabalho).

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. 164

MOTA, Ana Elisabete- **Crise Contemporânea e as transformações na produção capitalista**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social, direitos competências profissionais. Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Edneia Alves da – **O Atual estágio de acumulação capitalista destruição criativa ou criação destrutiva**. IN: Serviço Social e Sociedade. N°82, XXVI, julho. São Paulo: Cortez, 2005.

PELBART, Peter Pál. **Vida Capital – Ensaios de Biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PICOLI, FIORELO. **O Capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006 – 1.ed. 256p.

PINTO, João Batista Moreira. et SOUZA, Eron Geraldo de. [orgs.] **Os direitos humanos como um projeto de sociedade: desafios para as dimensões política, socioeconômica, ética, cultural, jurídica e socioambiental**. Rio de Janeiro : 2015.

REZENDE, Beatriz Souza Costa e; NACUR, Elcio. **Meio Ambiente do Trabalho e a Saúde do Trabalhador e na Mineração**. Disponível em:

<http://www.idbdul.com/uploaded/files/2012_02_0759_0792.pdf&g; Acesso em: 04 maio 2014.110

ROCHA, Mirella. **O mito do desenvolvimento socioeconômico do Brasil no século XXI: análise a partir dos planos governamentais da era Lula.** Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n.24, jul/dez, 2012.

SABBAG, Bruno Kerlakian. **O protocolo de Quioto e seus créditos de carbono: Manual Jurídico Brasileiro de Mecanismo de Desenvolvimento.** 2ª edição. São Paulo : LTR, 2009.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro : Garamond, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Afrontamentos, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____ **Da totalidade ao lugar.** São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo : 2012.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Educação & Sociedade**, ano XX, Nº 67, Agosto/99.

SILVA, Andréa Lima da. **"A morada do/a teimoso/a": as práticas socioambientais de resistência em Mãe Luiza/Natal - um território insustentável.** 2003 (Dissertação de Mestrado, PPGSS-UFPE - Brasil).

SILVA, Andréa Lima da: CEFESS/MANIFESTA/2012, **Dia Mundial do Meio Ambiente.**

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Margarete Maria de Araújo (Leta). **ÁGUA EM MEIO URBANO. FAVELAS MAS CABECEIRAS.** Tese de doutorado. Mimeo. Núcleode Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, da UFMG. Belo Horizonte, 2011.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina.** Petrópolis : Vozes, 2001.

SOUZA, Jessé A **tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite** – São Paulo : LeYa, 2015.

_____ **A ralé brasileira. Quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 111

STAMPA, Inez Terezinha. **Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações.** EM PAUTA, Rio de Janeiro – 2º Semestre de 2012 – n,30, v. 10, p.35-70.

TAVARES, Maria Augusta – **Os fios invisíveis da produção capitalista** .São Paulo: Cortez:2004.

TEIXEIRA, Rafael Vieira. **Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea.** Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n.104, out/dez, 2010.

VALADÃO, Vanda de Aguiar; BARCELLOS, Gilsa Helena. **Privatização da terra: intersecções das questões agrária e ambiental.** Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n.24, jul/dez, 2012.

VASCONCELOS, F.M.L. **As mudanças no processo de trabalho e suas consequências: Breves notas a respeito do Brasil.** In: Revista Vanguarda Econômica. Faculdades Integradas Newton Paiva, ano V., 4, Belo Horizonte : 1996.

_____ **Inovações Financeiras, Dinâmica Institucional e o Processo de Internacionalização: Notas a respeito do Brasil e da sua inserção nesse processo.** Dissertação de Mestrado. Mimeo. Belo Horizonte : UFMG/CEDEPLAR, 1998.

VIOLA, Eduardo. **O regime internacional de mudança climática e o Brasil.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 50. Outubro de 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Tradução Pietro Nassetti, 4ª ed., São Paulo : Martin Claret, 2013.

WOOD, Ellen Meiksin. **O que é (anti)capitalismo?- Crítica Marxista,** Artigos. Disponível

em:http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica17-A-wood.pdf.

ZACARIAS, Rachel Santos. **Do “Desenvolvimento Sustentável” à Economia Verde: as falsas propostas do capital em época de crise.** Brasília (DF), Revista Temporalis, ano 12, n.23, p. 125-151, 2012.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais.** Belo Horizonte : Editora UFMG, 2010.